

MESTRADO
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A Imprensa e o Impeachment Da República Nova à Nova República

Paulo Santos do Amaral

M

2020



Paulo Santos do Amaral

A Imprensa e o Impeachment Da República Nova à Nova República

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2020

Paulo Santos do Amaral

A Imprensa e o Impeachment Da República Nova à Nova República

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Sumário

Declaração de honra	5
Agradecimentos.....	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Introdução	9
1. Getúlio Vargas e a imprensa.....	11
1.1. Introdução.....	11
1.2. A imprensa no pós revolução de 1930	11
1.3. A imprensa e o segundo mandato de Vargas	14
1.3.1. Carlos Lacerda, principal opositor.....	15
1.3.2. O Jornal Tribuna da Imprensa.....	18
1.3.3. A questão do jornal Última Hora	19
1.3.4. A CPI da Última Hora.....	21
1.4. A Crise de 1954.....	25
1.4.1. O atentado da Rua Toneleros.....	25
1.4.2. A imprensa e a Crise de 1954	29
1.5. O suicídio de Vargas	33
1.5.1. As reações da imprensa.....	34
2. João Goulart, a imprensa e o golpe de 1964	36
2.1. Introdução.....	36
2.2. A relação entre a Imprensa e a trajetória política de Jango	36
2.3. João Goulart, Ministro do Trabalho.....	37
2.4. João Goulart, Vice-Presidente.....	41
2.4.1. Kubitschek presidente, Goulart vice	41
2.4.1.1. Movimento de 11 de Novembro.....	41
2.4.1.2. A imprensa e o primeiro mandato de Goulart na vice-presidência.....	42
2.4.2. Quadros presidente, Goulart vice	44
2.4.2.1. O derretimento do governo Quadros	45
2.4.2.2. A renúncia de Quadros.....	49
2.5. João Goulart, presidente.....	50

2.5.1. A Cadeia da Legalidade.....	50
2.5.2. O Parlamentarismo	52
2.5.3. O movimento anticomunista	55
2.6. A Imprensa e o Governo Goulart.....	60
2.6.1. Fase um: a imprensa e a posse de Jango.....	61
2.6.2. Fase Dois: a imprensa e o parlamentarismo	66
2.6.3. Fase Três: o afastamento da imprensa do Governo Goulart.....	67
2.6.4. Fase Final: a imprensa e o derretimento de Goulart	70
2.7. A imprensa e o golpe	75
3. Fernando Collor, a ascensão e queda televisionados	79
3.1. Introdução.....	79
3.2. Fernando, filho de Arnon de Mello	79
3.3. Fernando Collor, governador	81
3.3.1. A imprensa e o governador Collor	84
3.4. A campanha presidencial e a construção do Movimento Collorido.....	89
3.4.1. A imprensa e a campanha presidencial.....	92
3.4.1.1. “Aos amigos os favores, aos inimigos a lei”	93
3.4.1.2. O caso Eureka	94
3.4.1.3. O debate televisivo	95
3.5. Fernando Collor, presidente	98
3.5.1. O Plano Collor	99
3.5.2. A decepção collorida	100
3.6. A imprensa e as denúncias de corrupção	106
3.7. O Esquema PC	110
3.7.1. A imprensa e as denúncias de Pedro Collor	116
3.8. O impeachment.....	120
3.8.1. O relatório da CPI	121
3.8.2. A imprensa e a cobertura do impeachment.....	124
3.8.3. A votação do impeachment.....	126
4. Dilma Rousseff, a imprensa e as redes sociais na construção do impeachment	127
4.1. Introdução.....	127
4.2. Dilma e a luta armada.....	127
4.3. O início da vida política	129

4.4. Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia.....	129
4.5. Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil	130
4.6. Dilma Rousseff, presidente	131
4.6.1. As denúncias de corrupção e a substituição ministerial	131
4.6.2. O combate a desaceleração econômica.....	136
4.6.2.1. A reforma do setor elétrico	138
4.6.3. As Jornadas de Junho	139
4.7. Os esquemas de corrupção.....	144
4.7.1. Escândalo na Petrobras	144
4.7.2. Operação Lava-Jato	146
4.8. O segundo mandato	148
4.8.1. A crise econômica	148
4.8.1.1. O ajuste fiscal.....	149
4.8.1.2. O tarifaço	150
4.9. O impeachment.....	151
4.9.1. As manifestações e a imprensa	152
4.9.2. As pedaladas fiscais.....	156
4.9.3. A imprensa e o impeachment.....	162
4.9.4. O rito do impeachment	167
4.9.4.1. A votação na Câmara dos Deputados	169
4.9.4.2. O processo de impeachment no Senado Federal	170
Considerações Finais.....	171
Referências Bibliográficas	176

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito acadêmico.

Rio de Janeiro, 16 de Setembro de 2020

Paulo Santos do Amaral

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Rogério Macedo do Amaral e Elizete Santos do Amaral pela compreensão e suporte emocional e financeiro para que eu pudesse ter a oportunidade de poder residir por quase um ano no Porto e seguir estudando esta área do conhecimento que tanto me causa interesse. Agradeço também ao meu irmão, Lucas Santos do Amaral.

Agradeço também a minha amada Vania Vanessa Gonzales Rodriguez pelo amor, paciência e encorajamento, sem os quais teria sido muito mais difícil concluir esta etapa.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo discutir o papel da imprensa nos regimes democráticos. Compreender sua influência nos períodos de turbulências políticas. E analisar o comportamento dos veículos de mídia durante os governos Getúlio Vargas, João Goulart, Fernando Collor e Dilma Rousseff, apontando similaridades e diferenças na abordagem midiática dos processos políticos que os levaram à presidência, e posteriormente, a perda de seus mandatos. Avaliando também a atuação da imprensa na construção da História Política do Brasil.

Palavras-chave: Brasil; Política; Impeachment; Imprensa; Presidentes.

Abstract

This thesis has the objective of discuss the press role on the democratic regimes. Understand its influence on the political turbulent periods. And analyze the behaviour of the media vehicle during the government of Getúlio Vargas, João Goulart, Fernando Collor and Dilma Rousseff, pointing differences and similarities on the media approach of the political processes that took them to the presidency, and afterwards led them to losing their terms. Evaluating as well the media procedure on the constructions of Brazil's Political History.

Key-words: Brazil; Politics; Impeachment; Media; Presidents.

Introdução

Desde a independência, a História do Brasil é marcada por governantes que deixaram o poder por conta de pressões alheias a sua vontade. Dom Pedro I, o proclamador da independência e primeiro imperador do Brasil, abdicou de seu trono em 1831 após pressões dos liberais e a adesão dos comandantes do exército as revoltas. Dom Pedro II, seu filho, é retirado do poder pelo movimento militar de Marechal Deodoro da Fonseca que culminou na proclamação da República.

Na República, Deodoro da Fonseca foi deposto pela Revolta da Armada, após seu governo adquirir características ditatoriais. Posteriormente, com a Revolução de 1930, o presidente Washington Luís é deposto, e seu sucessor Júlio Prestes, é impedido de assumir a presidência. Após a revolução de 1930, mais cinco presidentes, abordados com mais detalhes na dissertação, são afastados do poder.

Após a promulgação da constituição de 1988, o país passou a experimentar momentos de maior estabilidade, com períodos de instabilidade política em 1992 e 2016, quando ocorreram processos de impeachment. O que demonstra que a cultura do impedimento continua presente entre a sociedade brasileira. Pela Constituição, qualquer cidadão brasileiro é elegível para apresentar uma denúncia contra o presidente ou qualquer outro ocupante de cargos públicos, como governadores, ministros de Estado, entre outros. Porém, é comum que estas denúncias sejam apresentadas por parlamentares de oposição.

No decorrer da Nova República, todos os presidentes tiveram pedidos de impeachment protocolados. Fernando Collor de Melo, que foi afastado do cargo, teve 29 pedidos de impeachment protocolados, seu vice e sucessor, Itamar Franco, teve quatro pedidos protocolados. Fernando Henrique Cardoso teve 24 pedidos de impeachment protocolados, Lula da Silva teve 37 pedidos protocolados. Dilma, também afastada do cargo, foi alvo de 68 pedidos de impeachment, seu vice, Michel Temer foi alvo de 31

pedidos.¹ E o atual presidente, Jair Bolsonaro, até julho de 2020, contava com mais de 48 pedidos de impeachment.

Porém, somente o pedido de impeachment não é garantia de que haja um processo. É necessário que existam uma série de fatores para que o presidente seja afastado. Muitos desses fatores podem ser adquiridos ou catalisados através da imprensa. Nesta dissertação analisaremos a influência direta e indireta dos veículos de imprensa, através dos meios de comunicação de massa para moldar a opinião pública, agendar os governos, elegê-los e derrubá-los. Para isto, utilizaremos quatro exemplos: Getúlio Vargas e a Crise de 1954; João Goulart e o Golpe de 1964; Fernando Collor e a Queda Televisionada (1992) e por fim, Dilma Rousseff e o Impeachment Interativo (2016).

Este assunto é caro para o Brasil dos tempos atuais, e compreendê-lo é importante para que a sociedade brasileira não seja envolta em novos períodos de instabilidade, pois a imprensa deve ser livre para assumir o papel de guardiã da democracia, mas não deve ser forte o suficiente para controlá-la.

¹ SETE pedidos de impeachment foram protocolados na Câmara nesta semana. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/646919-SETE-PEDIDOS-DE-IMPEACHMENT-FORAM-PROTOCOLADOS-NA-CAMARA-NESTA-SEMANA>>. Acesso em: 15 set. 2020.

1. Getúlio Vargas e a imprensa

1.1. Introdução

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em duas ocasiões diferentes. A primeira, após a Revolução de 30², foi a com duração mais longa. Vargas esteve no poder por 15 anos ininterruptos (1930 – 1945), sendo elevado à presidência por conta de seu papel de liderança da revolução, posteriormente eleito pela Assembleia Nacional e, a partir de 1937, com o Plano Cohen, torna-se o ditador do Estado Novo até outubro de 1945, quando Vargas é deposto, por entre outras razões a incongruência entre lutar ao lado dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial e ser um ditador antidemocrático.

Na sua segunda passagem pelo poder, Vargas retorna “nos braços do povo”, ao ser eleito por voto popular nas eleições de 1950, a contragosto da imprensa, que se recusa inclusive a dar espaço para a sua candidatura nos jornais e rádios. Essa queda de braço entre a imprensa e Getúlio tem seu apogeu em agosto de 1954 e termina com o suicídio de Vargas, fazendo com que a imprensa tenha uma vitória amarga em suas investidas contra o governo.

1.2. A imprensa no pós revolução de 1930

De acordo com Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman Weltman, as dificuldades do primeiro governo de Vargas, o Provisório, com a imprensa tiveram início logo após a instalação do novo governo. Entre as questões que os veículos de mídia esperavam que fossem tratadas pelos revolucionários, seria a liberdade de imprensa. Porém, após um curto período de liberdade, a censura foi novamente imposta aos veículos de

² A Revolução de 1930 pôs fim ao rodízio das oligarquias regionais de Minas Gerais e São Paulo, conhecida como política do café com leite, do poder. Por meios revolucionários o presidente Washington Luís foi deposto e exilado, e o líder da revolução, Getúlio Vargas, foi conduzido ao poder.

comunicação³. A importância do controle da imagem para o novo governo se mostrou logo em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP).⁴

Logo no início de 1932, o governo de Vargas passou a empastelar jornais contrários ao regime, sendo o primeiro o Diário Carioca, que apoiou a revolução de 1930, mas desiludiu-se com os resultados e passou a pedir a constitucionalização do país. A destruição do jornal causou uma crise nos revolucionários, mas Vargas manteve a decisão e oficializou a censura.⁵ Nesse ponto, a imprensa era totalmente contrária ao governo de Vargas, que para contornar a falta de apoio fomentou a criação de jornais favoráveis a ele, sendo um dos mais famosos O Radical, fundado em 1932.⁶

Com a constituição de 1937, e a subsequente criação do Estado Novo, a relação entre Vargas e a imprensa tornou-se definitivamente incompatível. A nova constituição decretou o fim da liberdade de expressão do pensamento e atribuiu à imprensa o exercício de uma função de utilidade pública, o que tornava obrigatório a todos os jornais publicar comunicados do governo. O descumprimento dessa regra era punido com a prisão do diretor do jornal.⁷

Em 1939, o DOP passou a se chamar Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e tornou-se responsável pela censura prévia de jornais e revistas, cinema e teatro, livros e todas as formas de entretenimento público, tornando ainda mais evidente que o recém-inaugurado Estado Novo tinha como objetivo o controle social e cultural do país. Este controle era de fundamental importância tanto para dar visibilidade aos feitos do

³ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.27. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁴ LUCA, Tania Regina de. As Revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. In: 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. São Luís: 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/As%20revistas%20de%20cultura%20durante%20o%20Estado%20Novo.doc>> Acesso em: 17 nov. 2019.

⁵ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.27. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

regime e para promover a figura pessoal de Vargas, quanto para censurar a divulgação daquilo que não fosse do interesse, ou contrário aos preceitos estado novistas.⁸ Jornais e jornalistas passaram a ter que se registrar no DIP para continuar suas funções. Este foi o primeiro passo dado pelo governo para a eliminação de todos aqueles jornais que não haviam se adequado as regras do novo regime.⁹ É estimado que 30% dos jornais e revistas do Brasil tenham deixado de circular por não terem conseguido o registro obrigatório no DIP.

Porém, o cerco se fechou em 1940, quando passou a ser exigido, por meio de decreto, o registro anual no DIP para a importação do papel linha d'água, e mais ainda, a isenção de taxas alfandegárias para jornais que colaborassem com o governo. Para os jornais que obtinham o registro, mas não colaborassem, as elevadas taxas deveriam ser pagas em 24 horas, o que tinha potencial para inviabilizar economicamente os jornais contrários.¹⁰

Na década que se iniciava, o rádio passou a ser o principal meio de comunicação de massa, e o novo fenômeno não passou despercebido para o regime de Vargas, que utilizava o veículo para a transmissão de discursos e notícias oficiais, mas o principal uso do rádio era mais profundo, difundir comportamentos, hábitos e valores desejáveis pelo governo para a população. Isso foi atingido através do rígido controle sobre a programação e sobre as letras das músicas, como deixa claro Tania Regina de Luca:

O exemplo da música é esclarecedor. Os compositores passaram a ser incentivados a abandonar temas como a malandragem e a boemia em

⁸ LUCA, Tania Regina de. As Revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. In: 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. São Luís: 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/As%20revistas%20de%20cultura%20durante%20o%20Estado%20Novo.doc>> Acesso em: 17 nov. 2019.

⁹ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.27. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

¹⁰ LUCA, Tania Regina de. As Revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. In: 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. São Luís: 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/As%20revistas%20de%20cultura%20durante%20o%20Estado%20Novo.doc>> Acesso em: 17 nov. 2019.

prol do trabalho, sob pena de terem suas letras censuradas, como aconteceu com *O bonde de São Januário*, de autoria de Azael de Azevedo e Wilson Batista, cujos versos diziam: *O bonde de São Januário/ leva mais um otário/ sou eu que vou trabalhar*. A letra foi convenientemente emendada: a palavra otário foi trocada por operário. O samba-exaltação, que afirma as potencialidades do país, também tornou-se moeda corrente. Aquarela do Brasil, de Ary Barroso, data de 1939.¹¹

Através do rádio, houve um grande esforço para se construir a imagem positiva de Getúlio. Em 1940 o governo encampou a Rádio Nacional e com ela criou programas que se tornaram grandes sucessos, como o Repórter Esso, radionovelas, entre outros.¹² É compreensível que o declínio do Estado Novo foi iniciado através da imprensa, ao dar voz aos que propunham novas eleições sem a participação de Vargas.

O Programa obrigatório Hora do Brasil, criado pelo Estado Novo, persevera até os dias atuais. Sob o nome de Voz do Brasil, as emissoras de rádio precisam transmitir, por força de lei, uma hora de programação, de segunda a sexta-feira, entre 19 e 21h, sobre as notícias dos três poderes.

1.3. A imprensa e o segundo mandato de Vargas

Dizer que a imprensa é a única responsável pelos desfechos da crise de agosto seria um erro, porém, negar o protagonismo dos veículos de mídia na eclosão e desfecho da crise de 1954 seria fechar os olhos aos fatos históricos. A crise, iniciada de fato no dia 05 de agosto com seu desfecho no dia 24 de agosto de 1954, é somente o apogeu dos eventos iniciados com a reeleição de Vargas na eleição presidencial de 1950.

De acordo com Abreu e Lattman-Weltman, os maiores veículos de imprensa do país não deram a mínima cobertura jornalística para a campanha de retorno à presidência de Getúlio Vargas, de fato, os veículos de mídia colocaram-se contra a candidatura.¹³ Para

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro:

que a campanha de Vargas fosse feita, foi preciso se fazer o uso de caminhões equipados com alto-falantes e a distribuição de material impresso para a divulgação de suas propostas de governo¹⁴. Mas mesmo com o boicote da imprensa contra a campanha, a candidatura de Vargas foi muito bem recebida pela classe trabalhadora, o então candidato percorre todos os estados do Brasil, visitando as capitais e cidades menores. Os veículos de mídia, ao mesmo tempo que atacavam as propostas de Vargas, apoiavam seu opositor, o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela União Democrática Nacional (UDN). Mas a imprensa, que tinha como objetivo minar a influência do getulismo e destruir a imagem de Getúlio construída durante o Estado Novo, falhou em seus objetivos e Vargas foi eleito¹⁵.

Logo após a eleição, a UDN, partido de oposição a Vargas, levantou a tese da maioria absoluta, em que seriam necessários a maioria dos votos para que se haja um consenso nacional e um presidente seja legitimamente eleito. Vargas alcançou 46,6% dos votos, porém, como cita Maria Celina D'Araújo, essa tese expressa somente “o inconformismo da UDN ao perder a segunda oportunidade de eleger seu candidato e transformar-se no partido do Governo.”¹⁶ A repercussão sobre tal fato não foi grande, o Supremo Tribunal Eleitoral reconhece o resultado das eleições, e mais ainda, alguns líderes militares aceitam os resultados também, o que inviabiliza completamente as aspirações udenistas, mas mesmo assim, para os anti-getulistas a desconfiança estava lançada.¹⁷

1.3.1. Carlos Lacerda, principal opositor

Antes de continuarmos a falar sobre o segundo governo de Vargas, é preciso dar atenção a uma peça chave para o desenrolar dos fatos da crise de 1954, o jornalista Carlos Lacerda. Lacerda é chamado pela historiadora Marina Gusmão de Mendonça de “O

Relume-Dumará, 1994, p.28. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ D'ARAUJO, Maria Celina. O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 117. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6781> Acesso em: 03 dez. 2019.

¹⁷ Ibid.

Demolidor de Presidentes”. Esse nome foi dado pela influência direta de Lacerda para o apogeu da crise de 1954, e consequente suicídio de Getúlio, e posteriormente para os desfechos da renúncia de João Goulart e o golpe civil-militar de 1964, assunto a ser tratado nos capítulos posteriores.

Nascido em 1914, Carlos Frederico Werneck de Lacerda foi o principal e mais ferrenho opositor de Getúlio Vargas. Sendo também considerado “o mais importante agitador da direita no período 1930 – 1964”.¹⁸ Lacerda foi o alvo do atentado da rua Toneleros, que foi o estopim para a crise de agosto e o subsequente suicídio de Vargas.

Criado em uma família envolvida com a política¹⁹, Lacerda inicia sua carreira no jornalismo pouco antes da revolução de 1930, quando começa a trabalhar no periódico Diário de Notícias, sendo logo reconhecido pelos intelectuais e artistas da então capital, Rio de Janeiro. Foi nessa época também que inicia sua carreira política, ao se juntar a um grupo formado por professores marxistas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro²⁰, porém, da mesma forma em que Lacerda se aproxima da esquerda, posteriormente é atraído pela direita, associando-se a revista Observador Econômico e Financeiro.

Em 1938, como parte das comemorações do primeiro aniversário do Estado Novo, foi organizada uma exposição com a finalidade de mostrar as diversas conquistas até ali adquiridas, e entre essas realizações estadonovistas havia um setor dedicado à vitória na luta contra o comunismo. Para dar mais visibilidade ao evento, foi pedido que Lacerda escrevesse uma reportagem sobre a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para ser publicada no Observador. Para conseguir as fontes e dados para a escrita da reportagem, Carlos se aproveita de sua proximidade com diversos militantes do PCB e seus laços familiares, de forma a conseguir informações importantes sobre a

¹⁸ MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p. 21.

¹⁹ Seu avô, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda, foi ministro do Supremo Tribunal Federal. Seu pai, Maurício de Lacerda, foi deputado pelo Partido Comunista Brasileiro.

²⁰ MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Nº 31, 2008. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/texto04.pdf> Acesso em: 02 dez. 2019.

organização interna do partido. O resultado de toda essa pesquisa foi uma matéria intitulada A Exposição Anticomunista, onde Lacerda expôs os nomes dos líderes e a estrutura do partido, foi desrespeitoso em relação as doutrinas marxistas, além de procurar desmoralizar as lideranças do partido.

O resultado da reportagem foi a imediata expulsão de Carlos Lacerda do PCB, o que lhe trouxe diversos prejuízos, pois o PCB distribuiu panfletos acusando Lacerda de ser um “trotskista traidor”, a maior parte de seus amigos afastou-se dele e, por fim, ele foi preso como trotskista. Esses prejuízos se estenderam ao campo financeiro, pois Lacerda passou a ser considerado como alguém não confiável.²¹

Apesar do ostracismo, Lacerda recebeu o convite de um antigo amigo, Samuel Wainer, para dirigir a seção literária de um periódico de grande prestígio, o Diretrizes, porém, Carlos não se dá conta que as consequências da expulsão do PCB ainda não haviam sido esquecidas e sua oratória, antes admirada pela esquerda, agora era vista com desconfiança, porém, Lacerda não conseguia conter sua agressividade, retomando o tom ácido que o caracterizava. E então, logo foi dispensado. Lacerda viria a trabalhar como tradutor para a Agência Interamericana, mas não tendo conseguido vencer o ostracismo, mudou-se para São Paulo, onde tornou-se supervisor do periódico Digesto Econômico, ficando porém pouco tempo, graças a um desentendimento com a direção da entidade, então, de volta ao Rio de Janeiro, aceitou convite de Assis Chateaubriand para dirigir a Agência Meridional, mas teve dificuldades de adaptação quanto a questões burocráticas e ao comando de Chateaubriand, pedindo demissão após ter alguns incidentes. Novamente desempregado, passou a ser jornalista freelancer para o Jornal Correio da Manhã e no Diário Carioca, posteriormente, Lacerda filia-se à UDN, que neste momento, ainda faz oposição ao Estado Novo. Com a perda da eleição pelo candidato udenista:

Lacerda voltaria todas as suas baterias contra Getúlio e as pessoas e forças que, de uma forma ou de outra, tivessem qualquer vinculação

²¹ Ibid.

com o ex-presidente. Com esse objetivo, e após se engajar em várias frentes, iniciou, em 1948, por ocasião dos primeiros debates em torno da exploração dos recursos naturais brasileiros, uma campanha contra a concessão de refino de petróleo a dois grupos privados nacionais (...)

²²

Ao mesmo tempo que atacava a participação nacional na exploração de petróleo, Lacerda defendia ativamente a participação do capital estrangeiro na área, e passaria a se utilizar de sua coluna no Correio da manhã para atacar as famílias proprietárias dos grupos de refino privado nacionais, causando grande constrangimento ao proprietário do jornal, que era amigo íntimo da família atacada por Lacerda, que por fim seria demitido, mantendo somente os direitos sobre o título de sua coluna no jornal, Na Tribuna da Imprensa. Mas, como afirma Mendonça:

A perda do emprego, no entanto, seria imediatamente compensada pelo surgimento da maior oportunidade de sua carreira profissional, pois os amigos Aluísio Alves, deputado pela UDN do Rio Grande do Norte, e Luís Camilo de Oliveira Neto logo o convenceram da viabilidade de fundar seu próprio jornal, o que foi conseguido por meio da mobilização de grupos empresariais vinculados ao capital externo, que forneceram os recursos necessários.

Desse modo, o vespertino Tribuna da Imprensa, editado pela primeira vez em 27 de dezembro de 1949, caracterizar-se-ia, desde o início, como um veículo de divulgação de teses antinacionalistas e antipopulares e que teria como principal objetivo, a partir de 1950, a liquidação de adversários, investindo sobretudo contra o getulismo e a política populista.²³

1.3.2. O Jornal Tribuna da Imprensa

O jornal Tribuna da Imprensa tem sua primeira edição no dia 27 de dezembro de 1949. Fundado por Carlos Lacerda, o vespertino tem amplo apoio do capital internacional para começar a funcionar, tendo como um dos principais patrocinadores a Standard Oil. O

²² Ibid.

²³ Ibid.

jornal já nasce como um representante dos oposicionistas, divulgando teses antinacionalistas e contrárias às políticas populistas.²⁴ A partir de 1950, o jornal concentra-se em fazer oposição a Getúlio Vargas, e após o atentado da Rua Toneleros²⁵, torna-se o mais efetivo meio de oposição a Vargas.

Mas, no início de sua trajetória, o jornal possuía baixa vendagem, e foi considerado “um retumbante fracasso editorial”²⁶, o que tornou o jornal o alvo predileto dos desafetos de Lacerda, que jocosamente chamavam o jornal de “lanterninha da imprensa”.²⁷ Antes mesmo do lançamento do jornal Última Hora, de seu desafeto, Samuel Wainer, o jornal passa a atacar sistematicamente o futuro periódico getulista, como na edição de 18 de maio de 1951, em que se lê “Jornais, eu os compro ou os alugo” em forma de denúncia para um grande financiamento do Banco do Brasil, e uma nota do redator sobre o “novo jornal para a propaganda do personalismo do sr. Getúlio Vargas”²⁸, ataques que seriam repetidos com frequência dali em diante.

1.3.3. A questão do jornal Última Hora

Vargas inicia seu segundo mandato acuado pela imprensa, que ainda nutria ressentimentos quanto as restrições à liberdade de imprensa impostas pelo “ex-ditador” enquanto líder do Estado Novo. A importância do diálogo com as massas, a legitimação do poder através dos simbolismos e a importância da imprensa para o controle da opinião pública eram amplamente conhecidas pelo novo presidente, mas dessa vez, sem a censura estadonovista, essas ferramentas eram também utilizadas contra o governo. Getúlio, sem o monopólio da informação, passou a ser atacado pela imprensa.

Como explica Nelson Werneck Sodré, Vargas não mais tinha condições de subjugar a grande imprensa como fazia em seu governo anterior, seu novo governo era democrático, e não havia mais lugar para qualquer tipo de censura. Mas estava já

²⁴ Ibid.

²⁵ Veremos posteriormente.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

²⁸ Tribuna da Imprensa, 18/05/1951

escancarada a possibilidade de se abrir generosos programas de crédito estatal para as empresas de mídia, portanto:

Vargas julgou que esse caminho, largamente batido, lhe permitiria ter pelo menos um órgão oficioso, capaz de permitir-lhe enfrentar a maciça frente dos jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade. Foi assim que vultuosos e rápidos créditos possibilitaram, em 1951, a Samuel Wainer fundar o vespertino Última Hora, que logo conquistou lugar de destaque na imprensa carioca e brasileira.²⁹

Porém, o lançamento deste novo jornal interveio diretamente no mercado das empresas jornalísticas, o que deu novos desdobramentos na conflituosa relação entre Vargas e a imprensa. Ao dar condições de Wainer entrar no fechado grupo dos fazedores de notícias, Vargas desequilibra completamente o jogo de forças do mercado de mídia com um duro golpe.³⁰

Com seu instantâneo êxito, o jornal Última Hora passa a atrair grande parcela dos recursos publicitários, que antes eram destinados a outros jornais da grande imprensa, causando de uma só vez a ira da imprensa, que logo percebeu a ameaça dupla ameaça que o novo jornal representava ao estabelecer um novo canal de comunicação com as massas, demolindo o bloqueio imposto pelos grandes veículos de mídia e pela queda de suas receitas, pois a venda diária e as assinaturas não eram o suficiente para a sobrevivência dos periódicos, e a ira de seus opositores pois fica claro para eles que a proximidade de Samuel Wainer com o poder é a principal razão para a concessão dos recursos necessários para a abertura do jornal.³¹ Com essa reviravolta, os opositores de Vargas ganham um alvo pelo qual poderiam atingir, indiretamente, o presidente.

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 398-399.

³⁰ Ibid.

³¹ MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Nº 31, 2008. Disponível em:

E este novo alvo seria amplamente utilizado pelos opositores do presidente para atacá-lo, pois, como cita Mendonça, embora não houvesse nenhuma prova de que Vargas houvesse determinado a criação do jornal Última Hora, ou sequer providenciado os recursos financeiros necessários para tal, a proximidade de Wainer com o centro do poder foi fator determinante para a viabilidade de se conseguir os recursos citados, de forma que se não houvesse esta proximidade, as possibilidades de acesso aos empréstimos seriam pequenas, praticamente nulas. E este fato foi amplamente utilizado pela oposição, sendo o principal utilizador Carlos Lacerda, que passa a acusar o presidente de manipular recursos públicos em favor de um veículo de mídia particular.³²

Os repetidos ataques de Lacerda ao jornal Última Hora e contra seu proprietário passam a se tornar cada vez mais frequentes, através do jornal Tribuna da Imprensa, manchetes sensacionalistas eram constantemente publicadas, sempre de forma a acusar o jornal de Wainer de se aproveitar de recursos públicos fornecidos pelo Banco do Brasil, e posteriormente acusações cada vez mais graves são feitas.

1.3.4. A CPI da Última Hora

Posteriormente, em junho de 1953, com base nas acusações proferidas por Lacerda em seu jornal, e se aproveitando da visibilidade dada ao caso, a oposição conseguiu juntar o número suficiente de assinaturas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada pela resolução n. 313, de 3 de junho de 1953, tendo o deputado Carlos Castilho Cabral como presidente da casa. Esta CPI tinha como objetivo expresso a apuração dos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil a editora Érica, empresa que edita o Jornal Última Hora. No decorrer da CPI, mais ataques foram feitos por Lacerda ao jornal e a Wainer, como pode ser visto nas primeiras páginas do jornal no

<www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/texto04.pdf> Acesso em: 02/12/2019

³² Ibid.

mês de julho, mês que marca o início do período em que os ataques e acusações atingem seu ponto máximo antes do atentado da Rua Toneleros.

Destacaremos algumas destas primeiras páginas a seguir:³³



Na edição de 01 de julho se lê *Desmoronou o Sistema Defensivo de Wainer*, em reportagem na quarta página, Lacerda transcreve, tecendo comentários acusatórios, sobre o depoimento de Samuel Wainer a CPI da Última Hora.³⁴



Na edição de 02 de julho se lê *Provado o "dumping" com a carta de um anunciante e Wainer Começa a Confissão*.³⁵

³³ Os exemplares do periódico Tribuna da Imprensa podem ser encontrados no website da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Brasil.

³⁴ Tribuna da Imprensa, 01/07/1953

³⁵ Tribuna da Imprensa, 02/07/1953



Na edição do dia 03 de julho, o jornal traz diversas acusações, como *Prova de que “Ultima Hora” jamais poderá pagar o que deve ao Banco do Brasil*, onde Lacerda acusa uma agência de publicidade de propriedade de Samuel Wainer, a ASA, de levar 35% de toda publicidade veiculada no jornal Última Hora, concluindo então que não é da pretensão de Wainer pagar os empréstimos adquiridos junto ao Banco do Brasil.³⁶



Na edição do dia 04 de julho, o periódico traz como lead *Ou Wainer diz a verdade ou Castilho Cabral chama a polícia*, trazendo ainda acima *Créditos do Banco do Brasil à quadrilha Wainer: CR\$ 285 milhões*, acusando, mais uma vez, Samuel Wainer de estar mentindo no decorrer da CPI e de se utilizar do dinheiro adquirido no empréstimo para enriquecimento ilícito.³⁷

Como pudemos ver, durante o mês de julho de 1953 foram levantadas diversas acusações diferentes por Carlos Lacerda contra Samuel Wainer, era inegável que Lacerda, motivado por episódios anteriores, tinha como objetivo destruir a reputação

³⁶ Tribuna da Imprensa, 03/07/1953

³⁷ Tribuna da Imprensa, 04/07/1953

de Wainer, mas, se aproveitando da visibilidade gerada, a CPI tornou-se um instrumento da campanha contra Getúlio Vargas, visando criar um clima de desconfiança ao redor do presidente para posteriormente fornecer condições junto a opinião pública para a instauração de um processo de impeachment.³⁸

No entanto,

O que Última Hora fizera era comum, normal, rotineiro: naquele momento, enquanto sua empresa levantara cerca de 156 milhões de cruzeiros, as organizações comandadas por Assis Chateaubriand deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil e todos sabiam que devia também às Caixas Econômicas e aos Institutos de Previdência. O curioso, pois, não estava na acusação em coro, mas no fato de os membros do coro serem passíveis da mesma acusação.³⁹

Além destas acusações mostradas acima, muitas outras são levantadas pelo jornal Tribuna da Imprensa e por Carlos Lacerda, que com certa frequência fazia pronunciamentos na televisão, como por exemplo, a acusação de que Wainer não havia nascido no Brasil, pois o artigo 160 da Constituição restringia o direito de ser proprietário de empresa jornalística aos cidadãos brasileiros, embora, como cita Mendonça, as revistas dirigidas por estrangeiros, de propriedade de grupos internacionais e até mesmo impressas no exterior já estavam circulando em território nacional.

O fato é que, a campanha conta o Última Hora obteve êxito em mobilizar a opinião pública, e conseqüentemente abalar o governo, ao convencer o público de que Vargas havia se envolvido em um caso de favorecimento, acendendo as preocupações da população acerca da moralidade e da corrupção administrativa no governo. A CPI do Última Hora termina sem lograr o êxito esperado pelos adversários de Vargas, mas a

³⁸ MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Nº 31, 2008. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/texto04.pdf> Acesso em: 02/12/2019

³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 402.

sensação de impunidade para os aliados de Vargas torna-se latente.⁴⁰ O jornal Última Hora se viu em graves dificuldades financeiras, visto que seus anunciantes migraram para outros jornais e o governo, acuado, se nega a socorrer o periódico.⁴¹

1.4. A Crise de 1954

A Crise de Agosto, como ficaram conhecidos os eventos ocorridos em agosto de 1954, se inicia na madrugada do dia 05 de agosto, quando ocorre a tentativa de homicídio a Carlos Lacerda e termina no dia 24 de agosto, com o suicídio de Getúlio Vargas

1.4.1. O Atentado da Rua Toneleros

Após inúmeros ataques desferidos pela oposição antigetulista, utilizando o Jornal Tribuna da Imprensa como palanque político, foi protocolado um pedido de impeachment contra Getúlio, classificando-o posteriormente como traidor da pátria, como escreve Mendonça:

No Congresso e na imprensa, a pressão contra Getúlio e os grupos que o apoiavam se manifestava por meio de intensa campanha de denúncias de subversão e irregularidades administrativas, e a oposição não se cansava de apontar pretensas ligações de membros do governo com os comunistas. Quanto à suposta corrupção, os ataques eram quase diários, culminando, meses depois, com a apresentação de um pedido de impeachment de Vargas, considerado, pelos grupos anti-getulistas, o responsável último pelas alardeadas irregularidades.⁴²

⁴⁰ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.30. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁴¹ MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Nº 31, 2008. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/texto04.pdf> Acesso em: 02 dez. 2019.

⁴² MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p. 144.

Porém, o pedido de impeachment não obtém sucesso, o que acaba por mostrar aos grupos anti-getulistas que as tentativas de afastar Vargas do poder por meios constitucionais se provariam infrutíferas, restando a estes grupos a destituição através de meios golpistas, o que dependia de um clima de total hostilidade pela figura do presidente na opinião pública.⁴³ O atentado da Rua Toneleros seria o pretexto ideal para tais objetivos.

Carlos Lacerda estava disputando uma cadeira na Câmara Federal e havia decidido, como ideia de campanha, fugir dos tradicionais grandes comícios, realizados em praça pública, pretendendo somente fazer estes comícios as vésperas das eleições. Como alternativa, passou a realizar pequenas conferências nas casas de correligionários, além de receber e atender a convites para debates com estudantes, sindicalistas e grupos de interessados. Na noite do dia 04 de agosto, Lacerda teve um encontro com alunos no Colégio São José, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro e o único imprevisto da noite foi rapidamente sanado. O jornalista havia sofrido tentativas de violência contra ele anteriormente, de modo que recebia escolta das forças armadas. O major Gustavo Borges, que acompanharia Lacerda aquela noite, teve um imprevisto, e por isso pediu ao major-aviador Rubens Florentino Vaz para acompanhá-lo.⁴⁴

Na madrugada do dia 05 de agosto, Lacerda voltava para casa acompanhado de seu filho Sérgio, do jornalista Amaral Neto e do major Florentino Vaz. Ao chegar ao edifício, o major, sem a preocupação com um possível atentado, estava desarmado e não subiu com o carro a rampa que dava na porta principal, que permitiria ao passageiro entrar no prédio utilizando o carro como escudo, ao invés disso, parou o automóvel na rua e continuou conversando com Lacerda. Em dado momento, resolvem parar a conversa e Lacerda desce do carro com seu filho Sérgio. Assim que desce, o jornalista se dá conta de que esqueceu a chave da porta principal e se encaminha para a garagem, fazendo um percurso diferente do esperado, então Lacerda relata ter visto um homem mulato

⁴³ Ibid.

⁴⁴ LACERDA, Claudio. Uma crise de agosto: o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 119.

atravessar a rua e parar atrás do carro do major Florentino Vaz.⁴⁵ O major deu-lhe voz de prisão e agarrou-lhe o braço, mas o homem alvejou o militar com três tiros.⁴⁶ Lacerda, que possuía um revólver de cano curto, tentou acertar o indivíduo, mas seu filho Sérgio o impedia de se movimentar ao tentar protegê-lo, nesse instante, Carlos foi atingido no pé e correu para dentro em busca de socorro. Ainda saiu novamente e atirou mais algumas vezes enquanto o criminoso fugia, mas não obteve êxito em acertá-lo, quando voltou, viu o major caído. Foram levados Lacerda e Florentino Vaz para o Hospital Miguel Couto, mas o major chegou morto.⁴⁷

Segundo o jornalista Claudio Lacerda⁴⁸, Carlos Lacerda não foi morto aquela noite justamente por ter esquecido sua chave da porta principal. O criminoso estava preparado para alvejar Lacerda quando este fosse abrir a porta, pois Lacerda ficaria com a silhueta marcada pela luz do interior do edifício, o tornando um alvo fácil, mas ao esquecer a chave e se encaminhar para a garagem, Lacerda fez o criminoso precisar mudar de posição para ter visão, fazendo-o ir de encontro com o major Florentino Vaz.⁴⁹

Alguns aspectos do crime nunca foram esclarecidos, o que abre espaço para teorias e indagações sobre o atentado. Embora a versão oficial seja de que todo o atentado tenha sido executado sob ordens do tenente Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, essa versão é contestada por Alcino do Nascimento, o atirador daquela noite, que ao sair da prisão, onde cumpriu pena de quase 23 anos, prestou longo depoimento sobre o caso, em que afirmou ter sido contratado por Fortunato para investigar Carlos Lacerda, com o objetivo de descobrir algo que o incriminasse, de modo que passou a seguir Lacerda juntamente com Climério Euribes de Almeida, também parte da guarda de Vargas. Ambos aguardavam o jornalista na porta do edifício em que ele morava, e ao vê-lo chegar, Alcino recebe a ordem para anotar a placa do veículo em

⁴⁵ LACERDA, Carlos. Depoimento, 1977 In: LACERDA, Claudio. Uma crise de agosto: o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 122.

⁴⁶ MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p. 147.

⁴⁷ LACERDA, Carlos. Depoimento, 1977 In: LACERDA, Claudio. Uma crise de agosto: o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 122.

⁴⁸ Apesar do mesmo sobrenome, o jornalista Claudio Lacerda não tem parentesco com Carlos Lacerda.

⁴⁹ LACERDA, Claudio. Uma crise de agosto: o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 123.

que Lacerda se encontrava. Ao se aproximar do veículo, Alcino é surpreendido pelo major Florentino Vaz, que tenta se desvencilhar e acaba por atirar no militar, evadindo-se posteriormente.⁵⁰

Há também a versão de que o crime tenha sido um crime comum, sem a intenção política, e até mesmo, a versão de Tancredo Neves, ex ministro de justiça de Vargas, de que o atentado tenha sido, de alguma maneira, preparado, como cita Mendonça, de forma semelhante a atentados ocorridos em países vizinhos, organizados pela Central Intelligence Agency (CIA), com o objetivo de desestabilizar o governo de Vargas, como havia acontecido no Chile.⁵¹

A tese de Tancredo é corroborada pelo coronel aviador Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão, que em entrevista a Hélio Silva, citada por Mendonça, afirma que tudo estava preparado, e que um atentado seria até mesmo desejado, pois o realce político do assassinato do major Florentino Vaz foi construído de forma a transformar o atentado em pretexto para modificação política, como por exemplo, a missa de corpo presente no Clube da Aeronáutica, o transporte a pé até o cemitério, cenas utilizadas para criar comoção pública.⁵²

Ainda na tarde do dia do atentado, o jornal Tribuna da Imprensa já estampava em sua primeira página o título *A Nação exige os nomes dos assassinos* e em artigo intitulado *O Sangue de um Inocente*, Carlos Lacerda acusa Getúlio Vargas de ser o mandante do atentado, como se lê no artigo,

RUBENS Florentino Vaz, herói do Correio Aéreo Nacional, pai de quatro crianças, caiu esta noite a meu lado. Meu próprio filho correu, com ele, o risco a que estão sujeitos os brasileiros entregues a um regime de corrupção e de terror.

Os que não cedem à corrupção caem sob a ação da violência.

⁵⁰ MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p. 149.

⁵¹ NEVES, Tancredo de Almeida. Depoimento de Tancredo Neves, 1986 In: MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p.150.

⁵² SCAFFA, Adhemar Azevedo Falcão. Entrevista a Hélio Silva apud SILVA, Hélio, 1978 In: MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, pp.150 - 151.

Temos dito isto. Há neste país quem não saiba que a corrupção do governo Vargas gera o terror do seu bando?

Dia após dia, noite após noite, a ronda da violência faz o cerco aos que não cedem à coação do dinheiro.

Hoje, que mais posso dizer? A visão de Rubem Vaz na rua, com duas balas à queima-roupa; a viagem interminável que fiz com ele até o Hospital, vendo-o morrer nos meus braços, impede-me de analisar a frio, neste momento, a hedionda emboscada desta noite.

Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite.

Esse homem chama-se Getúlio Vargas.

Ele é o responsável intelectual por esse crime. Foi a sua proteção; foi a covardia dos que acobertaram os crimes dos seus asseclas que armou de audácia os bandidos.

Assim como a corrupção gera a violência, a impunidade estimula os criminosos.

Penso nessas crianças e no meu filho. Rubens Vaz morreu na guerra. Morreu esse querido amigo, na mais terrível, na mais insidiosa das guerras: a de um povo inerme contra os bandidos que constituem o governo de Getúlio Vargas.⁵³

1.4.2. A imprensa e a Crise de 1954

Após o atentado, todos os recursos editoriais dos principais jornais voltaram-se para os desdobramentos do atentado. Os jornais oposicionistas trataram de obter informações de forma a explorar a narrativa de que Getúlio Vargas seria direta ou indiretamente o responsável pelo ocorrido, a fim de forçar sua saída do cargo.⁵⁴ A análise do comportamento destes jornais faz-se necessária para se compreender a reação da imprensa aos eventos de 5 de agosto.

⁵³ LACERDA, Carlos. O sangue de um inocente. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1954. Primeira Página.

⁵⁴ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.30. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

Abreu e Lattman–Weltman estabelecem um modelo de análise da evolução da cobertura jornalística dos principais jornais da época. São avaliados os jornais Diário Carioca, Diário de Notícias, O Estado de São Paulo e o Correio da Manhã. Em sua análise, os autores excluem os jornais Tribuna da Imprensa e o Última Hora, pois apesar de serem jornais de grande importância, são jornais com posicionamentos definidos e opostos. O jornal Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, é um grande opositor ao governo de Vargas, e o jornal Última Hora é notório apoiador do presidente. Dessa forma, a análise fica restrita aos jornais não comprometidos com os personagens envolvidos diretamente no atentado, Getúlio Vargas e Carlos Lacerda.⁵⁵

Abreu e Lattman-Weltman dividem a cobertura jornalística em quatro etapas, sendo a primeira etapa a correspondente a fase de apresentação do atentado e a construção dos fatos ocorridos, sendo também a fase da construção do significado político do incidente, classificando-o como uma grave crise política e moral. Alguns jornais apresentam também a tese de que Vargas pode vir a ser indiretamente o mandante do crime.⁵⁶

A segunda etapa corresponde, a partir dos desdobramentos da primeira etapa, na produção e ampliação de movimentos de indignação coletiva e de coletivização da indignação, de forma que os leitores possam constatar que não são os únicos a estarem indignados, uma forma de indiretamente manipular a opinião pública, dando forças a possíveis movimentos que possam vir a pedir a renúncia ou afastamento de Vargas, além dos jornais darem por comprovada a tese do envolvimento do presidente.⁵⁷

A terceira etapa inicia-se com a comprovação do envolvimento de Getúlio. Ao constatar o envolvimento, os jornais passam a considerar o presidente moralmente inapto para continuar a governar, passando a pedir-lhe que renuncie ao seu cargo. Nesta etapa, até mesmo os jornais mais moderados consideram não haver viabilidade para a

⁵⁵ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp.31 – 32. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

continuidade do governo. Nesta etapa, a construção da narrativa da gravidade dos fatos ocorridos e a interferência na opinião pública, de modo a impopularizar o presidente, já está completa, restando aos jornais convencer a população dos rumos a serem tomados a partir de então. Não é segredo que a oposição, imprensa incluída, desejava meios de levar Vargas a renúncia, a partir desta etapa, dá se início ao plano final.⁵⁸

A quarta e última etapa se inicia com o esgotamento da etapa anterior, com a imposição da renúncia ou a deposição. Mesmo com os apelos, o presidente não faz nenhum gesto de que pretende renunciar, causando o esgotamento do modo de ação da etapa anterior. A partir de então, os jornais passam a articular a deposição de Vargas, sob pena de se arrastar o país para o caos, pois o presidente não mais teria autoridade para efetivamente governar.⁵⁹

Entre os jornais observados, os jornais Diário de Notícias, Correio da Manhã, O Estado de São Paulo e Diário Carioca são os mais radicais no processo de contestação ao governo de Vargas, levando somente 5 dias para irem da etapa um, no dia do atentado, até a etapa quatro, no dia 10 de agosto. Desse modo, é possível afirmar que estes jornais possuíam acusações pré prontas, pois antes mesmo das evidências contra a guarda pessoal de Vargas serem levantadas estes jornais já se apressaram em apresentar suas conclusões, como pode ser visto a seguir:

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Ibid.



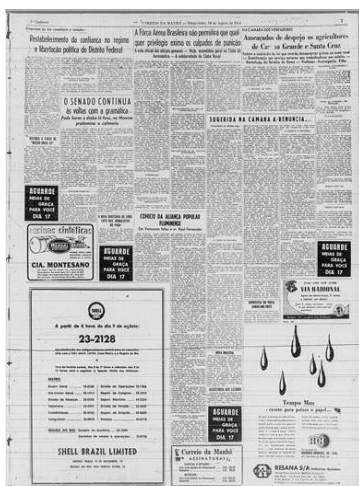
Edição de 10 de agosto do jornal Diário de Notícias, onde se lê *Afastamento do Sr. Getúlio Vargas do governo*, as declarações de Otávio Mangabeira, que se leem “*Nenhuma nação digna poderia tolerar ser governada por assassinos*”, e também no texto da reportagem, *a certeza horrenda de que o Brasil está governado, neste momento, por assassinos, de que assassinos frequentam o Palácio do Catete*. Entre outras afirmações.⁶⁰



Edição de 10 de agosto do jornal Diário Carioca, onde se lê *Deixe Vargas a presidência*, além de convidar seus leitores para a missa de sétimo dia do major Florentino Vaz e noticiar a dissolução da guarda pessoal de Vargas.⁶¹

⁶⁰ Diário de Notícias, 10/08/1954

⁶¹ Diário Carioca, 10/08/1954



Edição de 10 de agosto do jornal Correio da Manhã, onde se lê *A Fôrça Aérea Brasileira não permitirá que qualquer privilégio exima os culpados de punição e Sugerida na câmara a renúncia...* também demonstrando a rápida adoção da terceira etapa por este jornal.⁶²

Os jornais O Globo, O Jornal e Folha da Manhã se mostram mais moderados, ao esperarem as investigações prosseguirem para passarem a etapa três, evitando inclusive a etapa dois no processo. Estes jornais vieram a pedir a renúncia de Vargas somente duas semanas após os jornais mais radicais pedirem o mesmo, respectivamente nas edições do dia 21 e 24 de agosto, dia do suicídio de Vargas.

1.5. O suicídio de Vargas

Na manhã do dia 24 de agosto, após apresentar sua carta de renúncia, por volta das 8h e 30 minutos, Vargas suicida-se com um tiro no peito. Em sua carta testamento, Vargas, faz uma retrospectiva de todo o período em que foi chefe da nação, tanto no período estadonovista quanto no período em que foi eleito democraticamente, citando as campanhas feitas pela oposição em diversas ocasiões, como a renúncia no fim do Estado Novo, o regime de garantia do trabalho, a lei de lucros extraordinários, além de citar a inflação, a recém-criada Petrobrás e a crise do café, entre outras. Por fim, Vargas, em tom messiânico, diz se sacrificar para que seu sangue seja o preço do resgate do povo brasileiro, encerrando com a célebre frase “Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. (...) saio da vida para entrar na História.”⁶³

⁶² Correio da Manhã, 10/08/1954

⁶³ VARGAS, Getúlio. Carta Testamento.

1.5.1. As reações da imprensa

O suicídio de Vargas foi entre todos os desfechos possíveis para a crise de agosto o mais inesperado. Os jornais, de uma maneira geral, esboçaram perplexidade com o ato, pois haviam criado em Vargas a imagem de um homem que amava o poder⁶⁴, e que seria capaz de até mesmo matar para continuar exercendo o poder, como alardeado com o atentado contra Lacerda. Somado a esta perplexidade, veio o temor contra a reação popular. A imprensa, que diariamente divulgava a imagem do presidente como alguém sem prestígio, conivente com a corrupção, foi culpabilizada como parte da oposição a Vargas pela opinião pública.

Na manhã do dia 24 de agosto, ao passo em que a população era informada acerca do suicídio pelo rádio, passou a formar-se o que Jorge Luis Ferreira chamou de carnaval da tristeza.⁶⁵ A ocorrência de motins passou a ser registrada no Rio de Janeiro. A imprensa, receosa de perder o recém conquistado espaço político, atribuiu aos comunistas e partidários de Vargas a responsabilidade pela revolta, pois não era favorável aos jornais admitir a espontaneidade destas manifestações. Alguns jornais, como o Tribuna da Imprensa e o Globo tiveram dificuldades para circular, pois a população tentou impedir sua circulação.⁶⁶

Os jornais dividiram-se em dois grupos, pela análise de Abreu e Lattman-Weltman, o grupo de jornais populares, que trouxeram em suas páginas manchetes com a finalidade de emocionar os leitores, que mostravam a comoção, pessoas desmaiadas e em protesto contra os opositores de Vargas e o grupo de jornais mais elitistas, que não tinha como objetivo a emotividade, mas o de trazer análises políticas e artigos de opinião.

⁶⁴ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.39. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁶⁵ FERREIRA, Jorge Luis. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.61. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁶⁶ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.40. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

Havendo também o grupo de jornais oposicionistas declarados, que preferiram anunciar a posse do vice presidente Café Filho, não dando atenção ao suicídio do presidente. No dia seguinte, estes jornais oposicionistas passaram a culpabilizar a Vargas pelos seus erros e pela corrupção de sua guarda pessoal, como uma forma de defender-se das acusações populares de que a culpa pelo suicídio era dividida entre os políticos oposicionistas, os militares e a imprensa.⁶⁷

É interessante apontar também que após o suicídio houve uma mudança brusca no tratamento da imagem de Vargas pela imprensa, seja por motivo de resguardar a integridade física da redação do jornal, seja pelo receio de que a política tomasse rumos diferentes, a imagem de Getúlio passa a ser retocada. Os jornais oposicionistas, como o Diário Carioca, passam a chamá-lo de estadista, o antes indigno de ocupar a presidência torna-se um exemplo de grandeza, honestidade e patriotismo.⁶⁸

Nos tempos atuais, Vargas se destaca no imaginário popular, o seu suicídio é fato marcante na história do Brasil, porém o papel da imprensa neste episódio não é explorado pelos livros didáticos. Pode-se dizer que no imaginário popular, principalmente da população idosa, Vargas é como um santo, o que demonstra o sucesso da imprensa em reconstruir a imagem de Getúlio, e a falta de conhecimento geral sobre a influência da mídia no desfecho da crise de agosto comprova o sucesso da imprensa de se manter como um poder paralelo, que quando precisa se expor e agir de forma mais direta para o controle da opinião pública, faz um excelente trabalho de limpeza sobre seus próprios atos, de forma que no futuro, a imprensa nem mesmo seja apontada como parcialmente responsável pela interferência nos rumos da História.

⁶⁷ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.42. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

⁶⁸ ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.44. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

2. João Goulart, a imprensa e o golpe de 1964

2.1. Introdução

João Goulart é considerado o herdeiro direto do trabalhismo de Vargas. Sob a influência direta de Getúlio Vargas passou a se interessar pela política, foi eleito deputado estadual, deputado federal, tornou-se ministro do trabalho do segundo governo de Vargas, e após o suicídio do presidente assumiu a herança política de Getúlio. Foi eleito Vice-presidente por duas vezes, acompanhando o presidente Juscelino Kubitschek (PSD), nas eleições de 1955, e posteriormente o presidente Jânio Quadros (UDN), nas eleições de 1960. Chegou à presidência em setembro de 1961, após a renúncia de Quadros. Seu governo foi interrompido em abril de 1964 por conta do golpe civil militar orquestrado contra o governo de Goulart.

A imprensa tem um papel de destaque na orquestração do golpe, como afirmou posteriormente Jango, alcunha de infância, em conversa com um jornalista não identificado que o visitou em seu exílio pós golpe.⁶⁹

2.2. A relação entre a Imprensa e a trajetória política de Jango

O relacionamento entre a Imprensa e João Goulart remonta tempos muito anteriores aos dias em que Jango ocupou o mais alto cargo do Poder Executivo. Goulart inicia sua vida política em meados de 1945. Após o fim do Estado Novo, Getúlio Vargas retorna a cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul, onde era amigo e vizinho da família Goulart. Ao perceber potencial para a liderança em João, Vargas o convida para se juntar ao seu partido, o PTB, logo o lançando como candidato a deputado estadual em 1946. A proximidade com Vargas deu a oportunidade a Goulart de adquirir experiência e contatos no meio político, atraindo também a atenção da imprensa, que passou a atacá-lo enquanto Jango estava juntamente com Getúlio percorrendo diversas cidades do Brasil para a campanha da eleição presidencial de 1950, acusando-o de manter ligações

⁶⁹ Arquivo João Goulart, JG e 1964.05.00, Cpdoc/FGV.

com o então presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, induzindo a imprensa daquele país, comandada por Perón, a criticar a política pró Estados Unidos desenvolvida pelo presidente Dutra, de forma a favorecer Vargas.⁷⁰

Paralelamente, candidata-se a deputado federal pelo Rio Grande do Sul, sendo eleito, mas logo se afastando do cargo para assumir, por curto prazo, a Secretaria do Interior e Justiça do governo estadual gaúcho⁷¹, recebendo posteriormente chamado de Vargas para ajudar a resolver conflitos na capital. Em 1952 reassume seu cargo de deputado e passa a frequentar o centro de poder nacional, tornando-se destaque entre os trabalhistas, chefiando posteriormente os institutos de Previdência Social e criando novos esquemas que deram mais importância aos sindicatos no cenário nacional.⁷²

2.3. João Goulart, Ministro do Trabalho

No ano de 1953, começaram a surgir problemas econômicos no segundo governo de Vargas, a inflação passou a crescer, a produção industrial passou a entrar em declínio e surgiram protestos de setores econômicos importantes, como o agroexportador. Como meio de atenuar os efeitos da alta da inflação, os trabalhadores da classe operária, através dos sindicatos, passaram a pleitear pela obtenção de vantagens econômicas, visto que o aumento do salário mínimo proposto pelo governo não foi bem aceito pelos trabalhadores. Essa insatisfação geral com o governo fez surgir, em São Paulo, a Greve dos Trezentos Mil, que deixou claro o descontentamento com a política salarial do governo de Vargas e expôs as divergências que o então presidente tinha com seu ministro do Trabalho, José Segadas Viana, ocasionando o derretimento do prestígio político de Getúlio no meio sindical. A situação deteriorou-se mais com o surgimento da

⁷⁰ GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

⁷¹ Gentílico para pessoas e coisas vindas do Rio Grande do Sul.

⁷² GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

greve dos marítimos, em junho de 1953, momento em que as divergências de Vargas e seu ministro do Trabalho chegaram ao ponto máximo, pois o ministro, como meio de combater a greve, propôs evocar um decreto promulgado durante a Segunda Guerra Mundial, que considerava o não comparecimento ao trabalho como deserção. Nesse momento, Goulart, presidente do PTB, interveio em favor da classe operária contra o então ministro. Segadas Viana foi retirado do cargo e o nome de João Goulart foi indicado.

Porém, a indicação de Goulart para o cargo foi duramente criticada por grupos conservadores, e principalmente, pelos principais jornais, que o acusavam de possuir simpatias pelo governo de Perón, o atacavam pelos seus laços com a classe operária e denunciavam que suas pretensões eram a de tornar o Brasil uma república sindicalista. Para acalmar seus críticos, porém, Jango se compromete a não fazer um programa que possa trazer inquietações.⁷³ Entretanto, a aproximação de Goulart com as massas e lideranças sindicais atrai novamente a atenção da imprensa. Em agosto de 1953, é realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Previdência Social, que é imediatamente atacado pela imprensa como um movimento de “articulações golpistas do ministro do trabalho”⁷⁴, entre outras acusações, como pode ser visto abaixo:

⁷³ Diário Carioca, 19/06/1953.

⁷⁴ Tribuna da Imprensa, 07/08/1953.



Edição de 05 de Agosto de 1953 do jornal Diário Carioca, onde se lê *Comunistas de Jango investem contra o Congresso Nacional*. Demonstrando desde então a postura da imprensa quanto a Goulart, chamando o frontalmente de “Comunista”.⁷⁵



Edição de 04 de Agosto de 1953 do jornal Tribuna da Imprensa, onde se lê *Traição ao Brasil e ajuda ao comunismo, o golpe de Jango*. Também acusando a Goulart de golpismo e dando voz a teoria de que o ministro do Trabalho seria comunista.⁷⁶

Estas acusações tornaram-se constantes durante a carreira política de João Goulart, visto que a imprensa o considerava responsável por dar apoio e convocar greves, chegando a chamá-lo de “ministro dos trabalhadores”. Mas apesar das acusações, o Ministério do Trabalho agia de forma a evitar maiores transtornos ao governo, até

⁷⁵ Diário Carioca, 05/08/1953.

⁷⁶ Tribuna da Imprensa, 04/08/1953.

mesmo reprimindo os movimentos operários quando estes ameaçavam ultrapassar os limites da negociação, embora a negociação fosse a principal estratégia utilizada por Jango até esse momento.⁷⁷

A partir de 1954, a atuação de Goulart tem sensível mudança. O aumento do custo de vida tornou-se uma preocupação para Jango, com a defasagem dos salários frente a inflação a preocupação com movimentos grevistas torna-se uma constante. Com os frequentes ataques ao governo Vargas feitos pelo jornal de Carlos Lacerda, era de fundamental importância manter o apoio da classe trabalhadora ao governo. Tendo como objetivo minar os movimentos grevistas e manter o apoio dos trabalhadores, Jango inicia estudos para apresentar ao congresso com o objetivo de duplicar o salário mínimo, que passaria de 1.200 para 2.400 cruzeiros por mês, o que faria o salário mínimo ser superior aos vencimentos dos militares de baixa patente.⁷⁸

A reação ao aumento proposto é imediata. O então ministro da fazenda Oswaldo Aranha, que havia elaborado plano para o controle da inflação, ameaça deixar o governo caso o aumento seja aprovado⁷⁹, a UDN considera o projeto como um meio para fomentar a luta de classes, e posteriormente, em fevereiro, ao mesmo tempo em que o projeto do aumento é formalizado, 82 coronéis e tenentes-coronéis do exército assinam, e entregam ao Ministro da Guerra o Manifesto dos Coronéis, em que os militares afirmavam que o aumento dos salários causaria, ainda mais o aumento do custo de vida, o que resultaria em dificuldades para o recrutamento de novos oficiais, além de fazer reclamações quanto as precariedades das instalações das forças armadas. O projeto para dobrar o salário mínimo e um projeto que equiparava os trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos foram os últimos projetos apresentados por Goulart como Ministro do Trabalho. A imprensa deu grande visibilidade a demissão de Jango,

⁷⁷ GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

⁷⁸ Ibid.

⁷⁹ Tribuna da Imprensa, 22/01/1954.

mas apesar da demissão, Vargas promulga o aumento do salário mínimo como parte das festividades do dia do trabalhador daquele ano.⁸⁰

2.4. João Goulart, Vice-Presidente

Após o suicídio de Vargas, Jango afasta-se da vida pública e permanece em sua propriedade em São Borja até outubro de 1954, quando candidata-se a senador pelo Rio Grande do Sul. Porém, o PTB sai derrotado das eleições legislativas e Goulart não é eleito. Após esta derrota, Jango passa a articular seu partido para as eleições presidenciais de 1955 como o partido possuidor do legado varguista, o que causou alguns ataques de setores anti-getulistas, porém, mesmo com as críticas, o PTB costurava o apoio ao PSD, de Juscelino Kubitschek, trazendo Goulart como candidato a vice presidente.⁸¹ É importante mencionar que, embora nos tempos atuais as eleições presidenciais no Brasil tragam como opção chapas fechadas de presidente e vice presidente, na referida época as eleições para presidente e seu vice eram realizadas de forma independente, de forma que poderia haver um presidente e um vice presidente que faziam oposição entre si, esta foi a situação do segundo mandato de Goulart como Vice Presidente.

2.4.1. Kubitschek presidente, Goulart vice

2.4.1.1. Movimento de 11 de Novembro

Com o resultado da eleição, até mesmo um golpe militar é abertamente defendido por Carlos Lacerda⁸⁹, que passa a defender abertamente o impedimento da posse de Kubitschek e Goulart, iniciativa que encontra apoio até mesmo com os ministros da

⁸⁰ GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

⁸¹ Ibid.

⁸⁹ Tribuna da Imprensa, 09 nov. 1955.

Marinha, Edmundo Jordão Amorim do Vale, e da Aeronáutica, Eduardo Gomes, e ganha força quando no sepultamento de um militar, o coronel Jurandir Mamede fala, em nome do Clube Militar, contra a posse, o coronel é repreendido pelo general Lott.⁹⁰

No início de novembro, o presidente Café Filho adoece e transmite a presidência ao presidente da Câmara, Carlos Luz, que se mostra resistente as punições pedidas por Lott ao coronel Mamede, o que faz o general pedir demissão do Ministério da Guerra, porém, na madrugada de 11 de novembro, Lott lidera, em conjunto com o I Exército, um movimento militar com a finalidade de afastar Luz da presidência, com o pretexto de que o então presidente era apoiador das teses golpistas de Lacerda. Ainda no mesmo dia, o Congresso Nacional aprova o afastamento do presidente da Câmara e dá posse a Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, trazendo de volta ao Ministério da Guerra o general Lott. Com a melhora de Café Filho, e a possibilidade de seu retorno a presidência, Lott também pede o seu afastamento devido as suspeitas de seu apoio ao movimento golpista. O congresso também votou pelo impedimento de Café, fazendo com que Ramos permanecesse na presidência até a posse de Kubitschek e Goulart.⁹¹

2.4.1.2. A imprensa e o primeiro mandato de Goulart na vice-presidência

Após a posse, Jango procura construir uma imagem mais moderada, de modo a evitar as acusações de que ele planejava agir da mesma forma que o presidente argentino, o que deu certo até agosto de 1956.⁹² No dia 16, o jornal Tribuna da Imprensa trouxe em sua primeira página a transcrição de uma possível carta da chancelaria argentina que revelava que Goulart havia recebido dinheiro de Perón para a campanha de Getúlio

⁹⁰ GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

⁹¹ Ibid.

⁹² Ibid.

Vargas nas eleições de 1950. Este assunto repercutiu nas primeiras páginas dos jornais, como podemos ver abaixo:



Edição de 16 de setembro de 1956 do jornal Tribuna da Imprensa, onde se lê *Jango recebeu dinheiro de Perón para a eleição de Getúlio Vargas*. Exibindo três páginas com o selo da chancelaria argentina, o jornal dedica toda a primeira página para a carta.⁹³



Edição de 17 de setembro de 1956 do jornal O Globo, que dá voz ao líder da UDN, Ernâni Sátiro, que afirma *“Não nos pode interessar senão a verdade”*, dando voz também a Goulart, que afirma que *“Os documentos de agora são mais inconsistentes do que a Carta Brandi”*.⁹⁴

⁹³ Tribuna da Imprensa, 16 set. 1956.

⁹⁴ O Globo, 17 set. 1956.



Edição de 17 de setembro de 1956 do jornal Diário Carioca, onde se lê *Rojas desmente: falsa a nova Carta Brandi*. O jornal adota um tom mais sóbrio ao afirmar, logo no primeiro dia que a carta se tratava de um documento falso, trazendo também o subtítulo *Arrasada a farsa audaciosa*, onde traz detalhes das investigações da carta, em nenhum momento colocando como verdadeiro o teor da carta.⁹⁵

Posteriormente a este episódio, no mesmo mês de agosto o jornal Tribuna da Imprensa, após acusar o governo de “estar afinado com os comunistas e dominado por traidores”⁹⁶ teve sua redação invadida por forças policiais, sua edição apreendida, o que causou protestos de outros jornais, associações de estudantes, entre outros. Após estes episódios, a imprensa não teve uma atuação marcante no mandato de Kubitschek.

2.4.2. Quadros presidente, Goulart vice

Para as eleições de 1960, o PTB de Goulart apoia a candidatura de Henrique Lott, do PSD, para a presidência, causando a dissidência de alguns diretórios regionais. Contudo, os movimentos sindicais passaram a promover que Goulart fosse eleito vice presidente e Jânio Quadros, ex governador de São Paulo, fosse o candidato para a presidência, movimento não condenado por Goulart. As eleições se realizaram em 3 de outubro,

⁹⁵ Diário Carioca, 17 set. 1956.

⁹⁶ Tribuna da Imprensa. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

tendo como os vencedores Jânio Quadros, com 5,6 milhões de votos para presidente, e João Goulart, com mais de 4,5 milhões de votos.⁹⁷

Porém, com o início do mandato de Quadros, o presidente indicou um ministro anti-getulista, lançando também programas econômicos que iam de encontro com as recomendações do FMI. Com os rumos tomados por Quadros, Jango constata a impossibilidade de se construir um diálogo com o presidente e prefere se manter afastado, somente observando a crise que aconteceria como resultado das políticas adotadas pelo governo.⁹⁸

2.4.2.1. O derretimento do governo Quadros

Em maio de 1961, Jango viu-se no meio de um escândalo administrativo. Foi instaurado um inquérito acerca de irregularidades no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), sendo Goulart nominalmente apontado como um dos principais beneficiários do esquema, que fazia propaganda eleitoral às custas do dinheiro público. Por conta desse fato, Goulart enviou ao presidente uma carta, em que refutava as acusações feitas a ele, porém, o presidente não aceitou a carta e mandou devolvê-la, por “não estar vasada de termos próprios, além de não representar a verdade”⁹⁹, o que teve uma repercussão negativa entre as bancadas do PTB e PSD na câmara, que posteriormente abririam uma comissão de inquérito contra o presidente. A partir das últimas semanas de maio, com a devolução da carta de Jango por Quadros, a imprensa repercute o escândalo sob diferentes pontos de vista. O jornal Tribuna da Imprensa, sempre opositor de Goulart, traz em sua primeira página o título “*Jânio rompe com Jango e devolve carta desaforada*”¹⁰⁰, enquanto o

⁹⁷ GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid.

¹⁰⁰ Tribuna da Imprensa, 20 mai. 1961.

jornal Diário Carioca, opositor de Jânio Quadros, traz “*Jânio X Jango rompem hostilidade*”, com o subtítulo “*Vice protesta e JQ devolve sua carta*”¹⁰¹. Os jornais Diário de Notícias e O Globo se limitam a informar os fatos, não trazendo comentários. A acusação não teve desdobramentos.¹⁰²

Paralelamente a esse escândalo envolvendo Goulart, a imprensa mostrava-se muito mais atenta a política externa de Quadros, pois

Enquanto Jânio Quadros desenvolvia uma política interna considerada conservadora e plenamente aceita pelos Estados Unidos, procurou afirmar no plano externo os princípios de uma política independente e aberta a relações com todos os países do mundo. Essa orientação provocou protestos de inúmeros setores e grupos que o apoiavam, inclusive os jornais O Globo, O Estado de S. Paulo e Tribuna da Imprensa, defensores da manutenção do alinhamento automático com os Estados Unidos.¹⁰³

Somou-se a essa política externa mais aberta a recusa em apoiar os planos norteamericanos de invasão a Cuba, ou qualquer outra ação intervencionista, posteriormente reatando o relacionamento diplomático com as nações do bloco socialista e vindo a condenar o colonialismo remanescente no continente africano, sempre afirmando sua posição a favor da “autodeterminação dos povos”¹⁰⁴. Além das atitudes e da política externa de Quadros, as questões internas fizeram com que aos poucos se fosse perdido o apoio da UDN ao governo, pois, na política interna, apesar de ter indicado diversos nomes para a equipe ministerial, o partido não tinha participação nas decisões

¹⁰¹ Diário Carioca, 20 mai. 1961.

¹⁰² FGV. Cpdoc. **O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria>. Acesso em: 29 mar. 2020.

¹⁰³ QUADROS, Jânio (Jânio da Silva Quadros). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

¹⁰⁴ Ibid.

governamentais, causando frustrações. Vindo posteriormente a reduzir estes ministros a meros executores das ordens presidenciais, com a chamada política dos bilhetinhos. Estes comportamentos causaram desgastes e a completa perda da base de apoio internamente.¹⁰⁵

A crise teve o seu apogeu após Quadros receber o então ministro da economia de Cuba, Ernesto “Che” Guevara, que veio ao Brasil para agradecer o posicionamento brasileiro na reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, também conhecida como Conferência de Punta del Este.¹⁰⁶ Na conferência, o Brasil, juntamente com outros países da região, tomou posição de não aceitar que nenhuma declaração que pudesse parecer um ataque formal a outro país latino americano.¹⁰⁷ No encontro entre Quadros e Guevara, o presidente pediu, com êxito, a libertação de 20 padres espanhóis presos em Cuba e, em seguida, condecorou-o com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira atribuída a cidadãos estrangeiros¹⁰⁸, o que causou indignação dos setores civis, militares e também da imprensa, como podemos ver a seguir:

¹⁰⁵ MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p. 250.

¹⁰⁶ QUADROS, Jânio (Jânio da Silva Quadros). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

¹⁰⁷ Tribuna da Imprensa, 15 ago. 1961.

¹⁰⁸ Ministério das Relações Exteriores. **Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR/cerimonial/5696-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>. Acesso em: 31 mar. 2020.



Edição de 20 de agosto de 1961 do jornal Diário de Notícias, onde se lê *Grave Crise Entre Lacerda e Jânio* e *Jânio Quadros de Grã-Cruz a "Che" Guevara*. O jornal adota um tom sóbrio e se limita a narrar os fatos, mas expõe a crise entre o então governador Carlos Lacerda e o presidente.¹⁰⁹



Edição de 19 de agosto de 1961 do jornal O Globo, onde se lê *Grã-Cruz Para um Agitador Internacional*. O jornal traz um editorial em ataque a atitude de Jânio. O editorial começa com "Tudo tem um limite", seguido de vários parágrafos que tem como início as frases "Atingiu esse limite", seguido dos trechos "A visita dêsse senhor ao Brasil já era difícil de engolir", seguida de outras pesadas crítica a decisão presidencial de conceder a condecoração.¹¹⁰

¹⁰⁹ Diário de Notícias, 20 ago. 1961.

¹¹⁰ O Globo, 19 ago. 1961.



Edição de 22 de agosto de 1961 do jornal Tribuna da Imprensa, onde se lê *Crise é gravíssima: comunistas apoiam JQ*. Além de *Política exterior: erros e perigos*, editorial sobre a política externa de Quadros. A crise entre Quadros e Carlos Lacerda serve de estopim para que o jornal Tribuna da Imprensa, ligado a Lacerda, passasse a fazer pesados ataques ao presidente.¹¹¹

2.4.2.2. A renúncia de Quadros

Na noite do dia 24 de agosto, Carlos Lacerda

Em cadeia de rádio e televisão, fez inflamado pronunciamento em que narrava a tentativa de aliciamento de que havia sido vítima, advertindo contra o perigo de um golpe iminente. No discurso, a pretexto de questionar os rumos da política externa do governo, retomou, com vigor, a pregação anticomunista. (...) ¹¹²

A denúncia de Lacerda teve efeito, pois na madrugada do dia 25 deputados pressionaram o presidente da Câmara, Pascoal Ranieri Mazzilli, a convocar o ministro da Justiça e Negócios Interiores, mencionado por Lacerda em seu pronunciamento, para prestar informações acerca das denúncias feitas pelo governador. Mas não foi preciso cumprir os pedidos, pois ao amanhecer, ao ler sobre o pronunciamento em reportagem

¹¹¹ Tribuna da Imprensa, 22 ago. 1961.

¹¹² MENDONÇA, Maria Gusmão de. O demolidor de presidentes. São Paulo: Códex, 2002, p. 258.

do jornal Correio Braziliense, o presidente manifestou sua decisão de renunciar à Presidência da República, enviando posteriormente ao Congresso Nacional documento sucinto que dizia “Nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República. Brasília, 25 de agosto de 1961.”¹¹³ Com este ato, João Goulart tornava-se presidente do Brasil.

2.5. João Goulart, presidente

Na ocasião da renúncia de Jânio, Jango estava em viagem oficial à China, e avisado iniciou imediatamente seu retorno ao Brasil. Porém, a probabilidade iminente de Goulart se tornar o presidente criou uma profunda crise, pois os ministros militares, marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss formaram uma junta, contando com o apoio de grande parcela das forças armadas e de parte da população, anti-getulista, com o objetivo de vetar a posse de Jango, alegando que um eventual governo de Goulart levaria o país a uma guerra civil. Com o objetivo de impedir a posse, os ministros militares pretendiam impedir a volta do vice-presidente ao país, declarar seu impedimento, manter o presidente da Câmara de forma interina e no prazo de 60 dias realizar eleições extraordinárias. A resistência a este projeto veio do Rio Grande do Sul.

2.5.1. A Cadeia da Legalidade

Para fazer frente ao projeto dos militares, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, requisita a Rádio Guaíba e pede para que a estrutura da rádio seja levada até o Palácio Piratini, sede do governo estadual. A partir do palácio, Brizola passa a fazer pronunciamentos de hora em hora, não interrompendo os pronunciamentos nem mesmo durante a madrugada, embora com frequência

¹¹³ QUADROS, Jânio da Silva. Carta de renúncia.

reduzida.¹¹⁴ No segundo dia de transmissões, os transmissores são reposicionados e o alcance da transmissão chega a outros estados, onde outras rádios locais passam a retransmitir os discursos. No total, 104 emissoras no Brasil, Argentina e Uruguai formaram a chamada Cadeia da Legalidade.

A atitude de Brizola, motivada por protestos populares, chama a atenção da junta militar, que dá ordens ao general Machado Lopes, comandante do III Exército, para por fim ao movimento de resistência, se preciso até mesmo deslocando tropas do interior para a capital, Porto Alegre, e caso necessário, até mesmo utilizando aviões para bombardear a sede do governo gaúcho. O general recusa-se a cumprir as ordens e, a fim de evitar uma guerra civil, se une ao governador, avisando posteriormente para a junta militar em Brasília que somente aceitaria ordens do chefe das forças armadas, o presidente João Goulart.¹¹⁵

As transmissões levaram ao crescimento do apoio popular a resistência, o que levou os ministros militares que formavam a junta a ceder e aceitar a posse de Goulart, colocando como condição para a posse a adoção do regime parlamentarista. Goulart, em sua volta ao Brasil, decidiu entrar no país pelo Rio Grande do Sul, onde encontraria pleno apoio, mas antes de entrar em território nacional, encontrou-se com Tancredo Neves e Hugo Farias, enviados pelo presidente da Câmara a fim de convencer Goulart da adoção do regime parlamentarista, Jango entende que a adoção é o melhor a ser feito para evitar conflitos e aceita a condição. Ao chegar em Porto Alegre, Jango é recebido com grande manifestação popular e, dadas as garantias para a sua posse, viaja a Brasília no dia seguinte. Chegando à capital, Goulart pede alguns dias para se informar acerca dos acontecimentos e toma posse somente cinco dias depois, no dia 7 de setembro.¹¹⁶

¹¹⁴ HOFMEISTER, Naira. O início precário de uma cadeia que teve 104 rádios. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 ago. 2011. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/campanha-da-legalidade-assegurou-posse-do-vice-joao-goulart-em-1961-18970047#>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

¹¹⁵ BRIZOLA, Leonel (Leonel de Moura Brizola). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

¹¹⁶ GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. n.p. Disponível em:

2.5.2. O Parlamentarismo

Por conta do impasse político criado pela junta militar formada pelos ministros militares do governo de Quadros, a adoção ao parlamentarismo foi o meio encontrado para chegar a uma solução conciliatória de defesa da continuidade do regime democrático. Para endossar o clima de união nacional, Goulart procura passar tranquilidade aos seus opositores ampliando a base governista, que passa a ser composta de ministros da maioria dos partidos, sob a liderança de Tancredo Neves, do PSD.¹¹⁷ A princípio, o governo estabeleceu metas, como o reajuste salarial de acordo com a inflação, política externa independente, nacionalização de companhias estrangeiras atuando em áreas estratégicas e as reformas de base, porém os resultados alcançados pelo governo não foram os inicialmente esperados. As tentativas de se fazer as reformas se mostraram infrutíferas. Na política externa, a decisão de restabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde 1947, as vésperas do aniversário da Revolta Comunista de 1935 e a recusa em apoiar sanções propostas pelos Estados Unidos, criaram atritos dentro e fora do Brasil, com a imprensa fazendo críticas a proximidade com os comunistas no contexto da Guerra Fria internamente, e externamente causando desentendimentos com o governo norte americano.¹¹⁸ No campo econômico, a herança econômica recebida pelo governo era difícil, e o principal objetivo era o controle da inflação e o convencimento do FMI e dos Estados Unidos da credibilidade dos programas governamentais de austeridade financeira, para viabilizar o uso do capital estrangeiro para o alívio da crise econômica. Porém, nem mesmo a visita de Goulart a Washington rendeu bons frutos, o que acabou por aprofundar a crise financeira e agravar as insatisfações sociais. Todos estes fracassos e dificuldades levaram a Goulart a adotar um tom mais radical em suas posições, Em discurso em maio de 1962, Jango anuncia uma política mais ofensiva, solicita mais poderes ao congresso e pede a antecipação do plebiscito sobre a continuidade do parlamentarismo, além de defender a urgência das

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>.

Acesso em: 02 mar. 2020.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ Ibid.

reformas de base, posteriormente pedindo também ao congresso uma reforma da constituição de 1946. Essas atitudes do presidente causaram desconfiança nos setores e partidos conservadores, e por fim, a renúncia de Tancredo Neves.¹¹⁹

Para suceder Neves, Jango indica o nome de San Tiago Dantas, o ministro das relações exteriores do gabinete de Tancredo. Dantas era apoiado pelos nacionalistas, sindicalistas e partidos de esquerda, mas teve oposição das bancadas do PSD e UDN, que acabaram por se unir e vetar o nome proposto por Goulart por conta de seu desempenho como chanceler. Com o veto, Goulart indica o nome de Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, que tem seu nome aprovado por 222 votos contra 51, apoiado por todas as siglas, com exceção do PTB.¹²⁰ Porém, enquanto o nome de Auro era aprovado pelo congresso, os líderes sindicais passaram a preparar a deflagração de uma greve geral em apoio a indicação inicial do presidente, e, por fim, Auro renuncia nesse mesmo dia por conta da recusa de Goulart em aceitar a composição de sua equipe ministerial. A greve convocada acontece no dia 5 de julho, e é encerrada após Jango convocar as lideranças sindicais e negociar diretamente com elas.¹²¹ Como resultado desse contato direto entre o governo e os sindicatos, foi aprovada a lei que instituiu o décimo terceiro salário, em vigor até os dias atuais.

O impasse para a indicação de um novo primeiro ministro terminou-se com a indicação do nome de Francisco de Paula Brochado da Rocha, aprovado por 215 votos contra 58, que formou um gabinete com o principal objetivo de combater a inflação e adiantar o plebiscito. A realização do plebiscito foi, após muita pressão sindical e de setores nacionalistas do exército, marcada para o dia 6 de janeiro de 1963, porém após seguidas tentativas frustradas de pedir poderes especiais ao congresso, o gabinete de Brochado da Rocha decidiu renunciar como protesto. Isso foi visto como uma vitória agri-doce pela esquerda, pois ao mesmo tempo em que se conseguiu adiantar o plebiscito, as reformas de base não obtiveram progressos.¹²²

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

Com a aprovação da realização do plebiscito, foi obtida por Jango a permissão de constituir um conselho de ministros provisórios, sem passar pelo congresso, o que caracterizava uma espécie de presidencialismo informal. Para esta fase, Goulart nomeou Hermes Lima como primeiro ministro provisório. Após a formação do gabinete, Goulart passou a voltar-se para a campanha pela volta do presidencialismo, fazendo acenos a várias parcelas da população, o presidencialismo era apoiado até mesmo por parte do empresariado, que via com bons olhos a centralização política, tendo apoio também dos movimentos sindicais e dos oficiais militares. Com a exceção da UDN, a maioria dos partidos políticos apoiaram a volta ao presidencialismo, até mesmo porque pretendiam lançar candidatos à presidência no futuro. Paralelamente, aconteciam os preparativos para as eleições de parte do Congresso, assembleias estaduais e câmaras municipais, além de parte do executivo estadual e municipal. As eleições foram particularmente acirradas, ao passo que as forças oposicionistas passaram a se utilizar do anticomunismo, mesmo que sem muitos efeitos práticos, para fazer oposição ao governo de Jango. O resultado das eleições não trouxe uma maior base de apoio ao governo, mas Goulart e as forças governistas passaram a acreditar que as condições propiciaram o avanço das reformas de base e do nacionalismo reformista.¹²³

Além destas questões internas, o relacionamento entre Brasília e Washington passou a se deteriorar. Em setembro de 1962 foi aprovada a Lei de Remessas de Lucros, que limitava a porcentagem dos lucros que as subsidiárias poderiam mandar para o exterior, e também, com as repetidas negativas em fornecer o apoio desejado pelo presidente norte americano, John Kennedy, acerca do embargo e possível invasão de Cuba, no contexto da crise dos mísseis, o que causou até mesmo críticas públicas de Kennedy ao governo brasileiro. Essas questões externas deram munição aos setores conservadores e causaram um certo prejuízo para a economia, pois o Brasil era dependente de empréstimos de capital estrangeiro, vindos em grande parte dos Estados Unidos, com quem Goulart tentava renegociar.

¹²³ Ibid.

Por fim, no dia 6 de janeiro de 1963 acontece o plebiscito para a escolha do regime político a ser adotado pelo país, tendo como resultado a ampla preferência pelo presidencialismo. Dessa forma, Goulart adquire os amplos poderes que, através de seus primeiros ministros havia diversas vezes requisitado ao Congresso e passa a enfrentar a já conhecida crise econômico-financeira.

Mas, as expectativas duram pouco. Rodrigo Patto Sá Motta afirma que embora as expectativas estivessem altas para que o governo, finalmente com total autoridade, pudesse agir de forma a enfrentar a crise política e a crise econômica,

Teve curta duração essa “lua de mel”, pois, em pouco tempo, os setores que confiaram numa saída moderada para a crise se decepcionaram. A trégua começou a ser rompida e os moderados passaram a engrossar o coro dos direitistas radicais, que não haviam reduzido o tom da campanha anticomunista.¹²⁴

Dessa forma, fazendo com que o período presidencialista se tornasse tão ou mais conturbado que a fase parlamentarista. O movimento anticomunista teve um papel central no enfraquecimento e derrubada de João Goulart.

2.5.3. O movimento anticomunista

Nos anos anteriores ao golpe de 1964, passaram a surgir inúmeras organizações anticomunistas, motivadas principalmente pela chegada de Goulart a presidência. A maioria delas, como Liga Feminina Anticomunista, a União Feminina Anticomunista e o Centro Cívico do Brasil, surgem como protesto a política externa independente, que

¹²⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart**: entre a memória e a história. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.136.

reatou relações diplomáticas com a URSS e aproximou-se de Cuba.¹²⁵ Outras como os Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão e a Liga Cristã contra o Comunismo, possuíam ligações com grupos religioso, como a Diocese de Niterói e um grupo ecumênico, respectivamente. Havia também aquelas que visavam a conquista de trabalhadores para a causa anticomunista, como a Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (Redetral), ou aquelas criadas com o único objetivo de divulgar propaganda anticomunista, como a Cruzada Cristã Anticomunista e do Centro Brasileiro da Europa Livre. Havia ainda as organizações secretas de combate ao comunismo, como o Grupo de Ação Patriótica (GAP) e grupos claramente terroristas, como o Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), estes grupos terroristas ficaram conhecidos até mesmo por realizar sequestros e plantar bombas, tendo continuado a atuar no regime militar.¹²⁶

Mas os grupos anticomunistas que causaram mais impactos efetivos foram a Ação Democrática Parlamentar (ADP), surgida ainda no governo Jânio Quadros, que tinha como objetivo formar um grupo de parlamentares anticomunistas, chegando a ter a adesão de 100 parlamentares em poucos dias, e posteriormente tornou-se em um dos centros de mobilização conservadora para o golpe militar, o Rearmamento Moral (RM), uma organização com sede nos Estados Unidos com a finalidade de fazer uma campanha mundial contra o comunismo, que contou com a simpatia de altos oficiais do exército e de veículos de imprensa, como O Estado de S. Paulo, que distribuiu, no dia 12 de agosto de 1962, encarte gratuitamente com propaganda do movimento.¹²⁷

Estes movimentos contaram com particular simpatia de alguns veículos de imprensa, como podemos ver abaixo:

¹²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.130.

¹²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.131.

¹²⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.132.



Trecho da edição de 15 de maio de 1961 do jornal O Globo, onde se lê *Reação dos Proletários Cristãos Contra a Infiltração Comunista*. Um panfleto da Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres (Redetral), citando, na íntegra, o manifesto distribuído pelos dirigentes do movimento e dando ampla cobertura a primeira reunião do movimento.¹²⁸



Edição de 17 de maio de 1961 do jornal O Globo, onde se lê *Parlamentares Unem-se Contra o Comunismo! E o slogan dos autores da Ação Democrática Parlamentar, Anticomunista, sempre; Reacionário, nunca*. Além de trazer o manifesto completo do movimento na quarta página desta edição.¹²⁹

¹²⁸ O Globo, 15 mai. 1961, p. 4.

¹²⁹ O Globo, 17 mai. 1961.

Entidade de voluntários no RJ contra comunismo

Contra o comunismo, foi planejada a criação dos Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão. O sr. Barcelos Felo, no exercício da presidência do PSD, que idealizou a nova organização, reuniu ontem os jornalistas credenciados na Assembleia Legislativa fluminense para expor-lhes os objetivos dos "Voluntários".

A organização do caráter da dos srs. Paulo Fernandes, atual prefeito do Estado, e do sr. Cavalcanti, Badger de Rio, "será como exceto no Silveira e Miguel Couto Filho, nunca honrada brasileira e as. O sr. Miguel Couto tem vinda nacional e de Cristo o interior, em companhia, como um filho de candidato a vice-prefeito. Do distrito foi entregue venha, sr. Saramago Pimenta da arestado de N. N. N. N. A caravana paulista, de Antônio e Mocar, visitou a Região dos Lagos. Os "Voluntários" contra Maria, Sagratema, Ararua, e a região de São Paulo, S. Pedro da Aldeia e C. A. e de todos os pontos do Rio.

território fluminense e de. Foi solicitada a dragagem nos, da Brasil, em estreita das águas de Jacaré e Pontal, e em os lugares da Negra, em Maria, e de São Paulo.

O sr. Barcelos Felo disse grave perigo causado pela que o objetivo da criação grande quantidade de peixes (a) não é, propriamente, naqueles regiões.

combater os comunistas, mas, APÓLO "antiquizar-se para que vol-

tem ao lado da Democracia". Para esclarecer informa-

Os que, depois de certa tempo, as ideias propagadas no permanecerem intrínsecas quanto à sua posição, em re-

estes, "Senão, brasileiro, tudo ao próximo pleito, o

em, rejeição e as, entre, diretor municipal da UDV, e, em, expulso do território de Barra de Pirai, soba do

honestar ao sr. Miguel Couto Filho integral apoio à sua

condenação. Este apoio foi

Os candidatos ao próximo pleito aprovados em convenção ali-

da Estado, estão identificados na lista, de ser lançada a

as campanhas para o pleito candidatura do uenista Adol-

de 7 de outubro. Carrasfo Oliveira à Câmara Federal, e

equipes, com apatichem e a Ex. sr. Alceu Figueira da-

de som percorrem as ruas de nossa Assembleia Legislativa

Núcleo, fazendo a 1.ª página fluminense.

Trecho da edição de 20 de julho de 1962 do jornal Correio da Manhã, onde se lê *Entidade de voluntários no RJ contra comunismo*. Trecho em apoio ao grupo Voluntários da Pátria para a Defesa do Brasil Cristão, onde fica clara a intenção do movimento de apoiar e incentivar as campanhas de candidatos conservadores para as eleições de 1962.¹³⁰

Mas os grupos anticomunistas de maior importância foram o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), tendo o primeiro surgido em 1959 e tornando-se conhecido por meio da revista Ação Democrática, que trazia como conteúdo unicamente o ataque ao comunismo em um panorama geral. A princípio, o Ibad não obteve apoio, mas com a posse de Goulart, o grupo conseguiu sua almejada relevância, mas isto não durou muito.

A atuação da entidade despertou a atenção dos contemporâneos, pois havia indícios de envolvimento de organizações estrangeiras, principalmente por causa da sua visível riqueza. A revista, editada em material caro, tinha tiragens muito altas e distribuição gratuita. No auge, chegou-se a tirar mais de 200 mil exemplares de *Ação Democrática*. A participação da organização na campanha eleitoral de 1962 levantou ainda maior suspeita, pois foram gastos alguns milhões de dólares no financiamento de candidatos anticomunistas (...)¹³¹

¹³⁰ Correio da Manhã, 20 jul. 1962, p.4.

¹³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.134.

Com base nestas desconfianças, alguns parlamentares decidem se juntar e conseguem criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o Ibad, com as suspeitas tornando-se cada vez mais fortes no decorrer da CPI, pois os dirigentes da organização não conseguem provar a origem do dinheiro utilizado para as atividades do Ibad, reforçando as suspeitas de se tratar de financiamento estrangeiro. A CPI não tem resultados objetivos, pois os parlamentares conservadores conseguiram embargar as discussões, mas a organização é fechada mesmo assim, por decreto do presidente João Goulart.¹³²

Já o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) surgiu em meados de 1961, criado por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, que viam com preocupação o crescimento da esquerda no cenário nacional, representado principalmente pela chegada de Goulart a presidência.¹³³ A princípio, o grupo tinha como objetivo divulgar os princípios democráticos, o pensamento liberal e as vantagens da livre iniciativa, e o fazia através de filmes, publicações na imprensa e palestras, porém,

(...) Desde o início, alguns elementos do Ipês se dedicaram a conspirar pela derrubada de Jango, estocando armas e fazendo contatos na área militar. Além disso, por iniciativa da organização, foi estruturado um serviço de informações para acompanhar os passos dos inimigos esquerdistas.¹³⁴

As duas organizações, Ipês e Ibad, mantiveram algum nível de cooperação, dessa forma estimulando o surgimento de novos grupos anticomunistas, e também o fortalecimento de pequenos grupos, seja através do suporte político e ideológico, seja pela efetiva ajuda

¹³² Ibid.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.135.

financeira. Esta atuação foi fundamental para a diversificação dos setores da sociedade em que estes novos grupos surgiam, sendo os maiores novos grupos os formados por mulheres, estudantes e trabalhadores.¹³⁵ Por conta destes suporte aos grupos menores, os grupos Ipês e Ibad foram vistos como referência entre as organizações anticomunistas, e inegavelmente tiveram papel importante no golpe militar.

Porém, é importante citar que, estas organizações somente ganham importância no contexto social após 1963. Antes disso, estas organizações tinham a participação restrita de setores da direita mais radical e os mais conservadores, sendo somente após o final de 1963 que os argumentos do anticomunismo tornaram-se relevantes, pois o fracasso do plano econômico, a crescente onda grevista e os boatos, cada vez mais fortes, de que Goulart havia se posicionado a favor de planos de continuar na presidência de forma inconstitucional, criaram um temor de que um processo de radicalização esquerdista estava as portas. Neste ponto, a polarização política tornou-se muito forte, com protestos de esquerda contra o Congresso, discursos inflamados no Congresso contra as esquerdas e até mesmo movimentos armados conservadores no campo e brigas generalizadas para impedir eventos de esquerda em Belo Horizonte.¹³⁶ Com tamanha polarização, a imprensa passa a ter notável importância no controle das narrativas, e por consequência, nos rumos da política.

2.6. A Imprensa e o Governo Goulart

A atuação da imprensa é marcante no governo de Jango. Segundo Abreu, a imprensa passou por várias fases durante os dois anos do governo de Jango, sendo a primeira delas, a defesa da legalidade constitucional, caracterizada pela posse de Goulart. Nesta fase, a maioria dos jornais abriu espaço para os discursos favoráveis a manutenção do regime democrático. A segunda fase é caracterizada pela defesa empregada pelos

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart**: entre a memória e a história. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.139.

jornais a adoção do parlamentarismo como uma solução conciliadora, e o subsequente plebiscito para apontar a vontade democrática de prosseguir no regime parlamentarista ou retornar ao presidencialismo. Na terceira fase, com a Revolta dos Sargentos, a imprensa passa a se distanciar de Goulart e posteriormente pede o seu impeachment como solução para a crise política, sendo esta solução ainda apoiada nos princípios da legalidade constitucional. A fase final se inicia com a aproximação do governo com os grupos de esquerda, e a consequente perda do apoio dos grupos de centro, somado ao aprofundamento da crise político-econômica, o que fez com que a maioria dos jornais retirasse o apoio a Jango, com alguns jornais pedindo sua substituição de forma democrática e outros pedindo pela intervenção militar, sendo poucos os jornais que apoiaram o governo até os seus últimos dias.¹³⁷

2.6.1. Fase um: a imprensa e a posse de Jango

Além da Cadeia da Legalidade, já tratada anteriormente, a imprensa esteve dividida sobre a posse de Goulart. Abreu analisa o panorama e destaca que jornais como A Noite, Correio da Manhã, Correio Braziliense, Diário de Notícias, Diário Carioca, Jornal do Brasil, O Jornal e Zero Hora posicionaram-se pela continuidade do regime democrático e pela posse de Jango, como podemos ver a seguir:

¹³⁷ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.108.



Edição de 27 de agosto de 1961 do jornal Correio da Manhã, onde foi publicado o editorial *Em defesa da legalidade*, onde se encontram trechos como “Temos sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da República. Mas o fato é que ele agora é o presidente da República”. Historicamente, o Jornal Correio da Manhã é contrário a Goulart, mas defende, posteriormente no mesmo editorial, a democracia pela qual Jango foi eleito.¹³⁸



Edição de 29 de agosto de 1961 do jornal Diário de Notícias, onde se lê *Jango: “Aceitarei um Entendimento”*. Especificamente, esta edição do Diário de Notícias traz uma importante entrevista a Goulart, realizada em Paris, onde o então vice-presidente afirma que está disposto a aceitar os termos para evitar um possível conflito civil. O jornal traz também imagens de protestos contra a decisão da junta militar, ditos pelo jornal “pela legalidade”.¹³⁹ Esta edição foi apreendida por forças policiais.

Após alguns dias do impasse, com a maior parte dos jornais se colocando a favor da posse de Goulart, o então governador do estado da Guanabara, hoje anexado ao Rio de

¹³⁸ Correio da Manhã, 27 ago. 1961.

¹³⁹ Diário de Notícias, 29 ago. 1961.

Janeiro, Carlos Lacerda, determinou a censura estatal dos jornais que haviam dado apoio a posse, sendo os mais atingidos os jornais Diário de Notícias e Jornal do Brasil, como podemos ver abaixo:



Edição de 30 de agosto de 1961 do jornal Diário de Notícias, onde é notável a ausência de reportagens e se pode ler o editorial *Abuso de Poder*, onde o jornal faz críticas ao governo estadual por se utilizar de leis estadonovistas para exercer a censura, através da apreensão de edições, dos espaços em branco e do uso de aparato policial para impor as medidas determinadas.¹⁴⁰



Edição de 30 de agosto de 1961 do Jornal do Brasil, onde se pode notar a ausência de reportagens. Todo o corpo da primeira página e páginas subsequentes está tomado por anúncios de classificados. Isso é resultado da censura imposta pelo governador Carlos Lacerda.

141

¹⁴⁰ Diário de Notícias, 30 ago. 1961.

¹⁴¹ Jornal do Brasil, 30 ago. 1961.

Por outro lado, jornais como a Tribuna da Imprensa, O Globo e Estado de S. Paulo apoiaram a decisão da junta militar, classificando a posse de Jango como comunismo, frente a democracia, representada pela junta militar, como podemos ver abaixo:



Edição de 28 de agosto de 1961 do jornal Tribuna da Imprensa, onde se lê *Denys: Agora é escolher comunismo ou democracia*, trecho de entrevista do marechal Odílio Denis ao Repórter Esso, importante radialista da época.¹⁴²

¹⁴² Tribuna da Imprensa, 28 ago. 1961.



Edição de 28 de agosto de 1961 do jornal O Globo, onde se lê *Séria Advertência do Ministro da Guerra à Nação. Estamos na encruzilhada: democracia ou comunismo*. Também repercutindo as palavras do marechal Denys em entrevista.¹⁴³

Porém, até mesmo entre os jornais que defenderam a posse de Goulart, é possível notar uma certa insegurança e desconfiança em torno de Jango. Quanto a isso, Abreu nos lembra que Goulart era o herdeiro político de Getúlio Vargas, como iniciamos o capítulo a afirmar, e que por ter sido ministro do trabalho de Vargas, e por todos os seus projetos como ministro, como o do aumento do salário mínimo, que o levou a demissão do cargo, era identificado como um político de tendências de esquerda, identificado com líderes sindicais e agitador, na questão das greves enfrentadas pelo governo quando exercia o cargo de vice presidente, além de ser considerado um demagogo incapaz de governar o país por uma parcela da classe política. Para Abreu, todo o rancor e a rejeição a qual enfrentava Vargas foi transferido para Goulart, com o agravante de que Vargas não possuía sobre si a pecha de comunista, enquanto Jango era chamado desta maneira desde o início de sua carreira política.¹⁴⁴

¹⁴³ O Globo, 28 set. 1961.

¹⁴⁴ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. pp.112-113.

2.6.2. Fase Dois: a imprensa e o parlamentarismo

Com a recusa da junta militar em aceitar a posse de Jango, foi formada em 27 de agosto a Rede da Legalidade, já mencionada acima, que demonstrou o enorme poderio para a influência da opinião pública apresentado pelo rádio, que então era o meio de comunicação com mais capilaridade na população. A imprensa escrita, que salvo algumas exceções abordadas anteriormente, dava apoio a continuidade democrática, manteve esse apoio com a solução parlamentarista, e até mesmo com o jornal O Globo, anteriormente contrário a posse de Goulart, passou a apoiar esta solução, sendo o jornal Tribuna da Imprensa umas das poucas vozes dissonantes, pois acusava o Partido Comunista de ser o idealizador desta solução.¹⁴⁵

Porém, pouco depois da posse de Goulart, as ligações do nome do presidente com o comunismo se intensificam, o que causa reações da imprensa. Na edição de 1 de outubro, o Jornal do Brasil, critica discurso de Luís Carlos Prestes, onde este discursa em um ato público para a legalização do Partido Comunista. Em editorial, o jornal afirma que Prestes “quer usar as armas da democracia para, eventualmente suprimi-la”, criticando também os movimentos anticomunistas, a quem o jornal acusa de serem polarizadores e colocarem em dúvida a eficácia do regime democrático.¹⁴⁶ Também contribuiu para essa intensificação a retomada das relações diplomáticas do Brasil com a URSS nas vésperas do aniversário da Revolta Comunista de 1935, o que fez com que a imprensa visse o ato como uma provocação, fazendo até mesmo jornais favoráveis a essa reaproximação criticarem o momento em que a reaproximação foi feita.

No decorrer do regime parlamentarista, somente o jornal O Estado de S. Paulo permaneceu contrário a todas as soluções apresentadas para possibilitar o governo Jango. Segundo Abreu, o jornal combateu a emenda parlamentarista, defendendo que o sistema era ineficiente na solução de problemas, que na época eram numerosos, porém, posteriormente, com a marcação do plebiscito para o fim ou não do parlamentarismo, o jornal combateu a decisão com firmeza, acusando o plebiscito de

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ Jornal do Brasil, 1 out. 1961.

ser a consumação de um crime.¹⁴⁷ O jornal O Globo, por outro lado, passou a ser favorável a campanha do plebiscito, pois via no presidencialismo a possibilidade de Jango atacar, sem impedimentos, a crise política e inflacionária. Havia também uma tentativa de atrair Goulart para posições mais ao centro, caso obtivesse apoio de grupos mais conservadores, Abreu indica que o posicionamento mais brando de O Globo representa esta tentativa.¹⁴⁸

Com a volta do presidencialismo, assegurada pelo resultado do plebiscito, Goulart e seu grupo de apoio tiveram a falsa impressão de que o plebiscito também representava que a maioria da população era favorável as reformas de base, o que incluía também o controle do capital estrangeiro, a nacionalização de alguns setores considerados fundamentais para a economia, a extensão do direito de voto aos iletrados, a elegibilidade de todos os militares e a legalização do Partido Comunista.¹⁴⁹ Este falso entendimento serviu de combustível para os movimentos anticomunistas e para a imprensa, que passou em diversas maneiras a denunciar o perigo comunista e a criticar a postura do ministro das relações exteriores, San Tiago Dantas, pois o ministro continuava a defender a autodeterminação dos povos e o regime de Fidel Castro.¹⁵⁰

2.6.3. Fase Três: o afastamento da imprensa do Governo Goulart

Segundo Abreu, a terceira fase começou após a Revolta dos Sargentos¹⁵¹, rebelião promovida pelos cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e Aeronáutica em 12 de setembro de 1963, motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os cargos do Poder Legislativo em que estes foram

¹⁴⁷ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.115.

¹⁴⁸ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.116.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ Ibid.

¹⁵¹ Ibid.

eleitos nas eleições do ano anterior, conforme previa a Constituição de 1946.¹⁵² Os oficiais tiveram êxito em cortar as comunicações de Brasília com o resto do país, ocuparam prédios e fizeram como reféns o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Clóvis Mota e o ministro do STF, Vítor Nunes Leal. A rebelião foi sufocada no mesmo dia por tropas do Exército, que não aderiu a revolta.¹⁵³

Após a revolta, Goulart afirmou seu apoio as reivindicações dos sargentos, afirmando que elas faziam parte do cronograma de reformas do governo, o que causou críticas e a desconfiança de que Jango preparava um golpe para permanecer no poder. A partir de então, os jornais tornaram frequentes os discursos e narrativas sobre o perigo do comunismo e a “cubanização” do Brasil. Abreu cita a questão da ampliação da classe média brasileira, que não tolerava a perda da ascensão social adquirida a pouquíssimo tempo e colocava-se abertamente contra as reformas propostas pelo governo, o que incentivou o surgimento de organizações de classe média, inclusive a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), responsável por organizar as chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que posteriormente foram amplamente divulgadas pela imprensa.¹⁵⁴

A mudança no comportamento da imprensa é perceptível, diversos jornais, como o Jornal do Brasil, trataram a revolta como algo inadmissível, e exigiam a exemplar punição dos revoltosos. Quando Jango apoia as reivindicações, torna-se possível a análise do comportamento da imprensa, através de seus editoriais e matérias, pois estes passam a demonstrar seus posicionamentos de forma clara, como podemos ver no exemplo abaixo:

¹⁵² Revolta dos Sargentos. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. n.p. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-sargentos>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.118.



Na edição do dia 13 de setembro de 1963, o Jornal do Brasil traz o editorial Basta, onde se pede que “Antes que cheguemos a revolução digamos um BASTA”, pedindo que as Forças Armadas intervenham, pois, segundo o editorial, existem no Governo duas políticas coexistentes, uma legal, porém sem eficiência, e outra ilegal “visivelmente subversiva”, representada pelo Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT), organização de sindicalistas em que Jango negociava diretamente com os líderes sindicais. O editorial afirma ainda que é

hora do governo abandonar as ligações com o CGT e “tomar definitivamente o partido da ordem democrática, abandonando o da desordem” para que o governo possa cumprir “com o mais elementar de seus deveres: a entrega do Poder presidencial ao seu sucessor sem mácula das instituições democráticas”¹⁵⁵

Com a escalada das críticas contra o governo, somado a má impressão deixada pelo tratamento de Jango a revolta dos sargentos, surgiu um clima de total instabilidade política e econômica no país. Neste clima, Jango pede ao Congresso que seja instaurado o estado de sítio por 30 dias, causando desconfiança tanto em grupos de direita, que temiam um golpe para a permanência no poder, quanto em grupos de esquerda, que temiam que os poderes adquiridos no regime de exceção seriam utilizados para prejudicar os trabalhadores e movimentos populares, de forma que nem mesmo o PTB, partido de Jango, apoiou a solicitação no Congresso, fazendo com que a proposta fosse retirada por Goulart.¹⁵⁶

Após o presidente solicitar o estado de sítio ao Congresso, surge a Rede da Democracia, uma réplica conservadora da Cadeia da Legalidade de Brizola. O projeto surgiu como um

¹⁵⁵ Jornal do Brasil, 13 set. 1963.

¹⁵⁶ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.119.

programa de rádio, comandado pelas rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil, todas do Rio de Janeiro, mas passou a ser retransmitido por mais de cem emissoras afiliadas. A Rede da Democracia também transcreveu alguns discursos para os respectivos jornais de cada empresa, O Jornal, O Globo e Jornal do Brasil.¹⁵⁷

2.6.4. Fase Final: a imprensa e o derretimento de Goulart

O ano de 1964 começa com um clima de grandes incertezas. Os grupo de direita mantinham Goulart sob suspeita de planejar um golpe e assumir poderes ditatoriais, haviam dissensões entre grupos políticos de todas as esferas ideológicas e a crise econômica havia se agravado grandemente, com a inflação chegando a galopantes 79,92% em dezembro de 1963, o que causava também um grande déficit no balanço de pagamentos. Diante deste panorama, Goulart decide dar apoio a esquerda radical e passa a promover comícios a favor das tão prometidas reformas de base nas principais cidades do Brasil, decidindo também realizar estas reformas por meio de decretos presidenciais, de forma a passar por cima da autoridade do Congresso.¹⁵⁸

O primeiro destes comícios foi realizado dia 13 de março na Central do Brasil, importante estação ferroviária, e portanto um ponto de grande aglomeração, no Rio de Janeiro. Neste comício, o presidente discursou por mais de uma hora e assinou dois decretos. O primeiro deles, encampou refinarias de petróleo privadas, que já pertenciam a proprietários nacionais, mas que para os mais radicais deveriam pertencer a Petrobrás, companhia estatal, e o segundo decreto, declarou sujeito a desapropriação propriedades rurais que fossem maiores que 100 hectares, localizadas na faixa de 10 quilômetros de rodovias ou ferrovias federais, e as propriedades com mais de 30 hectares localizadas em zonas dentro das bacias de irrigação dos açudes públicos

¹⁵⁷ CARVALHO, Aloysio Castelo de. A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010. pp.15-16.

¹⁵⁸ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.122.

federais.¹⁵⁹ Além de tabelar os preços dos alugueis e imóveis em todo o país, também desapropriando imóveis desocupados.¹⁶⁰

O comício, que ficou conhecido como o Comício das Reformas, foi o ponto de união de todos os contrários a Goulart. A partir dele, a classe média e até mesmo alguns setores sociais antes favoráveis as reformas de base unificaram-se sob a bandeira do anticomunismo, a UDN e parte do PSD, além de partidos menores, passaram a pedir o impedimento de Jango, e a correlação entre o comício e o comunismo foi rapidamente estabelecida pelos jornais, como podemos ver abaixo:



Edição do dia 14 de março de 1964 do jornal Diário de Notícias, onde se lê *Constituição Não Serve Mais ao País*. O jornal traz em sua primeira página crítica a postura do presidente, seus decretos e seu discurso, dando destaque a parte dos pedidos da multidão, que nos cartazes pedia pela legalização do PC e mostravam “inclusive a foice e o martelo”, destaque feito com a intenção de classificar o comício como comunista.¹⁶¹

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ FGV. Cpdoc. **Comício das Reformas**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reforma>. Acesso em: 18 abr. 2020.

¹⁶¹ Diário de Notícias, 14 mar. 1964.



Edição do dia 17 de março de 1964 do jornal Correio da Manhã, onde se lê *Johnson Contra Comunismo na AL*. O jornal traz ampla reportagem sobre a reabertura do Congresso para o ano de 1964 e traz, durante a matéria, ataques velados ao presidente, como no subtítulo “Advertência”, onde é citada a fala do senador Auro Moura Andrade, que “nada existe acima da Constituição que a todos sujeita – o presidente da República, o Congresso, o Poder Judiciário, as Fôrças Armadas e o próprio povo”. Trazendo também, a reportagem *Impeachment de JG Mobiliza Partidos*.¹⁶²

Abreu afirma que os jornais continuaram a noticiar, sempre trazendo entrevistas com políticos e pessoas notáveis e militares, sempre com o foco na “comunização” do país.¹⁶³ Já a classe média, como resposta ao Comício das Reformas, organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, já citada anteriormente, reunindo milhares de pessoas em São Paulo, um prato cheio para a imprensa, que exibiu grandes fotografias e manchetes em suas primeiras páginas, como podemos ver a seguir:

¹⁶² Correio da Manhã, 17 mar. 1964.

¹⁶³ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.123.



recebidos com o badalar dos sinos.¹⁶⁴

Edição de 20 de março de 1964 do Jornal do Brasil, onde se lê *Passeata de 500 mil em São Paulo defende o regime*. O jornal traz toda a primeira página em cobertura a marcha, trazendo também uma fala do Marechal Eurico Dutra, ex presidente. A reportagem principal afirma que a manifestação, “em defesa da Constituição e das instituições democráticas brasileiras e de repúdio ao comunismo” foi a maior manifestação ocorrida em São Paulo até então e relata o apoio da igreja, pois ao chegar na Praça da Sé, os manifestantes foram



Edição de 20 de março de 1964 do jornal O Globo, onde se lê *São Paulo de pé em defesa da democracia*. O jornal traz fotos da marcha, que chama de “Um verdadeiro mar humano”, além de um editorial chamado *A Palavra de Ordem dos Patriotas*, em que exalta a espontaneidade da marcha e defende a saída para a crise nas normas constitucionais, ainda afirmando “Fora da Constituição será o caos e a guerra civil”.¹⁶⁵

Abreu cita entrevista de Roberto Marinho, diretor redator-chefe do jornal O Globo para John W. F. Dulles em que Marinho conta que o general Humberto Castello Branco, que

¹⁶⁴ Jornal do Brasil, 20 mar. 1964.

¹⁶⁵ O Globo, 20 mar. 1964.

veio a se tornar o primeiro presidente do regime militar, procurou os donos de jornais em fevereiro de 1964 para que os jornais ajudassem a criar um ambiente favorável para uma eventual reação militar, colocando como condição para esta reação a opinião pública favorável.¹⁶⁶

Mas a gota d'água ocorreu com a Revolta dos Marinheiros, neste episódio, no dia 25 de março, os marinheiros realizavam uma reunião para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, associação esta considerada ilegal. Mais de dois mil marinheiros e fuzileiros compareceram na reunião, entretanto, o ministro da Marinha, Sílvio Mota, emitiu ordem de prisão contra os organizadores do evento e enviou um destacamento de fuzileiros para o local, porém, o destacamento, apoiado por seu comandante, se uniu aos revoltosos, se aquartelando no sindicato dos metalúrgicos. O presidente Goulart proibiu as tropas de invadir o sindicato, causando a demissão do ministro Mota, e posteriormente, com o acordo e prisão dos líderes, Jango concedeu a estes a anistia,¹⁶⁷ dando aos grupos de direita o argumento de que os comunistas pretendiam quebrar a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, para posteriormente fazer uma revolução comunista. A imprensa se utiliza desse argumento. O jornal O Globo traz em sua edição do dia 26 de março o editorial *Animadora Constatação*, onde é elogiado o discurso do ministro da Marinha e sua postura de reconhecer que “a estrutura militar da Marinha, e com ela a sua hierarquia vem sendo abalada nos alicerces (...)”.¹⁶⁸ A partir de então os jornais passam a pedir, de forma clara a intervenção militar.

¹⁶⁶ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.123.

¹⁶⁷ FGV. Cpdoc. **A revolta dos marinheiros**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinh_eiros>. Acesso em: 18 abr. 2020.

¹⁶⁸ O Globo, 26 mar. 1964.

2.7. A imprensa e o golpe

Com exceção dos jornais Última Hora e Diário Carioca, que permaneceram em defesa de Goulart, jornais historicamente moderados, como o Jornal do Brasil, o Diário de Notícias e o Correio da Manhã passaram a ter um firme posicionamento contra o governo,¹⁶⁹ sendo um ponto marcante o uso dos editoriais na primeira página, quando habitualmente estes estavam localizados nas páginas posteriores. Estes editoriais demonstram como a situação política havia chegado a um ponto sem retorno, como podemos ver abaixo:



Edição dia 29 de março o Jornal do Brasil, onde se encontra o editorial *Na ilegalidade* que tem trechos como “O estado de direito submergiu no Brasil” e “As Fôrças Armadas foram tôdas – tôdas, repetimos – feridas no que de mais essencial existe nelas: os fundamentos da autoridade e da hierarquia, da disciplina e do respeito às leis militares (...)”, e prossegue defendendo a volta da hierarquia militar, do estado de direito e da legalidade, terminando por colocar em dúvida a capacidade ou não de Jango de exercer o comando das forças armadas.¹⁷⁰

¹⁶⁹ ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.124.

¹⁷⁰ Jornal do Brasil, 29 mar. 1964.



Edição de primeiro de abril do jornal Diário de Notícias, onde se encontra o editorial *Ainda Há Tempo*, que inicia com “Desde que assumiu o poder, o sr. João Goulart tem transformado o país num campo de manobras experimentais, adestrando-se para o exercício de sua verdadeira vocação como herdeiro direto do ditador do Estado Nôvo. (...)”, continua criticando a conduta de Goulart, ao dizer que seu proceder é ambíguo e termina com “Ainda há tempo, sempre há tempo para as soluções de bom-senso e de patriotismo.”¹⁷¹

Mas o editorial mais marcante veio do jornal Correio da Manhã, um dos jornais mais prestigiosos do país, que sempre defendeu a legalidade constitucional, porém nas vésperas do golpe militar, no fim de março, publicou três editoriais: “Basta” e “Fora”, respectivamente nos dias 31 de março, 01 de abril. Estes editoriais tiveram grande repercussão nacional e foram considerados sinais para o golpe.¹⁷²

¹⁷¹ Diário de Notícias, 01 abr. 1964.

¹⁷² ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017. p.125.



Edição de 31 de março do jornal Correio da Manhã, onde se encontra o editorial *Basta!* O editorial começa com “Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? (...)” e prossegue posteriormente “Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso (...) Queremos a realização das eleições em 1965.” E, ainda “Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade

constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Govêrno ao seu legítimo sucessor.” Terminando com “O Brasil já sofreu demasiado com o Govêrno atual. Agora, basta!”¹⁷³

¹⁷³ Correio da Manhã, 31 mar. 1964.



Edição de 01 de abril do jornal Correio da Manhã, onde se encontra o editorial *Fora!* Que contém trechos como “A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Govêrno (...) Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Govêrno ao seu legítimo sucessor.” Posteriormente o editorial afirma “Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de todas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.” E termina com “A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.”¹⁷⁴

É importante afirmar que, apesar de fazer críticas a conduta de Goulart quanto aos episódios envolvendo as forças armadas e quanto aos decretos promulgados pelo presidente, nenhum dos quatro editoriais destacados acima pede por uma ditadura, pelo contrário, o editorial “Fora” se coloca contrário a elas, mesmo que seja evidente que a ditaduras mencionadas pelo editorial sejam, além do Estado Novo, as ditaduras de esquerda em Cuba e na Europa oriental. Dessa forma, nunca foi o objetivo da imprensa ajudar a implantar um governo autoritário, e sim o de afastar o perigo comunista, narrativa exacerbada pela conjuntura da Guerra Fria. O fim do regime democrático trouxe grandes consequências para a história da imprensa no Brasil. A censura aos meios de comunicação foi rapidamente instaurada, juntamente com o início da perseguição a líderes políticos, intelectuais e sindicais, o que fez com que a imprensa se afastasse do novo regime, denunciando as arbitrariedades cometidas. Muitos jornais

¹⁷⁴ Correio da Manhã, 01 abr. 1964.

adaptaram-se à censura, outros tiveram dificuldades e acabaram por decretar falência. O regime militar durou 21 anos, até 1985.

3. Fernando Collor, a ascensão e queda televisionados

3.1. Introdução

Fernando Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito por votação direta após o fim do regime militar, em 1985, sendo também o primeiro presidente a sofrer um processo completo de impeachment. Jornalista, Collor conseguiu mobilizar o apoio praticamente unânime da grande imprensa para sua candidatura, sendo esta a principal responsável pelo seu sucesso eleitoral, já que sua campanha se iniciou com um certo descrédito, foi a imprensa também a responsável por apresentar a denúncia que levou ao processo de impeachment. Collor foi também o primeiro presidente a ser destituído do cargo sem qualquer influência das forças militares.¹⁷⁵

3.2. Fernando, filho de Arnon de Mello

Fernando Collor é descendente de uma família tradicional na política nacional, seu pai, Arnon de Mello, foi governador do estado de Alagoas de 1950 até 1954, e por parte de mãe, é neto do primeiro ministro do Trabalho após a criação deste ministério, resultado da Revolução de 1930, Lindolfo Collor. Uma coisa unia seu pai e seu avô, ambos chegaram à vida política através do exercício profissional do jornalismo. Este caminho também foi posteriormente tomado por Fernando.¹⁷⁶ Arnon era proprietário do jornal Gazeta de Alagoas e, por conta disso, tinha fácil acesso e amizade com os executivos de outros jornais. Pensando no futuro da Gazeta, Arnon buscou despertar o interesse dos

¹⁷⁵ RAMOS, Plínio de Abreu. Introdução Geral: A imprensa e o poder no Brasil. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 5.

¹⁷⁶ RAMOS, Plínio de Abreu. Introdução Geral: A imprensa e o poder no Brasil. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 6.

filhos para o jornalismo e, posteriormente, pediu-lhes emprego em jornais como O Estado de S. Paulo e Jornal do Brasil. O filho de Arnon iniciou sua carreira no jornalismo após o pai interceder por um emprego, mas surpreendeu o editor, que não possuía expectativas acerca de Collor, ao aceitar uma matéria acerca do Projeto Rondon, um projeto comunitário em Goiás. Ao chegar lá, Collor descobriu que o projeto era na verdade uma camuflagem para treinamentos antiguerrilha promovido pelo Exército, isto rendeu-lhe a sua primeira reportagem assinada.¹⁷⁷ Pouco depois, Collor deixou o jornal e teve uma experiência frustrada no mercado de ações, acabou endividado e pediu auxílio ao pai, que prometeu saldar lhe as dívidas com a condição de não mais trabalhar no mercado financeiro, lhe restando os negócios da família em Maceió, capital de Alagoas. Lá, Fernando assumiu a diretoria do grupo, que compreendia um jornal, uma rádio e uma gráfica em construção, mas logo compreendeu que a empresa não teria um futuro livre de dificuldades se não se modernizasse, construindo também um canal de televisão, seu pai concordou.

Fernando e o pai pouco entendiam de televisão, mas Pedro Collor, seu irmão, trabalhava para a Globo, em São Paulo, justamente no departamento de redes afiliadas. Após se entender com o pai, Pedro topa ajudar na modernização da empresa da família, que passa de um jornal de propaganda política para uma empresa capitalista lucrativa, que apoiava alguns políticos, sendo os principais os da família Collor de Melo. É válido lembrar que a televisão é, até os dias atuais, uma concessão governamental, sendo portanto necessário que se cumpram burocracias e se obtenham autorizações para viabilizar seu funcionamento, porém, Arnon de Melo conseguiu esta autorização sem maiores dificuldades, pois era senador do partido governista, de confiança do regime militar e amplamente conhecido por sua atuação na área das comunicações.

Também por conta da confiança do Arena, partido de sustentação ao regime militar, seu pai conseguiu a Fernando a indicação para ser prefeito de Maceió em 1979, sendo esta a primeira experiência com a administração pública de Fernando Collor. Durante o

¹⁷⁷ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 43.

mandato, Collor concedeu aumento a funcionários públicos que estavam com seus salários anteriormente atrasados, promoveu a reurbanização da orla marítima e criou campanhas para a promoção da cidade no âmbito nacional. Porém, também foi alvo de escândalos ao admitir que assinava documentos sem antes ler, pois estava sempre atarefado, num episódio em que contratou mais de três mil funcionários em apenas uma semana.

Em 1982, candidatou-se a deputado federal pelo PDS, e apoiado pelos usineiros de açúcar, foi o candidato mais votado do estado. Em seu mandato, Collor não conseguiu aprovar nenhum dos 11 projetos de lei apresentados, sendo o principal entre eles, um projeto para reduzir o imposto de renda pago por grupos de mídia, proprietários de emissoras de rádio e televisão, o que beneficiaria diretamente sua família. Em 1986 transferiu-se para o PMDB e candidatou-se ao governo de Alagoas.

Por conta deste conhecimento na área das comunicações, adquirido no jornal em que obteve seu primeiro emprego e com a emissora de televisão que ajudara a construir, Fernando, em sua campanha para eleger-se governador, deu total atenção a indignação moral cultivada pela população contra os funcionários públicos com vencimentos altos, em discrepância com o resto da população, neste que era um dos estados mais pobres do Brasil, possuindo alarmantes índices de mortalidade infantil, e ínfimos 2% da população com acesso a água potável nas torneiras.¹⁷⁸ Collor prometeu acabar com os altos vencimentos e privilégios de poucos, e para isso, teve o auxílio do poderoso grupo de comunicações que havia ajudado a fortalecer. Fernando foi eleito governador, e antes mesmo de tomar posse, iniciou sua campanha presidencial.

3.3. Fernando Collor, governador

Após eleito governador, Collor parte em férias para a Europa, ficando fora dos noticiários por quase dois meses, em uma retirada estratégica, pois Fernando sabia

¹⁷⁸ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 23.

que sua imagem poderia se desgastar caso permanecesse em constante exposição. Do exterior, organizou para que sua volta a capital alagoana se tornasse um evento midiático. Na data de sua volta, milhares de pessoas o esperavam no aeroporto, munidas de faixas, bandeiras e até mesmo bandas de música.¹⁷⁹ Segundo Mario Sergio Conti,

Ao se abrir a porta do avião, o eleito surgiu e ergueu o punho direito num gesto de força e vitória. A multidão tomou a pista, houve empurra-empurra, gritos. Collor foi alçado à caçamba de um caminhão transformado em palanque. Esgoelou: “Somos todos aqui filhos da esperança”, e a multidão respondeu com berros e abraços. Ele era o único de terno escuro. Empertigado em seu 1 metro e 84, parecia o mais alto de todos. O mais forte. O atleta. (...) Era o branco num mar de morenos, o colonizador entre os nativos. Em nenhum instante perdeu o controle do transe. Sabia o que queria da manifestação. Queria emocionar o povo e garantir imagens na televisão. Imagens de campanha eleitoral...¹⁸⁰

Segundo Conti, Collor planejou igual show midiático para a ocasião de sua posse como governador, uma caminhada de três quilômetros entre a Assembleia Legislativa e o Palácio dos Martírios, sede do Executivo. Porém, o clima não foi favorável, houve chuva forte e o público esperado não compareceu. Mas mesmo assim, a programação foi mantida e Fernando cumpriu a caminhada, percorrendo os três quilômetros de queixo empinado e olhar fixo à frente.

Tendo assumido o governo, Collor tinha pela frente grandes desafios, sendo talvez o maior deles a elite alagoana, que era composta de usineiros, os quais não eram simpáticos ao governador, e possuíam grande influência sobre os rumos do Estado, que amargava péssimos índices de desenvolvimento humano, como 42% de desemprego

¹⁷⁹ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 14.

¹⁸⁰ Ibid.

entre a população ativa, 65% de analfabetismo e altas taxas de mortalidade infantil.¹⁸¹ Para enfrenta-los, Collor anunciou que cobraria deles uma dívida no valor de 140 milhões de dólares com o Banco do Estado de Alagoas. Era prática comum aos usineiros do país inteiro tomar vultuosos empréstimos aos bancos estatais sem ter a intenção de pagá-los posteriormente, Conti estima que a dívida total do setor açucareiro do Brasil em 1989 estava na ordem de 500 milhões de dólares. Os anúncios da cobrança da dívida tinham como padrão o uso de medidas de impacto, sempre divulgadas pelas mídias em rádio e televisão.

Quanto aos funcionários públicos, antes mesmo de tomar posse como governador, Collor recebeu relatório que indicava que cerca de 12% dos funcionários estaduais não residiam nas cidades onde deveriam estar trabalhando, sendo que muitos até mesmo recebiam o seus respectivos salários por procuração, não carecendo nem mesmo comparecer para serem pagos.¹⁸² Ao ser empossado, entrou com pedido ao Procurador-geral da República para que fossem declaradas inconstitucionais as leis estaduais que concediam altos salários e vantagens, as quais Fernando chamava de exageradas. Também tornou obrigatório o comparecimento dos servidores ao seus locais de trabalho, determinou que quem possuía mais de um emprego público deveria escolher um só, e também que todos os funcionários afastados, não importando o motivo deveriam voltar ao trabalho. No dia seguinte a essas medidas, formou-se completa confusão, pois de cerca de 70 mil funcionários públicos, somente 20 mil possuíam, de fato, uma ocupação na máquina pública. Estas medidas foram chamadas de pacote de moralização por Cláudio Humberto, assessor de imprensa do governador, mas todas as medidas de impacto e apelo midiático não foram suficientes para que Collor se tornasse o foco da imprensa nacional, mas isto estava prestes a mudar, pois o governador entrou

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² COLLOR, Fernando. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>.

em ação, tomando o caminho oposto do que se tem por habitual. Collor procurou os jornalistas e os convenceu a torná-lo notícia.¹⁸³

3.3.1. A imprensa e o governador Collor

Pouco tempo após a posse, Collor foi ao encontro de Alberico Souza Cruz, diretor de telejornais de rede (âmbito nacional) da Rede Globo, e em um almoço, explicou o que estava fazendo para desmontar o aparelhamento do serviço público alagoano. Ofereceu também imagens, captadas pela TV Gazeta, dos funcionários, que sem cargo definido lotavam as repartições e formavam grandes filas. Souza Cruz afirmou-lhe que seria feito um Globo Repórter¹⁸⁴ sobre o tema, que foi ao ar duas semanas após a conversa.¹⁸⁵

Segundo Conti,

[O programa] Durou uma hora, fora os intervalos comerciais. O apresentador Sérgio Chapelin simulou estar um pouco exaltado, como para espelhar o presumível repúdio dos espectadores aos marajás. O comentarista Joelmir Beting usou estatísticas apocalípticas para dar a dimensão econômica do problema. O cartunista Nani amenizou o programa com piadas gráficas. A terceira das seis reportagens, apurada e apresentada pelo repórter Francisco José, foi sobre Alagoas. Mostraram-se as filas de funcionários para bater o ponto. Uma sala com sete telefonistas para atender um telefone. Trinta e seis assistentes administrativas numa sala onde só cabiam quatro. Dezenas de caminhonetes trazendo pessoas do interior para bater o ponto em Maceió (...)¹⁸⁶

¹⁸³ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 24.

¹⁸⁴ Globo Repórter é um programa jornalístico exibido pela Rede Globo. O programa apresenta semanalmente minidocumentários de produção própria ou traduções de documentários produzidos pela britânica BBC.

¹⁸⁵ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 33.

¹⁸⁶ Ibid.

Mas apesar de imagens e uma muito breve entrevista com o governador, Collor não teve destaque nem privilégios no programa, a aparição de Alagoas teve menos de dez minutos de duração, mas ainda assim foi vista como benéfica por Fernando. As reportagens mostravam-no como um político sério. Para agradecer, Collor foi ao Rio de Janeiro e pediu para passar na emissora na parte da tarde, lá foi recebido por Souza Cruz, que percebeu que as ambições do então governador não se resumiam ao governo estadual.¹⁸⁷

Collor não se deu por satisfeito com sua recente aparição na televisão e buscou, através de seu irmão Leopoldo, contato com o chefe da sucursal de São Paulo do Jornal do Brasil, Augusto Nunes para sugerir a realização de uma entrevista, após contar os feitos de Fernando no governo alagoano, o jornalista gostou da ideia e aceitou realizar a entrevista, publicando-a no dia seguinte a sua realização¹⁸⁸, como podemos ver abaixo:



Edição do dia 05 de abril de 1987 do Jornal do Brasil, onde se lê *Collor sacode Alagoas com reforma agrária*. A reportagem foi lançada domingo pela manhã, com somente um dia completo de distanciamento do Globo Repórter, programa que vai ao ar, até os dias atuais, sexta-feira à noite.¹⁸⁹

¹⁸⁷ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 34.

¹⁸⁸ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 35.

¹⁸⁹ Jornal do Brasil, 05 abr. 1987.



Trecho da edição de 05 de abril de 1987 do Jornal do Brasil, onde se lê *“Furacão Collor” começa a mudar a vida de Alagoas*. No decorrer desta reportagem, a imagem de Collor para os próximos anos é definitivamente forjada pela imprensa. Os repórteres apresentam o governador como um furacão para leitores que estão acostumados com a política e os políticos no ritmo de uma brisa suave, dando também ao entrevistado a oportunidade de rebater as críticas que vinha recebendo, e vindo a compará-lo até mesmo com o Ex-Rei de Espanha, Juan Carlos, por ter esperado que o general Francisco Franco abdicasse ao poder para assumi-lo, como

Collor esperou chegar ao poder para “encerrar uma era e inaugurar uma nova linhagem política.”¹⁹⁰

Collor gostou do que leu. Manteve contato com Augusto Nunes e Ricardo Setti, responsáveis pela reportagem e os enviava presentes. Os repórteres avaliaram ter feito um bom trabalho a princípio, mas posteriormente concluíram que faltou a matéria uma contraparte, Collor foi a única voz apresentada.¹⁹¹

Na terça feira, dia 07 de abril, Collor visitou a editora Abril, que publica a revista que na época era a mais lida do Brasil, a revista Veja. Lá, conversou com os diretores da editora e os convenceu que era notícia, apresentando seus feitos e enxugamento da máquina pública. Na semana seguinte foi procurado de última hora para uma entrevista, que foi publicada no domingo seguinte com o título de “Vou acabar com os marajás”. Em uma

¹⁹⁰ Jornal do Brasil, 05 abr. 1987.

¹⁹¹ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 36.

semana, Collor foi personagem de um programa investigativo na televisão, uma das figuras centrais da capa de um jornal de circulação nacional e entrevistado na revista de maior circulação nacional.¹⁹² Mas a exposição midiática ao movimento Collorido estava só começando, nos meses subsequentes a aparição do então governador na mídia iria se tornar uma constante.

Collor adota uma postura moralizadora, colocando-se com bastante frequência na pauta dos jornais. Para isso, Fernando cria um forte laço com Souza Cruz, e passa a tomar medidas administrativas pensadas para torná-lo personagem do televisivo Jornal Nacional, o telejornal de maior influência nacional. Um exemplo desta postura é a decisão de acabar com os carros oficiais do governo alagoano, feita sob medida para o telejornal, sempre que estava prestes a assinar ou anunciar uma grande medida, ligava para Souza Cruz, que enviava uma equipe para cobrir a decisão. Em uma das ocasiões, Collor adiou a assinatura de uma medida para que houvesse tempo de a equipe chegar a Maceió e poder cobrir a medida em questão. Após as entrevistas, Collor agradecia a Souza Cruz, que não via nada de impróprio nessa proximidade, pois o diretor estava acostumado a estar cercado de políticos e via essa constante proximidade como uma busca por notícias e diálogo com fontes, acreditando também que a política e o jornalismo são inseparáveis.¹⁹³

No período em que foi eleito governador, em 1986, até tornar pública a sua intenção de se candidatar a presidência, em fevereiro de 1989, Collor foi tema de cerca de 57 reportagens nos jornais O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo.¹⁹⁴ Lattman-Weltman analisa que estes quatro jornais, na época considerados os principais jornais do Brasil, apresentavam um padrão no tratamento editorial dado a Collor, chegando a, em alguns momentos, terem o título igual, como por exemplo:

¹⁹² CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 49.

¹⁹³ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 59.

¹⁹⁴ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestão do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 23.

Collor vai ao STF para que deputado não tenha aumento

MACÉIO — O governador Fernando Collor de Mello pediu ao Supremo Tribunal Federal a decretação da inconstitucionalidade dos subsídios pagos aos deputados estaduais alagoanos. Esses subsídios passaram de CZ\$ 93 mil, em março último, para CZ\$ 203 mil, e deverão chegar a CZ\$ 250 mil com o último gatilho.

Collor havia solicitado aos deputados que congelassem seus subsídios em CZ\$ 93 mil e, tomando a iniciativa, fixou nesse valor sua própria remuneração. Dos 27 deputados, dois — Euclides Melço e Antônio Holanda, ambos do PMDB — disseram que concordavam. Outro do PMDB, Dilton Simões, fixou por conta própria em CZ\$ 107 mil os subsídios e doou o restante a entidades filantrópicas subvencionadas pelo estado.

A Assembléia de Alagoas tem 27 deputados, mas o estado paga a 28, porque um titular, Edval Gaia (PFL), licenciou-se por 120 dias e o suplente, João Sampaio, assumiu a vaga com os mesmos direitos.

Além dos CZ\$ 203 mil mensais, cada deputado tem direito a um carro com motorista, 500 litros de gasolina ou álcool por mês e duas passagens aéreas, para qualquer ponto do país, que alguns preferem transformar em crédito em dinheiro.



Collor de Mello

Trecho da edição de 24 de junho de 1987 do Jornal do Brasil, onde se lê *Collor vai ao STF para que deputado não tenha aumento*.¹⁹⁵

Collor vai ao STF contra Cz\$ 204 mil dos Deputados

MACÉIO — O Governador Fernando Collor de Mello encaminhou, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de inconstitucionalidade dos salários dos 27 deputados estaduais de Alagoas, que desde o mês passado passaram a receber Cz\$ 204 mil por mês, o que, em conjunto, equivale ao pagamento de três mil trabalhadores de salário mínimo.

— O próprio funcionalismo estadual — disse o Governador — teve sua dose de sacrifício e aceitou que os gatilhos fossem disparados parceladamente. Esses mal pagos servidores não podem conviver com os novos marajás que estão ganhando salários astronômicos.

O Presidente da Assembléia Legislativa, Francisco Mello, aliado do

Governador, diz que os vencimentos dos deputados estaduais correspondem a dois terços dos federais e foram fixados pela União Parlamentar Interestadual (UPI). Para considerar justo o aumento, argumentou que os deputados "utilizam a maior parte do que ganham" em benefícios políticos em suas bases. Mas concorda com qualquer resultado que possa sair do Supremo.

— O Governador — afirmou Mello — tem direito de recorrer, mesmo sendo o único Governador a não aceitar a decisão de uma mesa diretora que fixa os salários. Desta maneira ele poderá até estabelecer definitivamente, através do Supremo, os salários de todos os deputados do País.

Trecho da edição de 24 de junho de 1987 do jornal O Globo, onde se lê *Collor vai ao STF contra Cz\$ 204 mil dos Deputados*.¹⁹⁶

É possível perceber também que além dos títulos das matérias serem muito semelhantes, o texto também é muito parecido entre as duas matérias. Um padrão observado por Lattman-Weltman é o de sempre retratar Collor como o protagonista das ações, com trechos como “Collor não faz”, “Collor diz”, “Collor não aceita”.¹⁹⁷

Mas nem tudo eram flores para o governador, sua ferrenha campanha moralizadora contra os marajás acabava por esbarrar em atritos jurídicos, o que acabou levando Collor a tomar providências contrárias ao seu programa de marketing, como por exemplo, quando mesmo com liminar garantindo o não pagamento dos privilégios contidos nos

¹⁹⁵ Jornal do Brasil, 24 jun. 1987.

¹⁹⁶ O Globo, 24 jun. 1987.

¹⁹⁷ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestação do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 23.

salários dos desembargadores do Tribunal de Justiça, o governador fez acordo para o pagamento integral dos vencimentos, com a condição de que este acordo fosse mantido secreto.¹⁹⁸ Outras polêmicas também se acumulavam, como a falência do Banco do Estado de Alagoas, os gastos pessoais do governador, que ultrapassavam até mesmo a verba destinada à Secretaria de Educação e episódios com a Secretaria dos Transportes, que incluíam desvios de verbas e acordos prejudiciais ao erário público.¹⁹⁹ Porém, estas polêmicas só tornaram-se públicas e foram expostas na imprensa com os esforços dos veículos de mídia para levar Collor ao impeachment, quatro anos depois. Até então, Collor era recepcionado com festa no Carnaval do Rio de Janeiro, possuía fácil trânsito entre os jornalistas e era, de certa forma, visto com bons olhos por eles.

3.4. A campanha presidencial e a construção do Movimento

Collorido

Após a definição das regras para a realização das eleições presidenciais pela nova Constituição, o rumo das pautas jornalísticas voltou-se para a crise econômica, que chegou a contar com mudança da moeda como medida para se tentar controlar a inflação galopante, e também para as medidas do governo Sarney para o controle desta crise.²⁰⁰ Quanto ao noticiário político, constavam somente especulações para nomes de presidenciáveis e a indefinição dos maiores partidos, tidos como os únicos capazes de opor com real perigo as candidaturas de esquerda, então já definidas, com Leonel Brizola pelo PDT, histórico partido de Vargas e Jango, e o nome forte do movimento operário, Luís Inácio Lula da Silva, do recém inaugurado Partido dos Trabalhadores, o PT, respectivamente em primeiro e segundo lugar nas pesquisas de voto preliminares.

¹⁹⁸ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 50.

¹⁹⁹ COLLOR, Fernando. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>.

²⁰⁰ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestação do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 15.

Collor não era considerado como favorito, e não aparecia nos noticiários como administrador público, chamando mais a atenção com sua campanha moralizadora.

A situação de Fernando começa a mudar com a exibição do programa do pouco conhecido Partido da Juventude (PJ), agora rebatizado Partido da Reconstrução Nacional (PRN) através do horário gratuito de televisão. Esta não seria a primeira vez que Collor apareceria no programa eleitoral gratuito do PJ, porém, na primeira vez em que foi convidado, em meados de 1988, teve grande parte de sua aparição vetada pela Justiça Eleitoral, visto que não era filiado ao PJ, porém, a proibição foi benéfica ao então governador. A audiência do programa considerou que Collor foi censurado pois “dizia verdades” e “incomodava o governo”. Já por ocasião deste primeiro programa, a equipe de Collor, através do recém inaugurado instituto de pesquisas Vox Populi, fez uma pesquisa para saber a aceitação ao nome de Collor e quais eram as questões mais urgentes para o eleitorado. O programa vetado foi feito com base nas respostas obtidas.²⁰¹ Com o segundo programa a ser gravado a estratégia não foi diferente, o material foi feito sob medida para ir de encontro com os anseios da população, e somado a isto, o programa, que foi ao ar dia 30 de março de 1989, foi apresentado por atores conhecidos, se utilizou de artifícios para atingir ao eleitorado mais jovem, colocando se como atento as questões ambientais, e como um ato final, mostrou as filmagens feitas pela TV Gazeta em Maceió, já utilizadas em outras ocasiões.²⁰²

O programa não repercutiu na imprensa, foi simplesmente ignorado pelas revistas e ganhou no máximo algumas notas em alguns jornais, porém, foi um grande êxito em termos de audiência, atingiu cerca de 61 pontos percentuais, ou cerca de 50 milhões de espectadores.²⁰³ O nome de Collor tornou-se o mais escolhido nas pesquisas em apenas três semanas.

²⁰¹ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 70.

²⁰² CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 102.

²⁰³ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestação do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 18.

Praticamente um mês depois da exibição do programa eleitoral do PRN foi exibido o programa do Partido Trabalhista Renovador (PTR), também concebido e pago por Collor. Para este programa, as pesquisas indicaram que a exibição de cenas onde eram mostradas pessoas em condições de miséria não foram bem recebidas pelos espectadores, e por isso essas cenas foram cortadas, enquanto outras cenas, bem aceitas, foram reforçadas, como diz Conti:

Para reforçar a mensagem ecológica, Collor, seus dois filhos e Rosane navegavam de lancha em rios da Amazônia. Numa sequência com enfoque de reportagem, Collor percorreu armazéns do governo federal, no estado de Tocantins, apontando para as toneladas de arroz que apodreciam enquanto os brasileiros passavam fome. O candidato detalhou sua proposta sobre a dívida externa, derivando para o irrealismo: garantiu que só a pagaria quando o Brasil estivesse crescendo 7% ao ano. A cada mudança de assunto aparecia um coro de jovens gritando: “Queremos um Brasil novo!”.²⁰⁴

Após somente 20 dias, Collor estaria no ar novamente no programa eleitoral do Partido Social Cristão (PSC), neste programa a fórmula do sucesso se repetia, com a adição mais importante sendo as imagens de uma longa fila em São Paulo, que no final do programa foi revelada como sendo a fila para se tirar passaportes, na Polícia Federal, e as pessoas que lá estavam foram apresentadas como pessoas que estavam imigrando em busca de melhores condições de vida. Após a exibição destes três programas eleitorais, Collor passou a ter 32% das intenções de voto.²⁰⁵

Para esta arrancada, a imprensa foi irrelevante, os principais responsáveis pela impressionante ascensão do agora candidato foram sua assertividade para estabelecer uma conexão com o seu público alvo e sua experiência em fazer da política um

²⁰⁴ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 103.

²⁰⁵ Ibid.

espetáculo, porém, ao se encontrar em primeiro lugar nas intenções de voto, os veículos de mídia se viram obrigados a tomar uma posição.

3.4.1. A imprensa e a campanha presidencial

Lattman-Weltman afirma que o processo de marketing eleitoral de Collor não contou somente com o espaço desejado na mídia, mas também com uma adesão editorial massiva dos principais veículos de mídia, de forma que seus slogans, bordões e feitos foram amplamente adicionados a pauta diária das redações. Segundo o autor,

As atitudes do governador de Alagoas, a persistência com que manteve a si e a suas bandeiras em constante evidência, não apenas se adequaram perfeitamente às angústias e expectativas da imprensa, seja com relação ao governo Sarney, em particular, seja no que respeita aos caminhos do Estado Brasileiro, em termos mais genéricos. Mais do que isso: elas se beneficiaram do comprometimento que os veículos tinham assumido com os ideais de moralização e modernização, ao fazer cotidianamente a crítica do Estado e da sociedade, ao contribuir tão decisivamente para a configuração peculiar da economia simbólica daquele momento. Tratava-se de um comprometimento tão ou mais instrumental – dados os imperativos impessoais do mercado de discursos públicos – quanto propriamente ético. Como diria mais tarde o próprio Collor, já como candidato à presidência, ele simplesmente sempre disse o que se queria ouvir, e fez (ou sugeriu fazer) o que se queria que fosse feito. Em particular, o que a mídia queria ouvir e ver feito.²⁰⁶

Com esse massivo apoio a Collor, a imprensa deu-lhe a possibilidade de agir da forma que bem entendesse, mesmo que suas estratégias para o fim dos privilégios se mostrassem infrutíferas, como de fato foram em algumas ocasiões, pois suas políticas

²⁰⁶ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestação do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 26.

de enfrentamento eram consideradas pela mídia como adequadas para a conjectura nacional. Somado a isto, temos também a inteligência de Collor em se aproveitar das pautas jornalísticas para fazer pequenas alterações no curso de sua campanha, e também episódios onde a imprensa agiu para favorecer diretamente a Collor de Mello.

3.4.1.1. “Aos amigos os favores, aos inimigos a lei”

Quando pensamos no comportamento da imprensa durante a campanha eleitoral das eleições de 1989, logo nos vem a memória os debates televisivos, sendo o principal deles o último debate antes do segundo turno, que trataremos posteriormente, mas menos presente na memória coletiva está a diferença de tratamento da imprensa para as candidaturas de esquerda, representadas por Brizola e Lula da Silva e a de Collor. Lattman-Weltman aponta que caso os veículos de imprensa fizessem simplesmente uma cobertura com isenção, mas sem deixar de ser crítica e minuciosa, as mazelas e imperfeições das candidaturas de esquerda já ficariam claras, assim como as imperfeições da candidatura de Collor, porém, meses antes do início da campanha eleitoral, os jornais já eram críticos aos movimentos sindicais, como a CUT, ligada ao PT de Lula, e expunham, de maneira por vezes exagerada, velhos fantasmas já conhecidos de outras crises econômicas, como a fuga de empresários e de famílias mais abastadas, representadas pelas filas para tirar passaporte, imagem inclusive utilizada por Collor, a migração de pessoas pobres vindas dos estados do Nordeste para ocuparem subempregos na região Sudeste, e até mesmo, mais especificamente, o contraste entre as falas de Brizola e a conjuntura global, que assistia à queda do Muro de Berlim. Dessa forma, as candidaturas de esquerda enfrentavam duras críticas e repetidas análises negativas, enquanto a candidatura de Collor contava com análises superficiais, não pela inexistência de críticas, que foram empregadas posteriormente em seu impeachment, mas pela naturalidade com que a imprensa via a campanha eleitoral de Collor.²⁰⁷

²⁰⁷ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestação do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 44.

Ne edição de 27 de Outubro de 1989, o jornal O Globo trouxe em sua primeira página a reportagem *Polícia acha ‘poster’ de Brizola com traficante*. Esta reportagem trazia também a foto de Brizola, encontrada em uma casa feita de depósito de armas e munições. Uma reportagem completa foi escrita na página 13.

208

²⁰⁹BRIZOLA, Carlos Daudt. Merval, faça como Murdoch. Peça desculpas ao Roque. **Instituto João Goulart**. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=3707>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

3.4.1.3. O debate televisivo

Durante o segundo turno, foram realizados dois debates na televisão, ambos realizados por um *pool* de emissoras e transmitidos simultaneamente por todas elas, eram essas emissoras a Rede Bandeirantes, Manchete, SBT e Rede Globo. No primeiro debate, Lula saiu como o vencedor. Para o segundo debate, Collor pediu auxílio para se sair melhor, como afirmou o então diretor geral da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, em entrevista ao programa Dossiê Globo News exibido em 26 de novembro de 2011.

Nós fomos procurados pela assessoria do Collor, e o Miguel Pires Gonçalves é que pediu que eu desse alguns palpites, e eu achei que a briga do Collor com o Lula nos debates *tava* desigual porque o Lula era o povo, e o Collor era a autoridade. Então nós conseguimos tirar a gravata do Collor, *botar* um pouco de suor com uma glicerinazinha, e colocamos as pastas todas que estavam ali com supostas denúncias contra o Lula, mas as pastas estavam inteiramente vazias, ou com papéis em branco. Foi uma maneira de melhorar a postura do Collor junto ao expectador *pra* ficar em pé de igualdade com a popularidade do Lula.

E o entrevistador prossegue perguntando, “O suor de Collor no debate então foi produzido?”. E Boni responde:

Todo aquele debate foi... Não o conteúdo, o conteúdo era do Collor mesmo, mas a parte, vamos dizer assim, formal, nós é que fizemos. (Eu) me lembrei do Jânio, só não *botei* uma caspazinha no Collor porque ele não aceitou.²¹⁰

²¹⁰ SOBRINHO, José Bonifácio Oliveira. José Bonifácio Oliveira Sobrinho, o Boni. [Entrevista concedida a] Geneton Moraes Neto. **Dossiê Globo News**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2011.

Juntamente com a manipulação da aparência de Collor para o debate, foram realizadas, no dia seguinte, matérias pela Rede Globo em seus telejornais Jornal Hoje e Jornal Nacional. Na matéria exibida no Jornal Hoje mostrou-se um desempenho equilibrado para ambos os candidatos, de modo que as diferenças ficaram somente no campo ideológico, pois as propostas em alguns pontos mostraram-se opostas. Porém, a matéria exibida no Jornal Nacional expõe uma clara manipulação a favor de Collor. Ao assistirmos a reportagem logo notamos que para os tópicos abordados, a fala de Lula é editada para tornar-se pobre, suas ideias soam como ineficientes, ele parece perder-se em suas ideias, e até mesmo em um dos tópicos, a fala de Lula, editada, o faz chamar os nordestinos como “sub-raça”. A fala de Collor, por outro lado, é editada para que ele soe como certo de suas ideias, um patriota, embasado em sua já conhecida campanha de luta contra os privilégios, tendo sempre a oportunidade de atacar o partido de Lula, o vice de Lula e algumas falas de Lula, editadas para soar de forma a desfavorecer o candidato, como o exemplo já citado anteriormente. Estas reportagens foram exibidas dois dias antes das eleições, prazo em que já não haviam mais os programas políticos, com isso, não houve oportunidade de o Partido dos Trabalhadores reparar a imagem de Lula concebida pelo telejornal.

A Rede Globo, em sua defesa, afirmou que o critério para a edição do debate foi o mesmo utilizado para a edição de uma partida de futebol, mostrada nos telejornais esportivos da emissora, onde eram selecionados os melhores momentos de cada equipe²¹¹, porém, como é conhecido por todos que assistem aos programas esportivos, a equipe vencedora sempre tem a maior atenção. A diferença é que, nas partidas de futebol o placar não permite dúvidas quanto a equipe vencedora, em um debate eleitoral não temos um meio simples de afirmar quem saiu-se melhor.

Não bastando a reportagem exibida no telejornal, no dia seguinte o jornal O Globo trouxe em sua primeira página o editorial chamado *O teste decisivo*, em que traz trechos como:

²¹¹ Memória Globo. **Debate Collor x Lula**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Por sua vez, Luís Inácio Lula da Silva, para resumir numa só palavra seu desempenho, perdeu-se. Foi na verdade derrotado por si mesmo: pela tensão, pelo nervosismo evidente em cada gesto, pela confusão mental que o fez tropeçar nas mais simples respostas.

E termina com:

Uma eleição, já o dissemos, não é apenas uma festa cívica. É também duro teste pessoal para os que nela se apresentam ao julgamento do eleitor. No debate de quinta-feira, o eleitor obteve preciosos elementos para fazer esse julgamento com perfeito conhecimento de causa. Ou seja, para votar em quem revelou o discernimento, a segurança e a capacidade de liderança indispensáveis ao próximo Presidente da República: Fernando Collor de Mello.²¹²

²¹² O TESTE decisivo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1. 16 dez.1989.



Primeira Página da edição de 16 de Dezembro de 1989 do jornal O Globo, onde se pode notar o extenso editorial *O teste decisivo*. Também é possível notar, além da comemoração, por parte de Collor, uma fotografia de Lula da Silva ao lado de um quadro de Ernesto ‘Che’ Guevara. O guerrilheiro, como visto em capítulo anterior, não era visto com bons olhos por uma importante parcela da população.²¹³

3.5. Fernando Collor, presidente

O segundo turno da eleição presidencial realizou-se no dia 17 de Dezembro, com os resultados oficiais saindo dois dias mais tarde. Fernando Collor saiu vencedor, tendo recebido 53% dos votos válidos, contra 47% de Lula da Silva.²¹⁴ Durante os dias em que houveram apuração, os jornais colocavam em suas primeiras páginas matérias acerca dos resultados parciais, sempre demonstrando expectativas pelo nome do novo presidente e exaltando o clima democrático em que as eleições haviam sido realizadas. No dia 19, quando os resultados saíram de forma oficial, o jornal O Globo trouxe em sua capa a reportagem *Collor quer governo de união nacional*,²¹⁵ mantendo as boas expectativas para o novo governo, pela primeira vez em muito tempo, eleito pela

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Memória Globo. **Eleições Presidenciais – 1989**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/votacao-e-apuracao/>>.

²¹⁵ O Globo, 19 dez. 1989.

população. A posse realizou-se no dia 15 de Março de 1990²¹⁶, e desde os primeiros momentos do novo governo, medidas econômicas radicais e impopulares foram tomadas, com o que ficou conhecido como Plano Collor.

3.5.1. O Plano Collor

No mesmo dia em que tomou posse, a equipe econômica de Collor, composta pela Ministra Zélia Cardoso de Melo, Ibrahim Eris, presidente do Banco Central, Antônio Kandir, Secretário de Política Econômica e Eduardo Modiano, presidente do BNDES²¹⁷, anunciaram o novo plano econômico para o controle da inflação.²¹⁸ Entre as medidas implementadas estão a extinção de 24 empresas estatais, somente livrando da demissão os funcionários com estabilidade, o aumento do imposto sobre produtos industrializados, o fim do subsídio para as exportações não abrangidas na nova constituição, a taxação dos lucros do setor agrícola, o congelamento de preços e salários, a troca da moeda, do Cruzado Novo para o Cruzeiro, e a principal delas, o bloqueio dos saldos acima de 50 mil Cruzeiros que estivessem em conta corrente e investimentos nos bancos, incluindo salários e investimentos futuros pelo prazo de 18 meses, a contar do mesmo dia.²¹⁹ Em valores atuais, R\$5.533,02. Pouco mais de 900,00€²²⁰.

O anúncio tão repentino pegou de surpresa até mesmo os apresentadores do telejornal, que ficaram visivelmente abismados. Os jornais, mesmo com a insatisfação popular gerada pelo anúncio, continuaram a apoiar o novo presidente. O Jornal do Brasil passou a chamar o novo plano econômico de “reforma moral”, O Globo sublinhava, dando seu

²¹⁶ Presidência da República. **Posse presidencial nem sempre foi em 1º de janeiro. Saiba mais** Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/12/posse-presidencial-nem-sempre-foi-em-1o-de-janeiro-saiba-mais>>.

²¹⁷ Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. Banco estatal para o fomento e investimento em projetos, empresas e negócios no Brasil.

²¹⁸ Memória Globo. **Plano Collor**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/plano-collor/anuncio-do-plano/>>.

²¹⁹ COLLOR, Fernando. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>.

²²⁰ O câmbio é flutuante. Este valor corresponde ao câmbio do dia 27 jul. 2020.

apoio nas entrelinhas, que a decisão de executar um plano rígido foi de Collor. Os jornais deram seu apoio as reformas durante o primeiro ano de governo, porém, ao fim de 1990 a economia nacional estava em recessão, a inflação havia voltado a crescer e as promessas de Collor ainda não haviam sido cumpridas.

3.5.2. A decepção collorida

No início de 1991, a insatisfação era perceptível. O desemprego estava crescendo, os empresários se viam prejudicados pelas altas taxas de juros e os sindicalistas já se mostravam fartos da estagnação salarial. Collor tentava resolver estes problemas como quem tenta apagar pequenos incêndios, mas faltava-lhe água, seus ministros passaram a protagonizar episódios de desavenças públicas e a imprensa passou, pela primeira vez desde então, a apontar perspectivas sombrias para a área econômica.

Na primeira edição de 1991, o jornal O Globo trazia na coluna Panorama Político, de Tereza Cruvinel, a informação de que a inflação, que batia 19,30%, dificultava a criação de um bloco de apoio ao governo na Câmara, como era o desejo do presidente, e termina a primeira parte da coluna com a afirmação “Se os resultados da política econômica não aparecerem logo, o sonho do bloco não chegará ao carnaval”²²¹ Somando a coluna de O Globo, a Folha de S. Paulo publicou entrevista com Afonso Celso Pastore, ex presidente do Banco Central, que fazia previsões para o ano:

²²¹ CRUVINEL, Tereza. Base e Inflação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1991, Panorama Político, O País, p. 2.



Trecho da edição de 01 de Janeiro de 1991 do jornal Folha de S. Paulo, onde se lê *Pastore teme mega-recessão neste ano*. A reportagem inicia com “O Brasil está na rota de um inferno dantesco”, e prossegue com “Neste primeiro trimestre o país mergulhará na pior das recessões. Haverá mais concordatas e desemprego (...)”²²²

Ainda nesta mesma edição de Folha de S. Paulo, é publicada na primeira página da seção de economia o artigo de Rossana Alves sobre a queda do salário mínimo:

²²² OURIQUE, Armando. Pastore teme mega-recessão neste ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jan. 1991, Economia, p. B-4.



Trecho da edição de 01 de Janeiro de 1991 do jornal Folha de S. Paulo, onde se lê *Salário mínimo tem queda de 30% em 90, aponta o Ministério do Trabalho*. No artigo, a autora faz a constatação de que o salário mínimo, no valor de 8.836,82 Cruzeiros, equivale a pouco mais de 50 Dólares, nos valores da época. Sendo este um dos menores salários mínimos do mundo.²²³

É perceptível que a postura da imprensa em dar um apoio incontestável a Collor começa a trazer um leve gosto de decepção aos jornais e a seus leitores. No início de 1991 os jornais passaram a ser mais realistas, davam total apoio a planos que eram vistos com bons olhos, como a privatização de estatais, e não poupavam críticas a crise causada pelo panorama econômico, que mais tarde, ainda no mês de janeiro, causou críticas até mesmo do então Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que passou a fazer críticas a política de juros, que os mantinha altos, prejudicando a classe empresarial.

No dia 31 de Janeiro, foi anunciado o Plano Collor II, tendo os resultados sendo expostos durante o dia 01 de Fevereiro. As principais medidas deste novo plano econômico eram o congelamento de preços, reajuste salarial para compensar a inflação seguido de congelamento salarial, aumento de tarifas como gás, gasolina, correios, energia elétrica, telefone, transportes por trilhos e por estradas, fixação dos rendimentos de renda fixa, a extinção de índices de indexação fiscal e das aplicações financeiras conhecidas como Open e Overnight. Estas novas medidas trouxeram pânico no meio político, nos

²²³ ALVES, Rossana. Salário mínimo tem queda de 30% em 90, aponta o Ministério do Trabalho. **Folha de S. Paulo** São Paulo, 01 jan. 1991, Economia, p. B-1.

trabalhistas e também na classe conservadora, amplo descontentamento nos setores industriais, que viram seus custos de produção subirem e ficara impedidos de aumentar o valor de seus produtos.

As reações da imprensa tornaram-se mistas, o jornal O Estado de São Paulo trouxe, em 02 de fevereiro, um editorial com o título de “Nós, as cobaias”, em que fazia pesadas críticas e dizia que as novas medidas anunciadas pela ministra da Economia “atiram por terra e pisoteiam os últimos indícios liberalizantes da política econômica do governo federal”. Em abordagem oposta, o Jornal do Brasil dava apoio as novas medidas de Collor, abrindo-lhe espaço para uma entrevista, e terminando a matéria dizendo que o presidente terminava a semana “como um presidente mais novo do que começara”²²⁴

No entanto, com o passar dos dias as críticas da imprensa passaram a se multiplicar.



Primeira página da edição de 09 de Fevereiro de 1991 do jornal Folha de S. Paulo, onde se lê *Cresce reprovção ao Plano Collor 2*. O jornal traz também uma pesquisa feita pelo Datafolha onde foi feita a pergunta “O plano é bom ou ruim?”. 40% dos entrevistados disseram que consideravam o plano ruim, 29% o consideravam bom, 16% o consideravam em parte bom, em parte ruim e 15% se mostraram indiferentes ou não souberam informar. A pesquisa também afirma que para 49% dos entrevistados, o congelamento de preços não é efetivo para o controle da inflação.²²⁵

²²⁴ RAMOS, Plínio de Abreu. A política econômica do governo Collor e a imprensa: do apoio à decepção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. pp. 64-65.

²²⁵ Folha de S. Paulo. 09 fev. 1991.

As regras do plano foram tão rígidas que até mesmo o congresso passou a se opor a algumas delas, os deputados que se opunham aos aspectos do plano e apresentavam emendas obtinham o apoio da imprensa para ampliar a força de seus discursos, como foi o caso do deputado Tidei de Lima, do PMDB de São Paulo, que pediu alterações na medida provisória que tratava dos salários e teve seu nome citado no jornal Folha de S. Paulo no dia 12 de fevereiro. A mesma Folha, no dia 27 do mesmo mês, reproduziu a nota da Fiesp²²⁶, que sugeria que o governo deixasse de se utilizar do discurso de que a recessão econômica era resultado do combate à inflação. Neste mesmo dia, o jornal O Globo também traz críticas ao novo plano, trazendo a perspectiva de quedas significativas na produção industrial, do emprego e do salário médio da população. Nesta mesma edição de O Globo, o ex-ministro da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, afirma, como quem prevê o futuro: o novo plano de Collor “caminha para o fracasso”.²²⁷ E assim o foi.



Trecho da primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 01 de Março de 1991, onde fica demonstrado pelo gráfico que a rejeição ao Plano Collor 2 saltou de 29% para 58% em um mês.²²⁸

²²⁶ Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

²²⁷ RAMOS, Plínio de Abreu. A política econômica do governo Collor e a imprensa: do apoio à decepção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 67.

²²⁸ Folha de S. Paulo. 01 mar. 1991.

A escalada do descontentamento continua a crescer, quando os índices do ano anterior são revelados, a Folha traz em sua primeira página a reportagem “PIB registra redução de 4,6% em 90”, demonstrando que a resseção econômica estava, definitivamente, na pauta da imprensa, que passa a exercer pressão no governo. Até mesmo o Jornal do Brasil, passa a trazer críticas e trazer o resultado de pesquisas desfavoráveis ao governo, como na edição de 14 de Março, onde o JB publica pesquisa do Instituto Gallup que tinha como resultado a constatação de que 69% da população do Rio de Janeiro e de São Paulo consideravam Collor despreparado para governar.

Mas, segundo Plínio de Abreu Ramos, o chefe do executivo não seria cobrado pelo fracasso do plano econômico pela imprensa, pois esta elegeu como culpada a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, que passou a receber a atenção e as críticas da imprensa, que continuou a sistematicamente repercutir os maus resultados obtidos pelo plano econômico em vigência. Porém, no dia 08 de Maio, a ministra foi exonerada e substituída pelo embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, as razões para esta demissão não estão no descontentamento econômico, mas porque Zélia derrubou uma portaria de Egberto Batista que favorecia diretamente a seu irmão, Gilberto Miranda Batista. O jornal sugere que a íntima amizade de Collor e Egberto, que foi o coordenador de campanha do partido de Collor, o PRN, em São Paulo, além de ser muito ligado ao irmão mais velho do presidente, Leopoldo Collor.²²⁹

Entretanto, a posse do novo ministro não mudou os rumos econômicos do governo, que não alterou as diretrizes econômicas, porém deu mais atenção ao programa de privatização de estatais. A imprensa, contudo, deu apoio as privatizações, reforçando este apoio em diversos editoriais e matérias, como o editorial “Luz Verde”, publicado pelo jornal O Globo em 16 de Agosto, o editorial “Privatização atraente”, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo em 09 de Janeiro de 1992 e a matéria “A Petrobrás já planeja como operar sem monopólio” da Folha de S. Paulo do dia 23 de Janeiro. A

²²⁹RAMOS, Plínio de Abreu. A política econômica do governo Collor e a imprensa: do apoio à decepção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 71.

imprensa só não teve mais oportunidades de tornar mais claras as vantagens e seu apoio ao programa de privatizações porque teve que adicionar em sua pauta as denúncias de corrupção e a subsequente crise política, que colocou em compasso de espera a economia e todos os outros campos da máquina pública.²³⁰

3.6. A imprensa e as denúncias de corrupção

As primeiras denúncias de corrupção do governo Collor surgiram em Junho de 1990. Porém, atingiram somente funcionários subalternos, como o então secretário de Transportes do Ministério da Infraestrutura, Marcelo Ribeiro, que dispensou de licitações a contratação de algumas empreiteiras para que fossem efetuadas a recuperação de rodovias através do programa SOS Rodovias. Contudo, assim que os fatos foram divulgados pela imprensa, o presidente interferiu revogando o decreto assinado pelo secretário. Um mês depois, em Julho, o jornal Folha de S. Paulo fez denúncia sobre a contratação das agências de publicidade Setembro e Giovanni, igualmente sem licitação, para que fossem realizadas campanhas oficiais, desta vez porém, com o envolvimento de um funcionário mais próximo do presidente, o seu secretário particular, Cláudio Vieira. Estas agências haviam participado da elaboração da campanha presidencial de Collor para a televisão. Como reação as denúncias, ao Procuradoria Geral da República abriu inquérito, vindo posteriormente a considerar estes contratos como “ilegais, abusivos e imorais”. Como reação, o presidente Collor processou por calúnia os jornalistas responsáveis pela matéria, Nelson Blecher e Gustavo Krieger, o diretor de redação do jornal, Otávio Frias Filho e o diretor-executivo da sucursal de Brasília, Josias de Souza. Os quatro foram absolvidos pela justiça no início de 1992.²³¹

²³⁰ Ibid.

²³¹ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 82.

Além destes, escândalos de outra natureza começaram a surgir, como o *affair* entre o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, e a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, o que levou a demissão do ministro da justiça, que foi substituído por Jarbas Passarinho.

Em Setembro de 1990, o então presidente da Petrobrás, Luís Otávio da Motta Veiga pediu demissão do cargo fazendo a denúncia de que estava sofrendo pressões para conceder um empréstimo no valor de 40 milhões de dólares para a Viação Aérea São Paulo (VASP), que pouco antes já havia conseguido uma operação de refinanciamento no valor de 276 milhões de dólares com o Banco do Brasil, sendo estas condições somente asseguradas a empresas estatais. Este pedido de empréstimo era intermediado por Paulo César Farias, conhecido como PC Farias, que havia sido tesoureiro da campanha eleitoral de Collor, e pelo embaixador Marcos Coimbra, cunhado do presidente.²³²

Essa era a ponta do iceberg do que viria a ser conhecido como o Esquema PC, que consistia na intermediação de acordos e negócios entre o governo e as empresas, onde eram cobradas como comissão taxas de até 30% sobre o valor do serviço contratado. Posteriormente este esquema teve importante papel no impeachment de Collor.²³³

Após uma breve pausa, as denúncias de corrupção voltaram às páginas da imprensa. O ano de 1991 é marcado por inúmeras denúncias de corrupção, que se tornam praticamente mensais, como podemos ver abaixo.

No dia 06 de Fevereiro, o jornal Folha de S. Paulo trouxe a denúncia de que a Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pela então primeira-dama, Rosane Collor, havia comprado, sem licitação, 6.960 cestas básicas, vendidas pela empresa RPR Renascença Participações e Representações Ltda, empresa que não estava cadastrada como fornecedora da LBA.²³⁴ Ao procurar a empresa, a reportagem do jornal se deparou com uma pequena loja fechada em São Paulo, especializada no comércio de confecções e

²³² Ibid.

²³³ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 84.

²³⁴ Ibid.

artigos de couro. Ao entrar em contato com os proprietários da loja, estes negaram ter fornecido as cestas básicas.²³⁵ Um mês depois as denúncias se repetiram, desta vez com a compra de 21.950 cestas básicas.

No mesmo mês de março, as denúncias atingiram o assessor da ministra da Economia, Ricardo Mesquita, que foi acusado de usar informação privilegiada para beneficiar amigos da ministra em operações na Bolsa de Nova York, antecipando a decisão do governo brasileiro de suspender a exportação de café. Pouco depois, em abril, o deputado Luís Roberto Ponte, do PMDB do Rio Grande do Sul, fez denúncia da cobrança de comissões de até 30% para a contratação de obras públicas, mais um indício do Esquema PC. Em maio, novas denúncias atingiram a ministra da Economia, e o posterior desgaste a levou a sua demissão, como já havíamos tratado anteriormente.²³⁶

Em junho, no dia 13, o jornal O Estado de S. Paulo trouxe o parecer do ministro do Tribunal de Contas da União, Homero Santos, que afirmava que o governo Collor havia gastado 1,2 trilhão de Cruzeiros sem licitação no ano anterior. No dia 17, o jornal Folha de S. Paulo voltou a denunciar a compra de cestas básicas sem concorrência pela LBA, que chegaram ao número de 1.54 milhão de cestas básicas no período entre março de 1990 e março de 1991. No dia 22, os jornais Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo fizeram denúncia de que o Banco do Brasil havia saldado a dívida de 85,9 milhões de Dólares contraída pela Cooperativa de usineiros de Alagoas, esta medida beneficiou diretamente o deputado Ricardo Fiúza, que além de usineiro atuava como líder do Partido da Frente Liberal (PFL), que posteriormente integrou o governo Collor, sendo o deputado um dos ministros de Estado.²³⁷

Em julho, novas denúncias surgiram contra a primeira-dama, que foi acusada de gastar 5,3 milhões de Cruzeiros do erário público para comemorar, no Palácio da Alvorada, o

²³⁵ ALVES, Carlos Eduardo; BERGAMASCHI, Mara. LBA compra cestas básicas sem licitação em SP. **Folha de S. Paulo**, 06 fev. 1991, Política, p. A-5.

²³⁶ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 84.

²³⁷ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 86.

aniversário de sua amiga e secretária particular, Eunícia Guimarães. Em agosto, novas denúncias envolvendo a LBA apontaram o favorecimento de parentes de Rosane Collor, desvios de recursos e mais compras sem licitação, desta vez de 188 mil cestas básicas. Em outubro, o jornal O Globo, demonstrando uma mudança de postura quanto ao governo, trouxe a denúncia de que o Exército havia feito a compra de lençóis e fardas com o preço três vezes superior aos praticados pelo mercado, o que foi posteriormente constatado em auditoria. Em novembro, o Ministério da Saúde foi denunciado por compras superfaturadas feitas através da Fundação Nacional de Saúde, sendo o ministro da Saúde, Alcení Guerra, vindo a ser posteriormente indiciado por prevaricação, embora tenha sido posteriormente inocentado pela justiça.²³⁸

Em 1992 as denúncias prosseguiram e o presidente Collor, como um meio de se afastar das recorrente denúncias, fez uma reforma ministerial, mas seu efeito não foi tão efetivo como o desejado, pois logo após a reforma surgiram denúncias de que o ex-ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, havia recebido suborno no valor de 30 mil dólares, denúncias estas feitas pelo ex-diretor de Arrecadação do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Ainda no mesmo período, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro foi acusado de gastar 22 milhões de cruzeiros do erário público para a reforma de sua casa em Brasília.²³⁹

Em março, o jornal O Estado de São Paulo trouxe a denúncia de um novo esquema de corrupção, que ficaria conhecido como Esquema PP. Neste esquema, derivados de petróleo eram vendidos com prejuízo para a Petrobrás, com a intermediação do secretário de Assuntos Estratégicos do presidente Collor, Pedro Paulo Leoni Ramos. Esta denúncia culminaria na criação de uma CPI no Congresso Nacional.²⁴⁰

²³⁸ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 87.

²³⁹ Ibid.

²⁴⁰ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 88.

Em agosto, o jornal Folha de S. Paulo acusou o governo de ter gasto o valor de 4.1 milhões de dólares em publicidade, sem licitação, em dezembro de 1990, vindo a ser constatado posteriormente que a agência de publicidade, indicada pelo assessor de Comunicação Social do Ministério da Economia, José Carlos Abbud Barreto, já possuía um projeto publicitário antes mesmo de ser escolhida pelo governo.²⁴¹ Mas mesmo com as seguidas denúncias de corrupção, nenhuma delas afetou tão diretamente o governo quanto o que ainda estava por vir.

3.7. O Esquema PC

No mês de maio de 1992 o governo Collor seria seriamente atingido pelo mais notável esquema de corrupção da Era Collor, o Esquema PC. Este esquema já havia sido parcialmente denunciado anteriormente nos últimos dois anos, mas as denúncias não possuíam uma correlação aparente até este momento. A elucidação do esquema tem início quando Paulo César Farias, o PC, decide reimplantar o jornal Tribuna de Alagoas em Maceió, ameaçando o monopólio do jornal Gazeta de Alagoas, controlado pelas Organizações Arnon de Mello, cujo presidente era Pedro Collor, irmão mais novo de Fernando, o presidente. Pedro tenta obter a ajuda de Leopoldo, o irmão mais velho, que fala com PC, mas este revela que a ideia de reimplantar o jornal vem do presidente Collor. Pedro tenta dissuadir o irmão, mas este minimiza as informações que foram reunidas por seu irmão mais novo.²⁴² As denúncias de Pedro Collor são o estopim para as investigações que levaram ao impeachment de Fernando.

Pedro Collor entregou a revista Veja uma fita VHS contendo um dossiê com denúncias de enriquecimento ilícito e tráfico de influência contra PC Farias, denúncias que atingiam também ao presidente Collor, e autorizou a publicação das informações pela revista.²⁴³ As denúncias foram publicadas na edição do dia 13 de maio de 1992, e apresentaram,

²⁴¹ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 89.

²⁴² Ibid.

²⁴³ Ibid.

com provas robustas, que PC fazia constantes movimentações financeiras para os Estados Unidos, França, Suíça e em paraísos fiscais no Caribe.

BRASIL

Tentáculos de PC

O dossiê de Pedro Collor revela que Paulo César Farias movimentou contas em paraísos fiscais e tem pelo menos sete empresas no exterior

LUIS COSTA PINTO

O empresário Pedro Collor vem coletando e organizando documentos e depoimentos sobre os negócios de PC Farias, caixa da campanha eleitoral do então candidato Fernando Collor. Ele nunca divulga essa papetaria — conhecida pelo nome de Dossiê Pedro Collor contra PC — por medo de fazer o amigo de morte. “As informações contidas no dossiê denunciam o governo, colocam o PC na cadeia e levam muita gente com ele”, diz Pedro Collor.

Depois de muito pensar, Pedro Collor anunciou um meio de sair da sombra de bico. Para destruir o Camisa sem matar o irmão, desde novembro passou a chamar da Girafa de Alagoinhas o perseguido nos países de PC no exterior, levantando suas negociações na Flórida, nos paraísos fiscais do Caribe, na França e na Suíça. “Estou passando um dia inteiro em Miami, para escrever o Camisa”, diz Pedro Collor no fim de março aos seus amigos, explicando sua viagem de 22 dias à Flórida. No

quinta-feira passada, VEJA teve acesso à quinta-folha do dossiê, os documentos mostram que PC Farias é dono ou tem participação expressiva em pelo menos nove empresas no exterior, e as opera através de dois testa-de-ferro, André Giulio Gómez-Mena e o francês Guy des Longchamps (veja quadro abaixo). “Isso é uma invenção de Pedro Collor, essas documentos são falsas”, diz PC Farias à VEJA, no sexta-feira passada, na suite de um hotel cinco estrelas em São Paulo. Favorecendo um elegante termo: vende contabilidade com as

meias, com a semelhança típica de um ex-senador, mesmo assim PC só não ficou de cabelo em pé ao passar os olhos por um dos documentos do dossiê pesquisado, ele é o Camisa.

Todos os papéis recolhidos por Pedro Collor ao dossiê estão escritos em inglês ou francês, e alguns são de origem duvidosa. Não têm assinaturas, rubricas, cartilhas ou logotipos de instituições bancárias

e financeiras. PC tem levado esse argumento em discussão e admite, por hipótese, que os documentos sejam verdadeiros. “Isso não prova nada, pois se eu quiser abrir duas empresas em nome do Pedro Collor no exterior em quinze dias, e depois sair comprovando que tenho um dossiê contra ele”, diz o Camisa. “Di para abrir uma empresa no exterior sem a assinatura do proprietário, por

menos de 1.000 dólares, e deve ter sido assim que o Pedro Collor produziu esse dossiê”. A dificuldade é que nem dos documentos do dossiê figura a assinatura de PC Farias. Ela está nem formulário em que o empresário alagoano nomeia André Giulio Gómez-Mena seu procurador junto ao Citibank internacional, em Miami, e o autor de transferências feitas da conta da empresa Dupont Investment Ltd, para o Multi Commercial Bank, na Suíça. A operação tem data de 20 de fevereiro passado. Além da assinatura, PC escrevia seu nome por extenso no documento do Citibank, que tem firma registrada no cartório do condado de Dade, onde fica a cidade de Miami.

“Essa assinatura não é minha, nunca assinei uma procuração, não escrevi porque para transferir dinheiro da conta ao exterior basta um simples telefonema”, diz PC Farias, tirando e colocando os dedos na suite do hotel paulista. Perguntado se ele não tem em mãos um documento — CPF, RG, cartão de crédito — para confirmar a assinatura com a do formulário do Citibank. “Não ando com documentos”, responde PC, sem menor uso de modéstia de fato. “Nenhuma documentação”. Depois de se constatar de um comentário marginal — “salvado” sem data:

O esquema lá fora
O dossiê de Pedro Collor afirma que PC tem sete empresas no exterior, três delas em paraísos fiscais

PC Farias: “Os documentos são falsos”

Os caminhos do dinheiro no exterior

A partir de uma procuração assinada por Paulo César Farias, diretor-geral da empresa, o consultor André Giulio Gómez-Mena para analisar e transferir corretamente bancadas em nome da empresa Dupont Investment Ltd, o diretor de Pedro Collor, descreve as movimentações de dinheiro de PC no exterior de Miami, Nova York, Londres, Genebra e Paris. De acordo com o relatório, Gómez-Mena está em contato com a caixa da campanha de Collor via EISA e o francês Guy des Longchamps administrando a fortuna de PC na França.

18 de junho de 1991

Em 18 de junho de 1991 foi constituída na França a S.C.I. Financière Albert 1er. A consultoria francesa Fidel Paris & Associés enviou, através do contrato de criação da empresa no Registro de Comércio de Paris ao advogado Paulo Jacinto Nascimento, advogado do empresário Paulo César Farias. Em outubro do ano passado Jacinto enviou o nome de PC no cadastro do Banco Central. Na papetaria enviada por Pedro Collor a S.C.I. Financière consta como base de operações de PC na França.

18 de junho e 18 de novembro de 1991

Em 18 de junho e 18 de novembro de 1991 o francês Guy des Longchamps assinou dois cheques, no valor total de 14,2 milhões de francos, ou 2,7 milhões de dólares. A operação consistiu na venda da empresa O'Neel Camille para a S.C.I. Financière. PC recebeu o qual há sete anos, em Madrid, Longchamps, trabalhou no Banque National de Paris, o BNP, passando no Panamá, no México e na França. Salu do BNP em 1990, PC diz que nunca teve negócios com Longchamps. A regra de Longchamps, Lucas Anonini, esclarece: “Eu não trabalhei com Paulo César. Fiz viagens internacionais para atender negócios das empresas de Paulo César Farias, o PC”.

29 de fevereiro de 1992

Em 29 de fevereiro passado PC nomeou o consultor André Giulio Gómez-Mena seu procurador junto ao Citibank Internacional, em Miami, para fechar uma conta da empresa Dupont Investment Ltd, nessa banco e transferir o saldo para o Multi Commercial Bank de Zurique, na Suíça. O Multi Commercial Bank é ligado ao Banque National de Paris, o mesmo onde trabalhou Longchamps. PC nega a existência do documento, recordado por um cartório de Flórida e confirmado pelo gráfico Celso Del Pocho no Brasil.

31 de março de 1992

Em 31 de março passado a consultoria Fidel Paris & Associés enviou um fax a André Giulio Gómez-Mena, procurador de PC no Citibank de Miami, remetendo documentos referentes à transferência de fundos das contas das empresas Madsen Company Ltd e Begleiter Ltd. Segundo o dossiê de Pedro Collor, essas empresas são financeiras de PC em Miami e Paris, respectivamente. De acordo com o fax da Fidel Paris & Associés, o dinheiro saiu do banco ANZ Banking Group, de Nova York, passou à conta nº 001131 do ANZ Grindlays Bank de Londres e parou no dia 22 de janeiro de 1992 no Banco SCS Alliance de Genebra, na Suíça.

Reportagem da Revista Veja, onde se lê *Tentáculos de PC*. O conteúdo da reportagem traz uma cronologia dos fatos e descreve o caminho percorrido pelo dinheiro no exterior com riqueza de detalhes, vindo até mesmo a contatar especialistas, que afirmam que a assinatura contida nos documentos apresentados é realmente a de PC Farias. Porém, nesse primeiro momento, o presidente Collor é poupado.²⁴⁴

As denúncias não ficam restritas a revista Veja. No dia 16, o jornal O Globo traz em sua primeira página a reportagem *Dossiê de Pedro Collor Revela novas operações de PC Farias*, trazendo ampla cobertura das denúncias apresentadas em Veja e também uma

²⁴⁴ PINTO, Luis Costa. Tentáculos de PC. **Veja**, São Paulo, ano 25, n. 20, p. 16-20, 13 mai. 1992.

coluna dando voz a PC Farias, onde este acusa a Pedro de não estar em perfeitas condições mentais.



Trecho do jornal O Globo do dia 16 de Maio de 1992, onde se lê *Pedro Collor diz que PC tem mais empresas no exterior*. Além de repetir as informações publicadas pela revista Veja, o jornal faz outras matérias confirmando as informações apresentadas, como *Contabilidade não combina com o patrimônio* e *Quattroni confirma atuação de francês*.²⁴⁵

No dia 18, o Jornal do Brasil trouxe reportagem em que Pedro acusava seu irmão de ter sido conivente, responsável, ou no mínimo omissa em relação aos indícios de enriquecimento ilícito de PC, deste modo trazendo, pela primeira vez, responsabilidade pelos atos ilícitos também ao seu irmão presidente.



Trecho do Jornal do Brasil do dia 18 de Maio de 1992, onde se lê *Pedro Collor faz acusações ao presidente*.²⁴⁶

²⁴⁵ AMARAL, Ricardo. Pedro Collor diz que PC tem mais empresas no exterior. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1992, O País, p. 3.

²⁴⁶ Jornal do Brasil, 18/05/1992.

O Jornal do Brasil, após entrevista com Pedro Collor traz reportagem onde afirma que o irmão mais novo pretende comprovar que

O empresário Paulo César Farias montou, em nome do presidente da República, um verdadeiro ministério paralelo para cobrear “pedágio”, ou participação irregular, sobre a liberação de verbas para obras públicas. (...)²⁴⁷

Porém, no dia seguinte o mesmo Jornal do Brasil traz reportagem em que Pedro recua em atacar seu irmão após sua mãe, Leda Collor e o embaixador Marcos Coimbra o convencerem a fazer um recuo estratégico. As acusações a PC, pelo contrário, continuam de pé, com o irmão mais novo do presidente continuando a afirmar que só descansará quando o desafeto estiver na prisão.

No editorial deste mesmo dia, o JB faz defesa ao presidente Collor, em oposição as reportagens apresentadas nesta mesma semana. Com o editorial *Em Nome da Verdade*, o jornal traz vigorosa defesa dos planos de governo e do “mutirão de reconstrução cívica” proposto pelo governo, como veremos na transcrição de parte do editorial a seguir:

Denúncias vindas de Alagoas avançam justamente quando o presidente Fernando Collor, num sincero e renovado esforço, convoca seu ministério para um mutirão de reconstrução cívica – ao mesmo tempo que elege o titular da Economia, Marcílio Marques Moreira, como espécie de ministro-símbolo desta segunda fase de seu governo –, inaugurada, aliás, por força de penoso ciclo de escândalos.

O pior que poderia acontecer ao governo, a esta altura, seria a eclosão de um outro novo ciclo, desta vez deflagrado pelo próprio irmão do presidente. Rivalidades familiares e interesses

²⁴⁷ MENDES, Vannildo. Pedro Collor faz acusações ao presidente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 mai. 92, Política e Governo, 1º Caderno, p. 4.

comezinhos, que não deveriam extrapolar o âmbito doméstico, são levados à cena pública num formidável e primitivo equívoco que faz da figura física do presidente e da instituição que ele representa uma coisa só. (...)

E termina com a seguinte afirmação

Não se pode acusar o presidente de haver faltado, desde o início, à promessa da transparência política e administrativa feita durante a campanha. Embora se tenha tentado, nunca se conseguiu associar seu nome aos escândalos anteriores. Não será, decerto, desta vez. Caberá às instituições nacionais, em primeira análise, as providências que levem à punição dos culpados. É o que o governo e a sociedade querem.²⁴⁸

Entretanto, as certezas do JB logo estariam abaladas, pois no mesmo dia em que o jornal havia publicado acerca da trégua entre irmãos, Pedro Collor foi afastado temporariamente das Organizações Arnon de Mello por sua mãe, Leda Collor, que afirmou que seu filho mais novo estava vivendo “uma séria crise emocional”. Vindo a afirmar também que não reconhecia o direito de Pedro em ocupar uma função central na publicidade nacional com os alegados problemas emocionais, colocando obstáculos nas medidas criadas para solucionar os problemas nacionais, referindo-se ao programa de governo do filho presidente. Esta decisão foi tomada em uma reunião familiar, sem a presença de Pedro, porém com participação decisiva de Fernando.²⁴⁹

No dia 21, o Jornal do Brasil trazia novo editorial, sob o título de *Alma Mater*, em que continuava a sua defesa ao presidente, dizendo que a matriarca agiu com firmeza e

²⁴⁸ EM NOME da Verdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1992, p. 10.

²⁴⁹ DONA Leda tira Pedro da empresa familiar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 4.

lucidez ao afastar Pedro²⁵⁰, admitindo logo em seguida que a decisão era política, “pois colocou os interesses da nação acima das disputas provincianas”. O jornal trazia também sugestiva charge, em que Pedro era colocado como o personagem O Menino Maluquinho, como podemos ver abaixo:



Charge retirada do Jornal do Brasil do dia 21 de maio de 1992. O Menino Maluquinho é um famoso personagem do cartunista brasileiro Ziraldo.²⁵¹

Contudo, as denúncias de Pedro prosseguem, causando danos ao governo do irmão. No dia 27 de maio, a revista Veja traz novas declarações do filho mais novo de Leda Collor, que afirma que PC Farias é “testa-de-ferro” do presidente, dizendo também que havia uma “simbiose profunda” entre os dois. Porém, antes mesmo desta nova entrevista, no dia anterior, a pedido do Partido dos Trabalhadores (PT), o Congresso Nacional abriu uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) para investigar os fatos apresentados por Pedro Collor. Neste mesmo dia, o presidente falou em cadeia nacional de rádio e

²⁵⁰ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 91.

²⁵¹ WOITSCHACH, Víctor Henrique. [Sem título]. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1992. 1º caderno, p. 8.

televisão pedindo desculpas a população pelas atitudes de seu irmão. Contudo, até o momento, a expectativa para a abertura de um processo de impeachment contra o presidente era baixa. Um claro exemplo da incredulidade da população e da classe política quanto ao impeachment de Collor é a afirmação do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que afirmou que “Quem disser que o impeachment é possível está mentindo para o povo. (...)”²⁵²

3.7.1. A imprensa e as denúncias de Pedro Collor

A imprensa mostrava-se dividida com as denúncias do irmão de Fernando Collor. Enquanto o jornal O Globo dava atenção as denúncias apresentadas, o Jornal do Brasil continuava a apoiar o presidente. No dia 29, ambos os jornais publicaram matérias distintas sobre o tema.



Primeira página do jornal O Globo do dia 29 de Maio de 1992, onde se lê *Pedro Collor entrega à Polícia Federal suas provas contra PC*. O jornal O Globo, embora dê destaque a notícias que possam afetar o governo, mantém sua postura de apoio ao controle da inflação e a austeridade fiscal.²⁵³

²⁵² CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 92.

²⁵³ O Globo. 29 mai. 1992.



que obtiveram.²⁵⁴

Com o início da CPI, marcada pelo depoimento de Pedro Collor, o Jornal do Brasil publicou mais um editorial em defesa do presidente. O Editorial *Desejo Oculto* critica o que chama de “golpismo encapuzado”, trazendo como comparação as constantes contestações em eleições presidenciais que ocorriam antes do período da ditadura civil-militar para afirmar que a abertura da CPI não era mais que uma oportunidade dos candidatos derrotados nas eleições de saírem do anonimato, afirmando também que “A decisão de criar a CPI não se prestará a servir às intenções ocultas dos que não tem a coragem de se opor às reformas das quais o governo Collor se fez arauto. (...)”²⁵⁵.

Porém, com o avançar das investigações, e conforme foram surgindo novas acusações de outras testemunhas, como as do empresário Takeshi Imai, as matérias publicadas pelo JB passaram a destoar do tom de seus editoriais. No dia 17, o jornal traz reportagem apontando que o empresário confirmou um esquema de extorsão no Ministério da Saúde, ligado ao Esquema PC, enquanto o editorial *No Mesmo Barco* trazia o trecho

A palavra *impeachment* passou à frente da apuração e procura dispensar a conclusão, com a finalidade de inibir a iniciativa presidencial. O verdadeiro objetivo desse alvoroço golpista é tornar o presidente refém de uma operação política para

²⁵⁴ Jornal do Brasil. 29 mai. 1992.

²⁵⁵ DESEJO Oculto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jun. 1992, 1º caderno, p. 10.

suprimir a modernidade em andamento, manter a teia de interesses tributários retrógrados e impedir que a inflação seja expulsa da economia brasileira. (...) ²⁵⁶

A esta altura, o envolvimento direto do presidente já ficava a cada dia mais claro, e os jornais começaram a publicar os discursos daqueles que passaram a pedir a renúncia ou o afastamento de Collor, como o então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula da Silva²⁵⁷, e o então governador do Paraná, Roberto Requião.²⁵⁸ O longo relacionamento entre a imprensa e Collor torna-se agridoce. Os desdobramentos da CPI do Esquema PC passam a estar presentes nas primeiras páginas da imprensa diariamente, respeitando o seguinte padrão: as matérias relatavam os novos acontecimentos e investigações, adotando uma abordagem de certa forma neutra com notícias prejudiciais a imagem governista, enquanto os editoriais prosseguem em fazer a defesa clara do presidente. Contudo, os editoriais não são o bastante para limpar a sujeira provocada pelos noticiários.

No dia 28, a revista IstoÉ publicou reportagem contendo uma entrevista com o motorista Francisco Eriberto Freire França, que trabalhava com a secretária particular do presidente Collor, Ana Maria Acioli Gomes de Melo.²⁵⁹ Na entrevista, o motorista afirmou que Ana Acioli assinava cheques para o pagamento de despesas particulares da Casa da Dinda, residência oficial do presidente Collor, como contas de luz e telefone, salário dos empregados, etc. O motorista afirmou também que sempre que precisava de dinheiro, Acioli telefonava para a secretária de PC Farias em São Paulo, que prontamente atendia a solicitação, mandando que Eriberto França fosse ao banco

²⁵⁶ NO MESMO Barco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1992, 1º caderno, p.10.

²⁵⁷ LULA defende o afastamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 2.

²⁵⁸ REQUIÃO já pede a renúncia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 2.

²⁵⁹ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 94.

retirar o dinheiro. Foram também registrados cheques para o pagamento de serviços em um salão de beleza, para o envio de dinheiro a Leda Collor, mãe do presidente, a Ana Luiza Collor, sua irmã, e até mesmo para Lilibeth Monteiro de Carvalho, sua ex-esposa. A reportagem de IstoÉ trouxe também a imagem de um cheque nominal para a primeira-dama, Rosane Collor.²⁶⁰

Com a repercussão da reportagem e o depoimento de Eriberto França na CPI, confirmando o que havia falado para a revista e provando que as denúncias de Pedro Collor eram de fato verdadeiras, o presidente Collor pediu 48 horas para vir a público se explicar. Contudo, no decorrer destas 48 horas, mais detalhes do envolvimento de Collor foram sendo revelados, como a influência de PC no governo, comprovado pelos registros telefônicos do escritório de Paulo César em São Paulo, obtidos pelo jornal O Globo, e o histórico de voos dos aviões particulares de PC Farias, que também confirmavam as denúncias iniciais de Pedro Collor.

No dia 30 de junho, o presidente fez um pronunciamento de 20 minutos na cadeia nacional de rádio e televisão, em que afirmou que não eram verdadeiras as afirmações de que PC Farias era o responsável por pagar as despesas de sua residência, a Casa da Dinda, e que não mantinha com o empresário quaisquer relações empresariais, afirmando também que PC não estava autorizado a falar em seu nome em assuntos do governo.²⁶¹ Porém as investigações da CPI provaram serem falsas as afirmações de Collor de Mello.

No mês de julho, imprensa passou a fazer uma extensiva cobertura diária dos desdobramentos da CPI, trazendo a cada dia mais a confirmação do envolvimento do presidente no Esquema PC. A prova final se deu com a comprovação de fato mencionado pelo motorista na CPI, a reportagem de Jorge Moreno, do jornal O Globo, averiguou que PC Farias havia de fato feito a compra de um veículo Fiat Elba para a primeira-dama, Rosane Collor, com cheques assinados por José Carlos Bonfim,

²⁶⁰ SECRETÁRIA de Collor recebia de PC. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 2.

²⁶¹ COLLOR rebate denúncias e condena 'intriga'. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 jul. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 3.

correntista fantasma. Na realidade o cheque havia sido assinado por Jorge Bandeira, ex-piloto de Collor e sócio das empresas de PC.²⁶² O cerco estava fechado.

3.8. O impeachment

No mês de agosto, com os trabalhos da CPI chegando ao fim e o envolvimento de Collor praticamente comprovado, a insatisfação popular começou a dar seus sinais mais evidentes, as manifestações de rua. No dia 11 de agosto, data em que se comemora a criação dos cursos jurídicos no Brasil, no lugar dos festejos tradicionais, foi organizado um protesto em São Paulo. Segundo Mario Sergio Conti, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas fez a distribuição de 50 mil panfletos e afixou 20 mil cartazes em convocação aos estudantes. Dez mil estudantes compareceram a passeata, caminharam por avenidas centrais e concentraram-se no largo São Francisco, local onde historicamente acontecem as manifestações, gritando “Rosane, que coisa feia, vai com o Collor pra cadeia”.

Dois dias mais tarde, aconteceu uma manifestação organizada pela Caixa Econômica Federal, que reuniu dois mil motoristas de taxi no Palácio do Planalto. Collor havia assinado recentemente um decreto que concedia aos taxistas subsídios na compra de novos veículos. Nesta ocasião, após o discurso do presidente da Caixa, Álvaro Mendonça, Collor pediu a palavra para um breve discurso. Durante a fala do presidente, feita de improviso, ele conclamou a população a ir às ruas vestida de verde e amarelo em apoio ao governo.²⁶³ Contudo, não haveria tempo hábil para se convocar manifestações de âmbito nacional em apenas dois dias. Para contornar esta incapacidade, a Caixa veiculou anúncios nas emissoras de televisão comemorando a assinatura do decreto, e trouxe também o convite do presidente Collor. A oposição, se

²⁶² CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp.451-452.

²⁶³ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.461.

aproveitando do convite feito, pediu que todos saíssem as ruas vestindo preto, em protesto pela corrupção do governo.

No dia seguinte ao discurso de Collor, estudantes secundaristas de tradicionais colégios do Rio de Janeiro, como Santo Inácio, Santa Úrsula e do São Vicente, onde Collor havia estudado, amarraram ao braço tiras pretas e saíram em passeata até o metrô de Botafogo, bairro nobre do Rio, de lá foram até a estação Candelária e seguiram em passeata até a Cinelândia, tradicional palco de manifestações da antiga capital. Enquanto a manifestação progredia pelo centro financeiro da cidade, funcionários dos escritórios em fim de expediente juntaram-se a manifestação, que contou ainda com pessoas fantasiadas de correntistas-fantasma e com máscaras com o rosto de PC Farias. Em apoio aos protestos, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma tarja preta em sua primeira página.²⁶⁴

No dia 16, a população, vestindo preto, encheu as ruas das principais cidades brasileiras pedindo pelo impeachment de Collor de Mello. O clamor popular reverberou no Congresso Nacional, e por consequência, na CPI. Surgiu também o movimento conhecido como Caras Pintadas, em que estudantes pintavam seus rostos de verde e amarelo e escreviam palavras de ordem, como “Fora, Collor”.

3.8.1. O relatório da CPI

No dia 25, o relatório final da CPI, foi lido no Congresso, trazendo como justificção para a abertura da comissão às “sucessivas entrevistas a jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão” feitas por Pedro Collor. No total, a comissão analisou 40 mil cheques, quarenta declarações fiscais de renda, noventa notas fiscais e investigou a movimentação financeira de dezenas de milhões de dólares.²⁶⁵

²⁶⁴ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.462.

²⁶⁵ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.464.

O relatório se inicia com algumas observações preliminares do ambiente político-social brasileiro, buscando também esboçar as expectativas pelas quais a CPI fora aberta. É possível notar, durante as explicações, que a motivação não é somente a ocorrência dos crimes, mas também as expectativas e decepções ligadas ao governo Collor, como podemos ver no trecho abaixo:

No âmbito da sua conturbada história política recente, a sociedade brasileira foi embalada, na campanha de 1989, pela promessa da limpidez e probidade, cuja esperança acalentou o sonho de vê-las, por fim, presidir aos destinos dos processos decisórios da Nação.

A expectativa de um vento renovador foi largamente comprometida pelos fatos. Esperava-se que, do caos político, econômico e social, o Brasil retomasse, enfim o caminho de um desenvolvimento ordenado. Inundado por medidas de choque desde 15 de Março de 1990, o país viu-se metamorfoseado em imenso laboratório, sob um dilúvio de medidas provisórias – 141 em 1990 – que submeteram economia e sociedade a um verdadeiro terremoto conceitual e operacional. O que se queria, após tal tormenta? Reordenamento e desenvolvimento. O que se obteve? Estagnação, recessão e deterioração, não apenas econômica, mas, infelizmente, agora, também moral. (...) ²⁶⁶

No dia da a leitura do relatório final, aconteciam manifestações massivas em todo o país. 60 mil pessoas estavam em vigília na frente do Congresso Nacional, em Brasília, 100 mil pessoas faziam uma passeata no centro de Recife, 50 mil desfilavam pelas ruas de Belo Horizonte, 24 mil pelas ruas de Porto Alegre, 30 mil em Curitiba, no Rio de Janeiro, a manifestação ocupou completamente uma das principais avenidas da cidade, a Rio

²⁶⁶ BRASIL. Congresso Nacional. Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – RQN 52/92. Brasília, 23 ago. 1992, p. 30. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=56330&tp=1>>.

Branco, em São Paulo, indústrias e faculdades entraram em greve, e em vários pontos da cidade, cerca e 500 mil pessoas foram às ruas.²⁶⁷

O relatório tem em suas conclusões sobre Fernando Collor o trecho

(...) a verdade mais elementar é que não se pode ocultar a Nação que, no curso dos trabalhos, ficou evidente que o Sr. Presidente da República, de forma permanente e ao longo de mais de dois anos de mandato, recebeu vantagens econômicas indevidas, quer sob a forma de depósitos bancários feitos nas contas de sua secretária, Sra. Ana Acioli, da sua esposa e da respectiva secretária, Sra. Maria Isabel Teixeira, da sua ex-mulher, da sua mãe e da sua irmã, quer sob a forma de recursos financeiros para aquisição de bens, tais como o veículo Fiat Elba, ou, finalmente, sob a modalidade de benfeitorias, melhorias e acessões diretamente realizadas no imóvel de sua propriedade (...).

Finalizando com

Obviamente, os fatos descritos anteriormente contrariam os princípios gravados na Constituição, sendo incompatíveis com a dignidade, a honra e o decoro do cargo de Chefe de Estado.²⁶⁸

O relatório foi aprovado por dezesseis votos a cinco, fazendo com que esta seja a primeira CPI desde 1946 a ter um resultado diferente do arquivamento. Com base no relatório, foi criada uma comissão com dezoito juristas, que redigiram o pedido de

²⁶⁷CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.464.

²⁶⁸ BRASIL. Congresso Nacional. Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – RQN 52/92. Brasília, 23 ago. 1992, p. 370. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=56330&tp=1>>.

afastamento da presidência de Collor e o pedido inicial de impeachment por crime de responsabilidade.

3.8.2. A imprensa e a cobertura do impeachment

Comprovados os elos que ligam Collor ao Esquema PC, a abordagem da imprensa passa a trazer o impeachment como o inevitável próximo passo no rumo dos acontecimentos no início de agosto, quando a palavra foi utilizada pela primeira vez, porém, a pauta do impeachment torna-se o principal assunto somente na segunda quinzena do mês, quando as manifestações de rua passam a acontecer. Estas manifestações passaram a contar com ampla cobertura da imprensa e com as primeiras páginas dos jornais, como veremos abaixo:



Primeira página dos jornais Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e O Globo, respectivamente, do dia 17 de Agosto de 1992, onde se lê *Capitais saem às ruas em*

protesto (JB)²⁶⁹, *Fracassa apelo verde-e-amarelo de Collor* (FSP)²⁷⁰ e *Multidões vestem luto nas capitais* (GLO)²⁷¹. As pautas se unificam nos jornais de circulação nacional.

Nos telejornais, os desdobramentos da CPI também passaram a ocupar lugar de destaque, e até mesmo no Jornal Nacional, da Rede Globo, que apoiava Collor desde a corrida eleitoral e evitava noticiar as denúncias do irmão do presidente, a ordem foi mudada após a leitura do relatório. Para dar uma resposta e fazer sua própria defesa, no dia 20 de setembro, Collor fez um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, falando por dezenove minutos.²⁷² Porém, durante o discurso, se defendeu de três pontos específicos das acusações do relatório com afirmações sabidamente falsas. Afirmou que não ficara provado que o financiamento da campanha eleitoral havia sido ilegal ou inexistente, quando na verdade, seu secretário, Cláudio Vieira, não havia levado os contratos originais mencionados na chamada Operação Uruguai; Afirmou que as reformas na Casa da Dinda haviam sido pagas integralmente por ele, quando existiam provas robustas de que a reforma havia sido paga pela empresa Brasil-Jet, de PC Farias; E por fim, negou que sua secretária havia limpado suas contas logo antes do confisco realizado por seu governo, quando ficou comprovado que Ana Acioli havia retirado a quantia de 63 mil dólares das contas do presidente e depositado na conta da transportadora Wedel, de Wagner Canhedo, sendo beneficiado diretamente quando cinco dias depois a então ministra da economia, Zélia Cardoso de Melo, fez uma portaria permitindo que transportadoras tivessem livre acesso aos valores em suas contas bancárias, possibilitando a retirada imediata da quantia pertencente ao presidente.²⁷³ O pronunciamento não surtiu efeito.

²⁶⁹ Jornal do Brasil. 17 ago. 1992.

²⁷⁰ Folha de S. Paulo. 17 ago. 1992.

²⁷¹ O Globo. 17 ago. 1992.

²⁷² O pronunciamento está disponível no YouTube pelo endereço: <https://youtu.be/frqNKSnsqLI>

²⁷³ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.467.

3.8.3. A votação do impeachment

No dia 29 de setembro, o Brasil entrava em compasso de espera. Empresas dispensaram seus funcionários mais cedo, alguns setores entraram em greve. Nas ruas, a população formava concentrações em frente a telões instalados especialmente para acompanhar a votação, em um clima parecido com a final da Copa do Mundo. Pela Constituição, é preciso que dois terços dos deputados da Câmara sejam favoráveis ao impedimento para que o pedido prosperar, sendo então necessários 336 votos dos 503 deputados eleitos.²⁷⁴

A imprensa transmitiu a votação, que durou pouco mais de duas horas, de forma ininterrupta. O voto decisivo, dado pelo deputado Paulo Romano, do PFL de Minas Gerais²⁷⁵, soou como o apito final, a conquista tão desejada pela população havia sido feita, Collor fora impedido. No total, 441 deputados votaram a favor do impeachment, 38 votaram contra e um se absteve de votar. O processo foi levado ao Senado, onde tramitou por mais três meses, findas as alternativas jurídicas para anular o processo, Collor renunciou, com o objetivo de não sofrer as penas impostas pela lei do impeachment. A manobra não obteve êxito.²⁷⁶

Collor esteve na Presidência da República por 932 dias, sendo lembrado, até os dias atuais, como um dos piores mandatários da História do Brasil.

²⁷⁴ CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p.474.

²⁷⁵ Memória Globo. **Impeachment de Collor**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/impeachment-de-collor/aprovacao-do-impeachment-na-camara/>>.

²⁷⁶ CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 101.

4. Dilma Rousseff, a imprensa e as redes sociais na construção do impeachment

4.1. Introdução

Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher a tornar-se presidente do Brasil, sendo a segunda presidente a sofrer um processo completo de impeachment, 24 anos após Fernando Collor ser afastado de seu mandato. Considerada a herdeira política de Luís Inácio Lula da Silva, Dilma foi eleita duas vezes presidente, sendo a primeira, nas eleições de 2010, e a segunda nas eleições de 2014. Durante o seu segundo mandato, sofreu um processo de impeachment devido a crimes de responsabilidade fiscal cometidos por seu governo.

4.2. Dilma e a luta armada

Nos primeiros anos de ditadura civil-militar, Dilma, ainda no secundário, passou a se interessar pela militância política. Logo depois, ingressou no grupo de esquerda conhecido como Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, sob a sigla Polop. Esta organização buscava ser uma alternativa ao Partido Comunista do Brasil, lutando pela implantação do socialismo, ao invés de se ater a independência econômica e democrática do Brasil, como fazia o PCB. A Polop, desde a sua formação, baseou-se na estratégia marxista de agir na formação e na organização de movimentos de massas, porém, com o advento do golpe de 1964, a organização passou a se inspirar na Revolução Cubana e tornou-se avessa aos debates político-estratégicos tradicionais do marxismo, passando a adotar um engajamento para o combate dos poderes políticos estabelecidos através da luta armada, causando uma cisão entre aqueles que defendiam os tradicionais debates e recusavam o uso da força e os que preferiam adotar ações de guerrilha.²⁷⁷ Dilma juntou-se com este último grupo, que ao se afastar da Polop,

²⁷⁷ ROUSSEFF, Dilma. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

criaram no estado de Minas Gerais o grupo guerrilheiro Comando de Libertação Nacional, conhecido como Colina. A partir de sua fundação, o grupo passou a se envolver em atividades ilegais, Dilma porém, não tomou parte em ações paramilitares. Outra parcela dissidente da Palop criou a organização chamada Vanguarda Popular Revolucionária, em São Paulo, conhecida como VPR. Em 1969, ambas as organizações dissidentes uniram-se, criando a organização Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) – Palmares.

Dilma cursava Economia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) quando aliou-se a Colina.²⁷⁸ Com a fusão das duas organizações, tornou-se dirigente da nova organização. A posição de prestígio de Dilma na organização tornou-a um alvo de interesse para o governo militar, que já tomara conhecimento de suas atividades desde o ano anterior. Por conta deste interesse, Dilma foi presa no dia 16 de janeiro de 1970 quando estava em um bar, na região central de São Paulo, que era utilizado para reuniões clandestinas entre integrantes das organizações.²⁷⁹ O prisão foi desencadeada pela Operação Bandeirante (Oban). Presa, Dilma foi levada até a 36ª Delegacia de Polícia e transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), conhecido centro de torturas do regime militar. Após ser torturada, Dilma foi transferida para o Presídio Tiradentes, onde ficou presa por quase três anos, sendo liberada no final de 1972.²⁸⁰

Após deixar a prisão, Dilma se afasta da luta armada, passa a morar em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, retoma os estudos, passa a trabalhar na Fundação de Economia e Estatística (FEE) e conclui a graduação em 1977. Com a promulgação da Lei da Anistia, em 1979, as lideranças de esquerda, antes exiladas, obtêm a autorização para retornar ao Brasil, e passam a reconstruir os partidos políticos de esquerda, extintos em 1965 pelo Ato Institucional nº 2. Dilma filia-se ao novo partido de Leonel Brizola, o Partido

²⁷⁸ LEMOS, Mariana; MACIEL, Camila. Dilma Rousseff: “Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade”. **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

²⁷⁹ Ibid.

²⁸⁰ ROUSSEFF, Dilma. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Democrático Trabalhista (PDT), e em 1980, passa a assessorar os deputados da legenda na Assembleia Legislativa.²⁸¹

4.3. O início da vida política

No período de 1986 até 1988, Dilma foi secretária municipal da Fazenda para a Prefeitura de Porto Alegre, cujo prefeito era Alceu Collares, do PDT. Em 1989, com a vitória de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma assumiu a diretoria-geral da Câmara dos Vereadores, permanecendo no cargo até 1990. Com a eleição de Collares para governador do Estado, Rousseff foi conduzida a presidência da FEE, onde permaneceu até 1993, quando assumiu a Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do governo do Estado do Rio Grande do Sul, permanecendo no cargo até 1994.²⁸² Dilma voltaria ao mesmo cargo em 1999, contudo, houveram desentendimentos entre as lideranças do PDT e as do PT, ocasionando o rompimento entre ambos os ex-aliados. Por discordar do rompimento, Dilma e outras figuras importantes do PDT deixam o partido, Rousseff filia-se ao PT em março de 2001.

4.4. Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia

Pela sua experiência no governo gaúcho²⁸³, foi convidada por Lula da Silva para tornar-se ministra de Minas e Energia de seu primeiro mandato, iniciado em 2003. Na época, o Brasil estava enfrentando uma crise energética, conhecida como “apagão”, devido a falta de investimentos no setor elétrico nacional. Para resolver os problemas, foi apresentado um novo modelo de regulamentação do setor, que combinava a participação da iniciativa privada com a forte regulamentação do Estado, possibilitando a retomada dos investimentos, não deixando de lado a modicidade tarifária e o atendimento a crescente demanda energética do país. Sua passagem pelo ministério

²⁸¹ Ibid.

²⁸² Ibid.

²⁸³ Gentílico para o Rio Grande do Sul.

também é conhecida pelo início do programa social Luz Para Todos, que buscava implantar redes de fornecimento de energia elétrica em comunidades rurais.

Em junho de 2005, vem à tona um esquema para a compra de votos no Congresso Nacional, conhecido posteriormente como Mensalão. Neste esquema, havia a compra de deputados e de apoio a base governista em troca de empréstimos ilegais e repasses de dinheiro público. Os principais atingidos pelo esquema são o tesoureiro do PT, Delúbio Soares e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Com o desenrolar das investigações e novos depoimentos, a participação de Dirceu é confirmada, fazendo-o pedir demissão do cargo.²⁸⁴ A Substituta escolhida para o cargo é Dilma.

4.5. Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil

Durante os anos finais do primeiro mandato de Lula da Silva, a atuação de Dilma no governo não possui grandes destaques, porém, com a reeleição de Lula, a Casa Civil ganha importância, passando a coordenar as ações governamentais e a articulação política, lidando diretamente com a presidência. A ministra foi incumbida de planejar e executar o projeto mais ambicioso do segundo mandato do petista, o Programa de Aceleração do Crescimento, conhecido como PAC. Este programa consistia no amplo investimento em infraestrutura, construção de moradias, transportes e energia elétrica, tendo como objetivo final ampliar o acesso de comunidades aos serviços públicos essenciais. Com o decorrer do programa, o prestígio de Dilma cresce, pois com as inúmeras construções de grande porte espalhadas pelo Brasil, o programa comandado por seu ministério passa a gerar empregos e ser bem visto por uma parcela da população, embora não fosse imune a críticas, como a ausência de metas claras e baixo índice de conclusão das obras. Dilma também foi responsável por definir a

²⁸⁴ JUNGBLUT, Cristiane. 'Não me envergonho de nada': Homem forte do governo Lula, Dirceu deixa a Casa Civil após denúncias e volta à Câmara. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2005, O País, p. 3.

regulamentação para a exploração petrolífera quando houve a descoberta de novas reservas no litoral brasileiro.²⁸⁵

Em 2010, Dilma foi escolhida pelo PT para ser pré-candidata a presidência da República e, em obediência a lei eleitoral, afastou-se do cargo de ministra, que foi posteriormente assumido por Erenice Guerra. Nas eleições presidenciais daquele ano, Dilma foi eleita com 56,05% dos votos válidos.

4.6. Dilma Rousseff, presidente

Dilma inicia seu primeiro mandato no dia 01 de janeiro de 2011, tendo como programa de governo a continuidade dos programas sociais implementados pelo governo de seu antecessor, e a implantação de novos programas, como o Plano Brasil Sem Miséria, que visava a ascensão econômica da população que vivia abaixo da linha de pobreza. Porém, logo no primeiro mês de governo, passou a imprimir um estilo próprio de governar, causando mal estar entre os assessores acostumados com o modo de agir de Lula da Silva, e também com partidos aliados, quando defendeu um salário mínimo menor do que o proposto pelas centrais sindicais.²⁸⁶

Mas seu primeiro grande desafio começou quando denúncias de corrupção passaram a atingir alguns de seus ministros.

4.6.1. As denúncias de corrupção e a substituição ministerial

Em meados de maio, surgiram denúncias de que o ministro da Casa-Civil, Antônio Palocci, havia multiplicado seu patrimônio pessoal em 20 vezes no período de quatro anos em que foi deputado. O jornal Folha de S. Paulo apurou que o ministro, antes de assumir o cargo no governo, havia comprado um escritório em uma área nobre de São

²⁸⁵ ROUSSEFF, Dilma. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

²⁸⁶ CAMAROTTI, Gerson. Novos ventos no Planalto: Com estilo diferente de Lula, Dilma se afasta do discurso do continuísmo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 2011, O País, p. 3.

Paulo, com o valor de 882 mil reais²⁸⁷ e, um ano depois, comprou um luxuoso apartamento, também em São Paulo, no valor de 6,6 milhões de reais²⁸⁸, porém, seus vencimentos como deputado neste mesmo período equivalem a 974 mil reais brutos.²⁸⁹ As revelações levaram o governo Dilma a sua primeira crise. Por quase um mês, o assunto é abordado nas primeiras páginas dos jornais, à medida que o governo se utilizava de sua base aliada, maioria na Câmara, para bloquear as tentativas de investigação do ministro, como podemos ver a seguir:



Primeira página da edição de 19 de Maio de 2011 do jornal O Globo, onde se lê *Palocci: tropa de choque do Planalto barra investigação*.²⁹⁰ A reportagem traz as manobras governistas para bloquear a convocação do então ministro pela oposição para prestar esclarecimentos. Na mesma edição, o jornal traz o editorial *Normas para Palocci* ²⁹¹ e *Brasília*, onde é apontado que embora a empresa de Palocci não seja ilegal, ela também precisa não parecer ilegal.

Mas com o desgaste, até mesmo a base aliada retirou seu apoio e a permanência de Palocci no ministério tornou-se insustentável. No dia 08 de Junho a presidente decidiu pela demissão do ministro para conter o desgaste político, conduzindo a senadora Gleisi Hoffmann ao cargo. Mas esta não seria a única baixa do governo Dilma.

²⁸⁷ Aproximadamente € 316.130 nos valores da época.

²⁸⁸ Aproximadamente € 2.857.143 nos valores da época.

²⁸⁹ MATAIS, Andreza; CREDENDIO, José Ernesto. Palocci multiplicou por 20 patrimônio em quatro anos.

Folha de S. Paulo, São Paulo, 15 mai. 2011, Poder, p. A4.

²⁹⁰ O Globo. 19 mai. 2011.

²⁹¹ NORMAS para Palocci e Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mai. 2011, Opinião, p. 6.

No início de Julho, novas denúncias afetaram o ministério dos Transportes. O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou irregularidades em ao menos 11 contratos para obras em rodovias e ferrovias, em que foram enviados 113,5 milhões de reais adicionais. A presidente Dilma, demonstrando aprendizado com o primeiro caso enfrentado por seu governo, afastou os diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) e da estatal Valec, responsável pelas ferrovias²⁹², vindo a posteriormente pressionar o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a fazer uma “limpeza ética”, acionando a Controladoria Geral da União (CGU) para verificar a idoneidade dos contratos.²⁹³ Contudo, com o desenrolar das investigações feitas pelo Ministério Público e apurações feitas pelos veículos de imprensa, comprovou-se o envolvimento do ministro, após uma reportagem do jornal O Globo apurar que a empresa do filho de Alfredo Nascimento teve um crescimento de 86.500% em menos de três anos²⁹⁴, levando a permanência de Nascimento no cargo tornar-se insustentável. A abordagem dos veículos de imprensa a postura de Dilma quanto às novas denúncias foi recebida de maneira mista, como podemos ver abaixo:



Primeira Página do jornal O Globo do dia 07 de Julho de 2011, onde se lê *Dilma desmonta esquema de corrupção da época de Lula*. O jornal adota uma abordagem que beneficia a atitude de Dilma, relatando ainda a irritação da presidente com as denúncias e a cobrança por explicações.²⁹⁵

²⁹² COSTA, Breno; AMORA, Dimmi. Transportes elevou verba de 11 obras sob suspeita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jul. 2011, Poder, p. A4.

²⁹³ CAMAROTTI, Gerson; GOIS, Chico de. Apoio com prazo de validade: Dilma mantém ministro, mas diz que ele terá de limpar focos de corrupção nos Transportes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 jul. 2011, O País, p. 3.

²⁹⁴ CARVALHO, Jailton de; CAMAROTTI, Gerson. MP investiga filho de ministro: Patrimônio de empresa de filho de Alfredo Nascimento aumenta 86.500%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 jul. 2011, O País, p. 3.

²⁹⁵ O Globo. 07 jul. 2011.



Primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 07 de Julho de 2011, onde se lê *Denúncias derrubam o 2º ministro de Dilma em 1 mês*. O jornal paulista adota uma postura diferente quando ao desfecho do caso, apontando que desde o governo de Itamar Franco (1992-1994), vice de Collor, não caíam dois ministros

em tão pouco tempo por conta de escândalos de corrupção.²⁹⁶

No mês de agosto, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi demitido pela presidente após fazer críticas públicas as ministras Ideli Salvatti, das Relações Institucionais e Gleisi Hoffmann, da Casa-Civil, sendo substituído por Celso Amorim. Porém, esta não seria a única substituição do mês, pois mais denúncias surgiram. No dia 17, o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, admitiu com naturalidade que usou o avião particular da empresa Ourofino Agronegócio, empresa de produtos veterinários, como medicamentos e vacinas. No fim do ano anterior, a empresa havia conseguido a licença para comercializar a vacina para febre aftosa, um mercado de 1 bilhão de reais, antes inexplorado por empresas nacionais, sendo a vacina importada para o Brasil.²⁹⁷ No dia seguinte, o ministro pediu demissão, afirmando ser vítima de perseguição, porém, especulou-se que a saída rápida do ministro se deve ao fato de se evitar o desgaste do vice-presidente Michel Temer, que o havia indicado, e do próprio partido, o PMDB.²⁹⁸

²⁹⁶ Folha de S. Paulo. 07 jul. 2011.

²⁹⁷ MINISTRO da Agricultura usou jatinho de empresa do setor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2011, Poder, p. A4.

²⁹⁸ ALVAREZ, Regina; ÉBOLI, Evandro; DAMÉ, Luiza. 'Raras vezes' tantas quedas: Dilma perde o 4º ministro em dois meses e meio, desta vez Wagner Rossi, do PMDB. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2011, O País, p. 3.

Também em agosto, iniciava-se um novo escândalo no ministério do Turismo. No dia 09, a Polícia Federal (PF) prendeu 35 pessoas ligadas ao ministério, fruto da investigação da PF batizada de Operação Voucher. Foi descoberto que os valores, conseguidos por meio de emendas parlamentares para serem destinados a treinamento de profissionais de turismo no estado do Amapá, foram desviados pela Organização Não Governamental Ibrasi com a cobertura de funcionários do ministério. A princípio, o ministro, Pedro Novaes, não foi envolvido no escândalo, porém, no dia 13 de Setembro, o jornal Folha de S. Paulo, em matéria investigativa, apurou que o ministro havia usado de verba pública para pagar o salário de sua governanta no período entre os anos de 2003 a 2010, sendo a funcionária nomeada por Novaes como secretária parlamentar, mesmo sem nunca ter pisado na Câmara.²⁹⁹ O jornal trouxe também, no dia seguinte, a denúncia de que o ministro mantinha um servidor, contratado como secretário no gabinete do deputado Francisco Escórcio, do PMDB do Maranhão, como motorista particular para a sua esposa.³⁰⁰ Com as denúncias, o ministro pediu demissão.

No mês de Outubro, o ministro do Esporte, Orlando Silva, foi acusado de participar de um esquema de desvios de verbas do programa Segundo Tempo, responsável por incentivar a prática de esportes entre jovens com menor renda.³⁰¹ Posteriormente, as denúncias tornaram-se mais robustas com a acusação de que o PCdoB, partido do ministro, comandava um esquema de pagamentos de suborno com a finalidade de financiar as campanhas eleitorais de seus candidatos. Dilma sustentou, com o aconselhamento de Lula da Silva, o ministro no cargo por alguns dias, mas, com a abertura de inquérito pelo Supremo Tribunal Federal sua permanência tornou-se insustentável.

²⁹⁹ MATAIS, Andreza; AMORA, Dimmi. Ministro pagou governanta com verba pública por 7 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2011, Poder, p. A4.

³⁰⁰ MATAIS, Andreza; AMORA, Dimmi. Ministro usa servidor como chofer particular da mulher. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 2011, Poder, p. A4.

³⁰¹ SADI, Andréia; NERY, Natuza. Dilma convoca ministro do Esporte para dar explicações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2011, Poder, p. A4.

Em Novembro, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, se viu envolvido com a possibilidade de seu ministério estar sendo conivente com o desvio de verbas públicas, pois foram encontrados indícios de fraude em contratos que o ministério não fiscalizou.³⁰² O ministro não recebeu apoio nem do governo, nem de seu próprio partido, o PDT. Sua situação ficou insustentável quando surgiram fotografias que comprovaram que Lupi voou em um avião particular pertencente a uma ONG que havia firmado contratos com o ministério, dias após o ministro, em depoimento ao Congresso, negar conhecer o dono da organização.³⁰³ Após o ministro do Trabalho, o ministro das Cidades, Mário Negromonte pediu demissão, o ministro tomou a atitude em decorrência dos constantes desgastes no governo.

Com o saldo de 8 demissões em pouco mais de um ano de governo, Dilma recebeu a aprovação de 59% da população, que viu nas constantes demissões de ministros acusados de corrupção uma forma de limpeza ética por parte da presidente.

4.6.2. O combate a desaceleração econômica

Após um crescimento de 7,5% do PIB em 2010, último ano de Lula da Silva, houve uma desaceleração do crescimento econômico, com o PIB de 2011 ficando com 2,7% de crescimento, contra 5,5% da projeção. Para seu primeiro ano de mandato, o governo Dilma anunciou o fim dos subsídios econômicos adotados em 2009 para combater a crise internacional³⁰⁴, e adotou a chamada Nova Matriz Econômica, em substituição ao modelo conhecido como Tripé Econômico, vigente desde o início do Plano Real, em 1999.

³⁰² GOIS, Chico de; MALTCHIK, Roberto. TCU: 'situação é crítica' no Trabalho: Auditoria revela que ministério de Lupi engavetou mais de 500 prestações de contas de ONGs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 nov. 2011, O País, p. 3.

³⁰³ CAMAROTTI, Gerson; BRAGA, Isabel. Mentira sela destino de Lupi: Ao negar viagem no King Air, ministro perdeu a sobrevida até reforma de janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2011, O País, p. 3.

³⁰⁴ MARTELLO, Alexandro. Governo anuncia corte de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. **G1**, 09 fev. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/governo-anuncia-corte-recorde-de-r-50-bilhoes-no-orcamento-de-2011.html>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Neste novo modelo, desenvolvimentista, cinco novos pilares são instalados: juros baixos, crédito facilitado com baixas taxas de juros fornecidos pelos bancos estatais, desvalorização cambial da moeda e aumento do imposto de importação de produtos industrializados como uma medida protecionista com a finalidade de aquecer a indústria nacional.³⁰⁵

A implantação destas novas medidas teve início com a redução da taxa de juros a pedido da presidente Dilma, em Setembro de 2011.³⁰⁶ No intervalo de 14 meses, a taxa foi reduzida dez vezes, chegando ao mínimo de 7,25% em Outubro de 2012.³⁰⁷ A segunda medida tomada pelo governo para implantar o novo modelo foi o envio de novos aportes financeiros ao BNDES e a pressão em bancos estatais para a redução dos juros, como podemos ver a seguir em reportagem do jornal Folha de S. Paulo:

Sob pressão de Dilma, BB diminui juros

Objetivo do governo é estimular bancos privados a também reduzir taxas para estimular a atividade econômica

Investidores reagem mal, e ações caem 5,91%; instituição financeira diz que vai ganhar novos clientes

TONI SCIANRETTA
DE SÃO PAULO

Pressionado pela presidente Dilma Rousseff, o Banco do Brasil fez uma redução agressiva nos juros e elevou os limites de várias linhas de crédito

para empresas e consumidores com o objetivo de acirrar concorrência com Itaú, Bradesco e Santander e estimular a economia.

Sozinho, o BB promete “despejar” no país R\$ 43,1 bilhões em empréstimos — R\$ 26,8 bilhões para micro e pequenas empresas e R\$ 16,3 bilhões para pessoa física, segmentos com maior dificuldade para conseguir juro baixo em bancos privados.

O banco baixou os juros do “crédito rotativo” do cartão,

cujo teto era 13,62%, para 7% ao mês para os clientes de outros bancos que levarem sua conta-salário para o BB.

Entre outras linhas, os juros para compra de veículos, que variavam de 1,24% a 3,75% ao mês, estão entre 0,99% e 2,65%. O crediário para compra de bens de consumo desceu da faixa entre 2,26% e 4% para 1,6% a 1,98%.

“Queremos ser os pioneiros de uma nova realidade de relacionamento com os clientes”, disse Paulo Rogério Ca-

farelli, vice-presidente do BB, referindo-se ao cenário de juros de um dígito. A taxa básica Selic está em 9,25%.

A ação lembra a atuação dos bancos públicos entre 2008 e o início de 2009, auge da crise global, quando os bancos privados reduziram a oferta de crédito temendo o aumento da inadimplência.

À época, BB e Caixa Econômica Federal sustentaram boa parte do financiamento ao consumo e aumentaram suas participações de merca-

do nos empréstimos.

Os bancos privados criticaram na ocasião os concorrentes públicos com o argumento de que eles podiam se dar ao luxo de arriscar mais por que tinham garantia de socorro governamental.

REAÇÃO RUIM

A reação do mercado ontem foi ruim. As ações do BB tiveram baixa de 5,91%, com os investidores vendo aumento da interferência política. “Respondemos a isso di-

zendo que vamos aumentar o número de clientes e o volume de empréstimos. Em 2009, quando emprestamos na crise, as ações caíram, mas isso foi decisivo para aumentar nossa participação de mercado”, disse Caffarelli.

Bradesco e Itaú afirmaram que avaliam o assunto. O Santander disse, por nota, que vem reduzindo as taxas para “oferecer os preços mais competitivos” do mercado.

LEIA MAIS na pág. B4

Trecho da edição de 05 de Abril de 2012 do jornal Folha de S. Paulo. Na reportagem, o jornalista afirma que o objetivo da redução agressiva dos juros é forçar que os bancos

³⁰⁵ ROQUE, Leandro. O trágico legado da “Nova Matriz Econômica” — um resumo cronológico. **Mises Brasil**, 28 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2120>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

³⁰⁶ CAMAROTTI, Gerson. Presidente fez pressão por corte. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 set. 2011, Economia, p. 23.

³⁰⁷ BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas — Histórico**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

privados abaixem também suas taxas de juros, como um caminho para estimular a economia.³⁰⁸ A Caixa Econômica Federal também abaixou sua taxa de juros.

Ainda em Abril, o governo anunciou a desoneração da folha de pagamentos para quinze categorias, como os setores têxtil, aéreo, naval, autopeças e outros, todos os setores atingidos pelo pacote do governo são diretamente afetados pelo câmbio e pela competição com produtos importados. O custo das desonerações para o governo chega a 3,1 bilhões de reais, o equivalente a um dia de arrecadação.³⁰⁹ Alguns meses depois, em setembro, o governo anunciou o aumento das tarifas de importação de 100 produtos, como um meio de incentivo aos produtores brasileiros, garantindo que caso os preços dos itens atingidos aumentarem, as alíquotas serão imediatamente derrubadas.³¹⁰

4.6.2.1. A reforma do setor elétrico

Em continuidade aos incentivos para o reaquecimento econômico, o governo Dilma anunciou mudanças no setor elétrico. A principal medida foi a edição da Medida Provisória 579, assinada em 12 de setembro, com a qual, em conjunto com o Decreto 7.805 de 14 de setembro, era esperada a redução de 20% nas tarifas de energia, uma reivindicação do setor industrial para a redução de custos e aumento da competitividade em relação aos concorrentes internacionais.³¹¹ Com a medida, o governo antecipou a renovação da concessão para as empresas de geração e transmissão de energia, propondo que estas empresas passem a ser remuneradas somente pelos investimentos feitos na operação e manutenção de equipamentos, portanto eliminando a amortização

³⁰⁸ SCARRETTA, Toni. Sob pressão de Dilma, BB diminui juros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 2012, Mercado, p. B3.

³⁰⁹ DILMA socorre indústria com medidas de impacto reduzido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2012, Poder, p. A6.

³¹⁰ VERÍSSIMO, Renata. Brasil eleva Imposto de Importação para 100 produtos. **Estadão**, 04 set. 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-eleva-imposto-de-importacao-para-100-produtos,125478e>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

³¹¹ SINGER, André. CUTUCANDO ONÇAS COM VARAS CURTAS: O ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA NO PRIMEIRO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2014). **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200039&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020.

e depreciação dos ativos destas empresas das tarifas para o consumidor final. Para compensar os ativos ainda não amortizados e depreciados, o governo propôs pagar indenização de aproximadamente 20 bilhões de reais as empresas. As propostas, consideradas com um valor muito abaixo do esperado, não agradaram as empresas do setor e somente 60% do volume energético previsto pelo governo passou a funcionar de acordo com o novo regime.³¹² Para compreendermos melhor o panorama, voltaremos ao assunto posteriormente.

4.6.3. As Jornadas de Junho

Os dois primeiros anos de governo de Dilma são marcados pela popularidade da presidente, influenciada pela limpeza ética do primeiro ano e pelas desonerações e redução nas contas de luz no segundo ano. No terceiro ano de governo, porém, o governo passa a ter algumas dificuldades, como por exemplo, o baixo crescimento econômico, que apesar das medidas governamentais, cresceu 0,9% em 2012, e um conjunto de manifestações de abrangência nacional, ocorridas em junho. O ano de 2013 se inicia com a imprensa dando destaque a desaceleração econômica e as já conhecidas medidas governamentais, mas, no mês de janeiro, algumas manifestações passam a ocorrer em Porto Alegre após as empresas de transporte público pedirem um aumento de 15.8% nos preços das passagens.³¹³ As manifestações não são publicadas pela imprensa, sendo suas convocações e resultados sendo feitos e compartilhados pelas redes sociais. Estes pequenos movimentos na região sul servem de inspiração para as outras regiões, que passam a convocar para novas manifestações em outras cidades. No mês de junho, estas manifestações ganham abrangência nacional e passam a ser

³¹²COSTELLINI, Clara; HOLLANDA, Lavinia. Setor Elétrico: da MP 579 ao pacote financeiro. **FGV Energia**, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/artigos/20140331_informativo_1_setor_eletrico_0.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

³¹³INSPIRADOS em Porto Alegre, protestos em série contra reajustes na tarifa de ônibus se espalham pelo país. **Gaúcha ZH**, 15 jun. 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contra-reajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

acompanhadas pela imprensa, que publica acerca das manifestações pela primeira vez no dia 07. A partir daí, as manifestações passam a ganhar volume, sendo a princípio voltadas contra o aumento das tarifas dos transportes.

Quanto a cobertura da imprensa, pode se dividir em dois momentos. A princípio, a imprensa noticia, sem grandes detalhes, os acontecimentos referentes as manifestações e condena com clareza quando acontecem casos de depredações do patrimônio público e privado, quando surgem manifestantes que utilizam táticas *black block*, como podemos ver abaixo:



Primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 12 de Junho de 2013, onde se lê *Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e Paulista*. O jornal se mostra contrário aos manifestantes, mostrando cenas de vandalismo e fazendo a contagem de depredações, como por exemplo “Dois ônibus foram parcialmente queimados, e outros, apedrejados.” Outra reportagem na mesma edição traz o título *Sangrando, PM aponta sua arma, mas não dispara*.³¹⁴

No dia seguinte, com a continuidade dos protestos, o jornal volta a dedicar sua primeira página para noticiar as manifestações.

³¹⁴ Folha de S. Paulo, 12 jun. 2013.



Primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 13 de Junho de 2013, onde se lê *Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo*. Ainda é exibida uma foto de um policial ferido, apontando sua arma enquanto imobiliza um manifestante. A legenda da foto afirma que o policial agiu desta maneira para não ser linchado.³¹⁵

É possível observar que a imprensa se posiciona contra as depredações e a favor da atuação policial. Contudo, este posicionamento muda de forma nítida a partir do dia 14, pois nas manifestações do dia 13, a polícia age com truculência contra todos os manifestantes e pessoas não relacionadas aos protestos que estão nas ruas, inclusive contra os jornalistas e equipes de apoio, concomitante com o fato dos policiais fecharem, de forma estratégica, as ruas laterais da Avenida Paulista, e as estações de metrô, que serviriam de rotas de saída para os participantes pacíficos dos protestos e para as pessoas não relacionadas, porque esta é uma área comercial da cidade de São Paulo.³¹⁶ Esta estratégia gerou pânico entre os participantes dos protestos, pois se viram encurralados entre bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, as imagens foram televisionadas e compartilhadas ao vivo nas redes sociais, gerando um revés na opinião pública, que ficou indignada com as ações policiais. O que se viu na imprensa no dia seguinte atesta que houve uma mudança de posicionamento, como podemos ver a seguir:

³¹⁵ Folha de S. Paulo, 13 jun. 2013.

³¹⁶ MENDES, Vinícius. 'Junho de 2013 é um mês que não terminou', diz socióloga. **BBC Brasil**, 03 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em: 28 ago. 2020.



Primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 14 de Junho, onde se lê *Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos*. A foto exibida mostra um policial agredindo pessoas aparentemente não relacionadas a violência e depredações e traz também a reportagem com o título *Distúrbios começaram com ação da Tropa de Choque*.³¹⁷

Com o apoio da imprensa, e a constante exibição de imagens de truculência policial, a população aumentou seu apoio aos protestos, que consequentemente passaram a aumentar suas proporções. A ação policial foi rapidamente ligada ao governo, e as agressões tornaram-se responsabilidade dos governantes, sendo essa uma das causas da ampliação das pautas dos manifestantes, que deixaram de ser somente contra o aumento das tarifas do transporte público e passaram a abranger também questões sociais, os gastos com a Copa do Mundo de futebol e contra os constantes casos de corrupção.

Em meio aos protestos, a presidente Dilma afirmou que as manifestações eram legítimas, mas passou a se preocupar com a recorrente violência causada pelos manifestantes. No dia 19, as prefeituras e governos estaduais resolveram atender as reivindicações dos manifestantes e cancelar os aumentos tarifários dos transportes, mas, com a retirada dos grupos de estudantes que organizavam as manifestações originalmente, novos grupos passaram a disputar o protagonismo das manifestações, entre eles os partidos políticos de esquerda, que passaram a aderir as manifestações

³¹⁷ Folha de S. Paulo, 14 jun. 2013.

levando bandeiras, panfletos e camisas. Mas em todas as vezes, os partidários eram hostilizados e expulsos aos gritos e palavras de ordem.³¹⁸

Com a continuidade dos protestos e o consequente impacto na popularidade da presidente, Dilma fez um pronunciamento em rede nacional para dizer que irá propor um acordo com as lideranças das manifestações ao mesmo tempo em que condena os atos de violência praticados por uma parcela dos manifestantes. A atuação governamental, porém, tem seu poderio limitado, pois as recentes desonerações e incentivos fiscais afetaram o caixa do governo. Para tentar satisfazer as reivindicações populares, Dilma anuncia cinco pactos, em que propõe mais investimentos na área da saúde, responsabilidade fiscal, ampliar a desoneração fiscal sobre os combustíveis e utilizar os royalties de petróleo para a educação. Ainda sob a pressão das manifestações, a Câmara rejeitou um projeto de emenda constitucional que reduzia o poder de investigação do Ministério Público³¹⁹ e o Senado tornou a corrupção um crime hediondo.³²⁰

Como resultado das três semanas de manifestações, uma pesquisa do Datafolha revelou que a popularidade de Dilma caiu 27 pontos percentuais. Antes do início das manifestações, 57% dos entrevistados consideravam o governo Dilma como ótimo ou bom, enquanto apenas 30% dos entrevistados consideraram o governo da mesma maneira após a onda de protestos.

³¹⁸ ESCALADA de Violência: Manifestantes atacam Itamaraty e prefeitura do Rio, saqueiam bancos e lojas, e enfrentam a PM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2013, País, p. 3.

³¹⁹ SOB PRESSÃO, Congresso derruba projeto que limitava Procuradoria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2013, Poder, p. A6.

³²⁰ GAMA, Júnia. Um golpe na corrupção: Pressionado por manifestações, Senado aprova projeto que torna delito crime hediondo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2013, País, p. 3.

4.7. Os esquemas de corrupção

No ano de 2014, surgiram indícios de alguns esquemas de corrupção, que foram amplamente divulgados pela imprensa. O primeiro esquema a ser revelado foi um esquema que envolvia superfaturamentos em obras da Petrobras, empresa petrolífera estatal. Este esquema deu origem a Operação Lava Jato, cujos desdobramentos trouxeram à tona um esquema de grande porte de corrupção institucionalizada no Brasil. O andamento da Lava Jato foi amplamente divulgado pela mídia, atingindo severamente o governo federal.

4.7.1. Escândalo na Petrobras

No mês de março, surgiram denúncias de que funcionários da Petrobras estariam recebendo suborno da fornecedora holandesa SBM Offshore, em um esquema que durou de 2006 até 2011. Juntamente com esta investigação, a Polícia Federal instaurou inquérito para investigar a compra de uma refinaria na cidade norte-americana de Pasadena, no estado do Texas. A Petrobras pagou o valor de 360 milhões de dólares por 50% da refinaria em 2006.³²¹ Um ano antes, a refinaria havia sido vendida em sua totalidade para a Astra Oil pelo valor de 42,5 milhões de dólares. No contrato assinado entre a Petrobras e a Astra Oil, havia uma cláusula com o nome de Put Option, esta cláusula determinava que caso houvesse um desentendimento entre as partes, o que ocorreu dois anos depois, a Petrobras teria que comprar a parte restante. Baseada nesta cláusula, a estatal brasileira foi obrigada pelo judiciário dos Estados Unidos a comprar os 50% restantes da refinaria chegando ao valor de 1,18 bilhão de dólares pela totalidade da planta.³²² Na época da compra da parcela inicial da refinaria, Dilma era ministra da Casa Civil e presidente do conselho de administração da estatal.

³²¹ ODILLA, Fernanda; AMORA, Dimmi. PF vai investigar suposta propina paga à Petrobras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2014, Mercado, p. B3.

³²² ENTENDA a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras. **Jusbrasil**, 22 mar. 2014. Disponível em: <<https://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/114414697/entenda-a-compra-da-refinaria-de-pasadena-pela-petrobras>>. Acesso em: 01 set. 2020.

A posição de Dilma no conselho da estatal abriu a possibilidade da presidente ser responsabilizada pela oposição como parcialmente responsável pela compra da refinaria, e o assunto, na pauta da imprensa já a alguns dias, é mais um exemplo quanto ao posicionamento dos veículos de imprensa em relação ao governo naquele momento.



Primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 20 de Março de 2014, onde se lê *Executivos refutam explicação de Dilma no caso Petrobras*. O jornal paulista busca colocar em dúvida a fala de Dilma quanto ao caso de Pasadena, que afirmou não ter tido acesso as cláusulas do contrato.³²³



Trecho do jornal O Globo do dia 20 de Março de 2014, onde se lê *Petrobras no alvo da oposição: Parlamentares questionam aval de Dilma para compra de refinaria nos EUA e pedem CPI*. O jornal carioca direciona a autoria das críticas para a oposição, dando especial atenção para a figura de Aécio Neves, que viria a ser o concorrente de Dilma nas eleições presidenciais daquele ano.³²⁴

³²³ Folha de S. Paulo, 20 mar. 2014.

³²⁴ GAMA, Júnia; BRAGA, Isabel; ALENCASTRO, Catarina; ORDOÑEZ, Ramona. Petrobras no alvo da oposição: Parlamentares questionam aval de Dilma para compra de refinaria nos EUA e pedem CPI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2014, Economia, p. 19.

4.7.2. Operação Lava-Jato

No dia 17 daquele mês, era deflagrada pela Polícia Federal a Operação Lava Jato. A operação iniciou-se com a investigação de quatro organizações criminosas cujos líderes agiam no mercado paralelo de câmbio, sendo chamados de doleiros. Descobriu-se que eles agiam se utilizando de uma rede de postos de combustíveis e lava a jatos para estrategicamente posicionar casas de câmbio.³²⁵ Ao se investigar o doleiro Alberto Youssef, já conhecido em outros casos de evasão de divisas, descobriu-se que ele havia presenteado o ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto da Costa, com um veículo Land Rover Evoque, o que levantou suspeitas. Com a decisão de investigar o ex-diretor, suspeitou-se que ele estava destruindo e ocultando documentos importantes, com isso, sua prisão preventiva foi determinada. Ao fazer operação de busca e apreensão nos endereços de Paulo Roberto, a polícia encontrou em sua casa R\$ 751 mil, US\$ 181 mil e € 11 mil em espécie.³²⁶

A operação permaneceu sem maiores novidades até o mês de setembro, quando o ex-diretor fez um acordo de delação premiada com a justiça, revelando o envolvimento de novos investigados em troca da redução penal. A delação revelou um esquema de corrupção de grandes proporções que envolvia indiretamente o governo Dilma. No depoimento, Paulo Roberto Costa afirmou que:

Na realidade o que acontecia dentro da Petrobras, principalmente mais a partir de 2006 *pra* frente, é o processo de cartelização. O que significa isso? As grandes empresas do Brasil, e são poucas grandes empresas que tem condição de fazer uma refinaria, que tem condição de fazer uma plataforma [petrolífera], que tem condição de fazer um navio de processo, que tem condições de fazer uma hidrelétrica (...) são pouquíssimas, e essas empresas, não só no âmbito da Petrobras, mas no âmbito, de modo geral, nas grandes obras do país, quer seja ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos. O Brasil fica restrito a estas poucas empresas. (...) Então as obras na área de

³²⁵ Ministério Público Federal. **Entenda o caso**. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/entenda-o-caso>>. Acesso em: 02 set. 2020.

³²⁶ EX-DIRETOR da Petrobras é preso pela Polícia Federal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2014, Poder, p. A4.

abastecimento praticamente começaram a partir de 2006 (...) e as refinarias novas, no caso específico a primeira, que vai ficar pronta em novembro desse ano, que é a refinaria Abreu e Lima, lá em Pernambuco. A terraplanagem dela começou em 2007. (...) Porque esse recurso era todo alocado principalmente para a área de exploração e produção, que é a área mais importante de qualquer companhia de petróleo. Quando começou essa atividade, ficou claro pra mim, eu não tinha esse conhecimento quando eu entrei em 2004, (...) desse, “acordo” prévio entre as companhias em relação as obras, ou seja, existia claramente, isso me foi dito por algumas empresas, pelos seus presidentes das companhias, de forma muito clara que havia uma escolha de obras dentro da Petrobras e fora da Petrobras, então por exemplo, usina hidrelétrica de tal lugar, nesse momento qual a empresa que tá mais disponível a fazer. E essa cartelização, obviamente que resulta em um delta preço excedente. Na área de petróleo e gás, essas empresas normalmente, entre os custos indiretos e o seu lucro, o chamado BDI, elas colocam algo entre 10 a 20%, então dependendo da obra, do risco da obra, da condição do projeto, em torno de 10 a 20% *pra* esse BDI. O que acontecia especificamente nas obras da Petrobras. Por hipótese, o BDI era 15%, então se colocava normalmente em média 3% a mais, e esses 3% eram alocados a agentes políticos.³²⁷

Então o juiz Sergio Moro, que estava no comando da audiência, pergunta, com a finalidade de compreender melhor, se então as empresas definiam por acerto prévio a proposta de preços que seriam apresentadas por elas, sendo então possível praticar o preço que fosse do interesse delas, no que o ex-diretor confirmou, reafirmando que o lucro das empresas estava na faixa de 10 a 20% e 3% era destinado a agentes políticos. Para investigar as afirmações de Paulo Roberto, foram abertas duas CPI, uma exclusiva do Senado e uma mista, que após meses de investigação chegou a 52 pessoas indiciadas e um prejuízo assumido pela Petrobras, o que fez as ações da companhia despencarem. A Lava Jato prosseguiu fazendo suas investigações e descobrindo uma ampla rede de corrupção, que foi posteriormente utilizada pela imprensa para fazer acusações ao governo, como veremos posteriormente.

³²⁷ REVISTA ISTOÉ. **Depoimento Paulo Roberto Costa**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sB6GcoE8uy0>>. Acesso em: 04 set. 2020.

4.8. O segundo mandato

No ano de 2014 as eleições foram conturbadas. Em meio aos atos de campanha pelo Brasil, no mês de agosto, o candidato do PSB, Eduardo Campos, foi vítima de um acidente aéreo. O avião que o candidato viajava caiu após os pilotos sofrerem uma desorientação espacial por consequência do clima chuvoso e a presença de nevoeiros.³²⁸ Outra fonte de conturbações foram as denúncias dos esquemas de corrupção da Petrobras, que foram rotineiramente usados pelo candidato de oposição, Aécio Neves, para tentar ligar a presidente aos atos ilícitos. Porém, Dilma sagrou-se vencedora, com 51,64% dos votos. Contudo, os desafios para o segundo mandato pareciam ser muito maiores do que os enfrentados nos quatro anos anteriores. Na área econômica, o PIB não havia reagido aos diversos estímulos e continuava a crescer de forma lenta, a taxa de juros, controlada de forma artificial pelo governo, já havia voltado a níveis anteriores, a inflação estava crescendo e as contas públicas não estavam saudáveis. Na área social, o número de brasileiros na extrema pobreza havia voltado a crescer.

4.8.1. A crise econômica

Desde meados de 2014 a imprensa vem trazendo prenúncios de uma desaceleração da economia. Matérias como *Para 69% dos brasileiros, preços subiram muito*,³²⁹ *Brasil mergulhou na recessão, aponta BC*,³³⁰ e *Brasil cresce pouco por problema interno, diz FMI*³³¹, demonstram que antes mesmo das eleições as condições econômicas já causavam preocupações, mas com o resultado do pleito, o agravamento da crise tornou-se palpável. Apenas três dias após a reeleição de Dilma, o Banco Central elevou a taxa de juros para 11.25%³³², posteriormente, o governo permitiu o aumento da contas de

³²⁸ BRASIL. Comando da Aeronáutica – Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. **Relatório Final A – 134/CENIPA/2014.** Disponível em: <http://sistema.cenipa.aer.mil.br/cenipa/paginas/relatorios/rf/pt/RF_A_134CENIPA2014_PR-AFA.pdf>. Acesso em 04 set. 2020.

³²⁹ O Globo, 17 jul. 2014.

³³⁰ Correio Braziliense, 16 ago. 2014.

³³¹ Folha de S. Paulo, 08 out. 2014.

³³² CUCOLO, Eduardo; CRUZ, Valdo. Três dias após reeleição de Dilma, BC eleva juros básicos para 11,25%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2014, Mercado, p. B1.

luz, anulando os descontos instituídos em 2013³³³, e autorizou o aumento da gasolina, o que viria a causar um impacto direto na inflação³³⁴. O que se viu a seguir foi como uma bola de neve.

É possível afirmar com certeza que não foi a reeleição de Dilma a causa principal das desordens econômicas que se desenrolaram no ano de 2015, mas a aparente piora após os resultados das eleições não deixa dúvidas, o governo prejudicou suas contas públicas para sustentar os subsídios, desonerações e descontos no ano eleitoral. Mas, para Esther Dweck e Rodrigo Alves Teixeira, ao contrário do que é comumente dito, não é possível observar um crescimento desordenado da dívida pública, o que é rotineiramente apontado como causa da crise financeira que estava se iniciando, mas uma queda da arrecadação de impostos, causada pela desaceleração econômica e pelas desonerações.³³⁵ Este fator, e outros que não estavam no controle do governo, como a falta de chuvas, foram os responsáveis pelo aumento da dívida pública.

4.8.1.1. O ajuste fiscal

Para contornar o déficit nas contas públicas e retomar o controle dos rumos da economia, o governo propõe um ajuste fiscal. Neste ajuste, o governo decidiu promover uma série de cortes de despesas governamentais, como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os repasses ao BNDES, decidiu também atrasar o pagamento do abono salarial para os trabalhadores que recebem até dois salários mínimos (PIS), e pela redução dos benefícios previdenciários, como o seguro desemprego, que passa a exigir que o trabalhador tenha contribuído por 18 meses, ao invés de 6 meses, para ser elegível ao benefício, e a pensão por morte, que passa a exigir 24 meses de contribuição.³³⁶

³³³ FARIELLO, Danilo; SPITZ, Clarice. Conta de luz mais cara: Reajuste da Light, de 17,7%, zera efeito da queda forçada pelo governo nas tarifas em 2013. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 nov. 2014, Economia, p. 25.

³³⁴ GASOLINA sobe hoje 3% nas refinarias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2014, Mercado, p. B1.

³³⁵ DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2020.

³³⁶ LAPORTA, Taís. Entenda as medidas do ajuste fiscal. **G1**, 08 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/entenda-medidas-do-ajuste-fiscal.html>>. Acesso em: 03 set. 2020.

Quanto a contribuição previdenciária, o governo aumentou a alíquota sobre o faturamento das empresas. As empresas que pagavam 1% passam a contribuir com 2,5%, enquanto as que pagavam 2% terão que pagar 4,5%, desta forma, anulando a desoneração proposta no primeiro mandato de Dilma. Aumentou também os tributos sobre o crédito, sobre os combustíveis, sobre as importações e sobre os produtos cosméticos.³³⁷

4.8.1.2. O tarifaço

Como vimos no tópico 4.6.2.1, no final do ano de 2012, o governo adotou, com a MP 579, a renovação das concessões, mas a proposta governista não foi considerada boa pelas empresas geradoras e distribuidoras, fato que deixou cerca de 10 mil MW de energia gerada fora das cotas propostas pelo governo. Este volume energético, por não estar sob as cotas, deixou de fazer parte do sistema, ficando livre para ser negociado no mercado livre pelas empresas geradoras. As empresas distribuidoras se viram obrigadas a recorrer ao mercado livre, comprando energia aos preços de mercado de curto prazo, pois a demanda de seus consumidores era maior que a energia disponível sob as cotas do governo. Entretanto, a situação tornou-se problemática, pois no final do ano as temperaturas tiveram uma alta, e com os dias mais quentes o consumo energético subiu. Além disso, o volume de chuvas do período foi insuficiente, o que levou a uma queda nos níveis de geração de energia, pois a base energética no Brasil se utiliza principalmente do uso de usinas hidroelétricas. Para contornar o problema, as empresas geradoras acionaram as plantas termoeletricas, de operação mais cara, para suprir a demanda energética. A combinação do aumento da demanda e do uso das termoeletricas trouxe um problema no fluxo de caixa das concessionárias, que necessitariam de repassar os custos extras para o consumidor, diminuindo os efeitos da reforma do setor elétrico.³³⁸

³³⁷ Ibid.

³³⁸ COSTELLINI, Clara; HOLLANDA, Lavinia. Setor Elétrico: da MP 579 ao pacote financeiro. **FGV Energia**, 31 mar. 2014. Disponível em:

Para manter os descontos aos consumidores, o governo decidiu pagar parte dos custos através de aportes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), acordando que toda vez que o uso das termelétricas gerasse aumentos superiores a 3%, seriam utilizados recursos enviados pelo governo para a CDE, sendo o valor ressarcido pelos consumidores no prazo de cinco anos, de acordo com a inflação, em forma de reajustes tarifários. O valor dos repasses feitos pelo governo no ano de 2013 foram no valor de 9,8 bilhões. Foi decidido que o valor dos repasses não seria pago pelos consumidores no ano de 2014, pois os reajustes tarifários anulariam os descontos concedidos no ano anterior.³³⁹

No ano de 2015, devido ao ajuste fiscal, o governo anunciou que não mais faria os repasses para as concessionárias, fazendo com que as contas de luz aumentassem entre 30 e 40% logo nos primeiros meses do ano.

4.9. O impeachment

Como resultado das medidas do ajuste fiscal e o tarifaço, os indicadores econômicos passaram a apresentar quedas acentuadas. A produção industrial, que teve queda de 3,2% em 2014, recuou 3,5% de janeiro a março de 2015.³⁴⁰ Juntamente com as medidas econômicas, a Lava Jato continuava a investigar os desvios na Petrobras e chegava a agentes políticos que participaram da campanha eleitoral de Dilma, embora a presidente não fosse alvo das investigações.³⁴¹ As medidas e as constantes denúncias de corrupção envolvendo o partido de Dilma, o PT, causaram também o aumento da insatisfação popular, fazendo com que, no dia 8 de março, durante um pronunciamento em rede nacional por conta do dia internacional da mulher, Dilma enfrentasse protestos

<https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/artigos/20140331_informativo_1_setor_eletrico_0.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

³³⁹ Ibid.

³⁴⁰ ROUSSEFF, Dilma. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-van-rousseff>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

³⁴¹ INVESTIGAÇÃO atinge 6 partidos e campanha eleitoral de Dilma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 mar. 2015, Poder, p. A4.

que ficaram conhecidos como panelaços, que consistiam na parcela da população insatisfeita com o governo batendo em panelas vazias para fazer barulho. A tática foi amplamente utilizada a partir de então.

4.9.1. As manifestações e a imprensa

Após o pronunciamento, a desaprovação a presidente passou a se tornar mais palpável. Em visita ao Salão Internacional da Construção Civil, em São Paulo, Dilma foi hostilizada pelos visitantes e expositores.³⁴² No dia 15, aconteceram protestos populares de grande porte em todo o Brasil. Estes protestos foram convocados por movimentos nas redes sociais, que também transmitiram ao vivo os discursos e atos das manifestações. A imprensa deu destaque aos protestos nas primeiras páginas do dia seguinte, como podemos ver abaixo:



³⁴² DILMA é vaiada em SP e diz que crise no país é passageira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2015, Poder, p. A4.

Primeira página dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, respectivamente, do dia 16 de março de 2015, onde se lê *Democracia tem novo 15 de Março* (GLO)³⁴³ e *‘Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país* (FSP).³⁴⁴

A imprensa não teve um papel direto na convocação das manifestações, que são elaboradas por grupos no Facebook, embora, como podemos ver no decorrer do trabalho, as pautas relacionadas ao governo, como a crise econômica, as denúncias de corrupção e os aumentos decorrentes do ajuste fiscal são muito bem explorados na cobertura diária. Com as manifestações, é possível notar que a abordagem da imprensa se inicia de forma diferente das manifestações ocorridas em 2013, enquanto nas Jornadas de Junho a imprensa não publica notícias das primeiras manifestações e se coloca contra a truculência de alguns grupos, somente passando a apoiar após as forças policiais se utilizarem de violência excessiva contra manifestantes e repórteres, nas manifestações pelo impeachment, a mídia oferece aos manifestantes um notável afago, que se nota desde as escolhas das imagens, até os títulos das matérias, que não se furtam a atribuir sem delongas a característica democrática das manifestações.

O notável sucesso das manifestações colocou pressão sobre o governo. Dilma, em entrevista um dia após as manifestações fez um mea-culpa quanto a condução econômica, dizendo que “É possível que a gente tenha cometido algum erro de dosagem”. Na ocasião, a presidente também pediu trégua aos grupos contrários, defendendo, mais uma vez, o ajuste fiscal, que enfrentava resistências até mesmo entre os parlamentares da base governista.³⁴⁵ Outro efeito do sucesso das manifestações foi a organização de uma nova manifestação, marcada para o mês seguinte. Mas, antes mesmo da nova manifestação, o instituto de pesquisas Datafolha fez pesquisa para medir a popularidade de Dilma, constatando uma alta taxa de rejeição.

³⁴³ O Globo, 16 mai. 2015.

³⁴⁴ Folha de S. Paulo, 16 mai. 2015.

³⁴⁵ DAMÉ, Luiza; ALENCASTRO, Catarina; IGLESIAS, Simone. Humildade no dia seguinte: Após os protestos, Dilma reconhece erros, propõe diálogo e alerta para riscos na instabilidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2015. País, p. 3.



62% reprovam governo Dilma

Segundo Datafolha, aprovação da petista caiu de 23% para 13% desde 5 de fevereiro; avaliação é a pior após Collor

O governo Dilma atingiu a mais alta taxa de reprovção desde 1992, pouco antes do impeachment de Collor. Para 62%, a gestão da presidente é ruim ou péssima. Pela primeira vez, essa avaliação da petista superou os 50%.

Segundo pesquisa Datafolha feita nos dois dias seguintes aos protestos de domingo (15), a desaprovção de Dilma subiu 18 pontos desde o levantamento anterior, de 3 a 5 de fevereiro. A pior taxa de Collor foi 68%.

Com somente 76 dias de segundo mandato, a aprovação da petista chegou a 13%, queda de dez pontos em seis semanas. O Datafolha apurou ainda que o pessimismo da população sobre a economia permanece elevado.

O desemprego deve crescer para 69% dos entrevistados, e a inflação, para 77% (em fevereiro, 81% tinham essa opinião). A nota média dada a Dilma é 3,7, a menor desde a sua chegada à Presidência, em janeiro de 2011.

Com dois pontos percentuais de margem de erro, a pesquisa mostra queda da popularidade de Dilma em todos os segmentos. No Centro-Oeste e no Sudeste, as taxas de reprovção foram respectivamente de 75% e 66%.

Nas cidades mais populosas, entre eleitores com escolaridade média e entre quem ganha de 2 a 5 mínimos, esse índice também foi de 66%. A rejeição ao Congresso é a maior desde os anos do Orçamento, em 1993. Poder 44

Trecho da primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 18 de março de 2015, onde se lê *62% reprovam governo Dilma*. Em termos de reprovação, somente Collor de Mello atinge uma reprovação maior, com 68%. Entre os entrevistados, a ampla maioria também acreditava na piora econômica.³⁴⁶

No mês de abril, ocorreram novas manifestações, mas embora os números de participantes sejam expressivos, comparado as manifestações do mês anterior, é possível notar uma perda de fôlego dos movimentos nas redes sociais. Porém, é importante pontuar que a imprensa passa a utilizar técnicas de agendamento para guiar a opinião pública. Um exemplo claro é a edição do jornal Folha de S. Paulo do dia 12 de março, dia marcado pelos movimentos sociais para a nova manifestação.

³⁴⁶ Folha de S. Paulo, 18 mar. 2015.



Trecho da primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 12 de Abril de 2015, onde se lê *Reprovação a Dilma estaciona; maioria apoia o impeachment*. Novamente, o instituto Datafolha faz pesquisa para medir a popularidade de Dilma. Desta vez, também foi perguntado aos

participantes se estes aprovavam um processo de impeachment da presidente, comprovando que a maioria defendia o processo, mesmo sem saber quem seria o sucessor. Também é possível notar no canto inferior direito um aviso, semelhante a um convite, onde se lê *Manifestação em SP: Hoje, às 14h, em seis pontos da avenida Paulista*.³⁴⁷

A partir de então, lentamente a imprensa passa a dar apoio ao impeachment de Dilma. As manifestações contrárias a presidente continuaram a acontecer com frequência. Além das manifestações dos dias 15 de março e 12 de abril, ocorreram manifestações nos dias 16 de agosto, 13 de dezembro, e no mês de março de 2016, quando aconteceu a maior manifestação da história recente do Brasil, no dia 13, e outras manifestações menores, que ocorreram como ecos de atos do governo federal, como veremos posteriormente.

³⁴⁷ Folha de S. Paulo, 12 abr. 2015.

4.9.2. As pedaladas fiscais

No dia 17 de junho, a imprensa passou a noticiar que o Tribunal de Contas da União (TCU) pediria mais explicações a Dilma, acerca de manobras contábeis realizadas para melhorar as contas de seu governo em 2014. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo,

Técnicos do TCU apontaram várias irregularidades nas contas, incluindo as chamadas “pedaladas fiscais”, que permitiram ao governo segurar despesas com ajuda dos bancos públicos que pagam, por meio de transferências, benefícios do Bolsa Família e outros programas oficiais.³⁴⁸

A imprensa já havia noticiado, sem dar maior importância, o uso de bancos públicos para chegar ao superávit nas contas públicas em 2013. Nos primeiros dias de janeiro de 2014 a imprensa noticiou que o ministro da Economia, Guido Mantega, havia antecipado os resultados fiscais do ano anterior para acalmar o mercado, dizendo ainda que a economia fiscal no ano anterior chegou a R\$ 75 bilhões, R\$ 2 bilhões a mais do que a meta.

³⁴⁸ AMORA, Dimmi; NERY, Natuza. Dilma deve ganhar tempo para explicar contas ao TCU. **Folha de S. Paulo**, 17 jun. 2015, Poder, p. A4.



Trecho do jornal Folha de S. Paulo do dia 04 de Janeiro de 2014, onde se lê *Para “acalmar os nervosinhos”, governo anuncia superávit fiscal*. De acordo com o ministro, o resultado foi obtido por conta de receitas extraordinárias no fim do ano anterior.³⁴⁹

Contudo, cinco dias depois, a imprensa voltou a noticiar sobre o superávit, desta vez afirmando que o resultado foi obtido através do represamento de gastos. O Jornal O Globo entrevistou o secretário geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, uma organização não governamental que atua junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Na ocasião, o secretário geral afirmou que a manobra se tratava de uma “maquiagem contábil que faz parte da família da contabilidade criativa”.³⁵⁰ Contudo, a reportagem prossegue com as afirmações de Castello Branco, afirmando que:

Segundo Castello Branco, é natural que exista uma conta de restos a pagar processados todo ano. Ela reflete atrasos que possam ter ocorrido na fiscalização de um programa ou obra pública que precisa ser feita antes do pagamento. Mas chamou a atenção o aumento de R\$ 25 bilhões de um ano para outro justamente no momento em que o governo encontrava dificuldades para cumprir o superávit primário.

³⁴⁹ CRUZ, Valdo; SCHREIBER, Mariana. Para “acalmar os nervosinhos”, governo anuncia superávit fiscal. **Folha de S. Paulo**, 04 jan. 2014, Mercado, p. A10.

³⁵⁰ BECK, Martha. Governo adia repasse a programas sociais por superávit fiscal, diz ONG. **O Globo**, 08 jan. 2014, Economia, p. 17.

Ele lembrou que a manobra é ruim porque atrasa o repasse de recursos para empresas privadas que executaram obras e para bancos públicos, como a Caixa, responsável pelo MCMV³⁵¹, e o Banco do Brasil, maior operador de crédito rural no país. Além disso, o governo acabou comprometendo o orçamento de 2014 com despesas passadas.

O total dos restos a pagar – considerando os processados e não processados – ficou em R\$ 232 bilhões, segundo a ONG. No exercício anterior, o número era de R\$ 176,6 milhões.³⁵²

A notícia, na época não causou repercussão, não estando nem mesmo na primeira página do jornal de onde esta matéria foi extraída, porém, a economia criativa citada por Castello Branco já era uma violação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, as manobras continuaram a acontecer em maior amplitude no ano de 2014, motivo pelo qual o TCU pediu explicações a Dilma. Podemos buscar entender o motivo desta violação não ter sido trazida à tona anteriormente, visto que a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal é passível de impeachment, e com isso observamos que não foi dada maior atenção a pauta pela imprensa pois inexistia, no início de 2014, a conjectura favorável para um processo de impeachment. Quando a conjectura tornou-se favorável, vide matéria do jornal Folha de S. Paulo apresentada anteriormente, passou-se a investigar este ato do governo, que continuava a acontecer desde então.

No dia 22 de Julho, o governo apresentou defesa para o TCU defendendo que as chamadas pedaladas eram uma prática utilizada em outras ocasiões sem maiores ressalvas, e que não entendia as práticas recentes como um ato ilícito³⁵³, mas a defesa não obteve sucesso com a opinião pública. Em agosto, nova pesquisa do instituto

³⁵¹ Minha Casa, Minha Vida.

³⁵² BECK, Martha. Governo adia repasse a programas sociais por superávit fiscal, diz ONG. **O Globo**, 08 jan. 2014, Economia, p. 17.

³⁵³ TODO fôlego para negar ‘pedaladas’: Tropa de choque foi mobilizada para produzir defesa de mais de mil páginas que será entregue hoje ao TCU. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2015, País, p. 3.

Datafolha mostrou que Dilma havia se tornado a presidente mais impopular da série histórica, com 71% dos entrevistados avaliando seu governo como ruim ou péssimo.³⁵⁴

No mês de setembro, a crise política causa uma piora notável na crise econômica. No dia 10, a agência de classificação de risco Standard&Poor's rebaixou a nota do Brasil, desta maneira retirando o selo de bom pagador do país³⁵⁵, e o governo acenou com o corte de gastos e aumento de impostos, o que causou mais instabilidade. Em outubro o TCU rejeitou, por unanimidade, as contas de 2014, dando a oposição o argumento necessário para a abertura de um processo de impeachment.

Ainda no mês de outubro, os juristas Miguel Reale Jr., Janaína Conceição Paschoal e Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT, partido de Dilma, apresentaram, em conjunto com líderes de movimentos populares, um pedido de abertura de processo de impeachment baseado no artigo 85 da constituição, que diz:

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente contra:

I – a existência da União;

II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do país;

V – a probidade na administração;

VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.³⁵⁶

³⁵⁴ REPROVAÇÃO de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 ago. 2015, p. A4.

³⁵⁵ DESCONTROLE das contas públicas faz agência S&P tirar do Brasil selo de país bom pagador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 set. 2015, p. A15.

³⁵⁶ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_85_.asp>. Acesso em: 02 set. 2020.

E na lei 1.079/1950, que em seu capítulo VI diz:

DOS CRIMES CONTRA A LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

- 1 – Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta de orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;
- 2 – Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;
- 3 – Realizar o estorno de verbas;
- 4 – Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária;
- 5 – Deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal;
- 6 – Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal;
- 7 – Deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada em inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei;
- 8 – Deixar de promover ou ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro;
- 9 – Ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente;
- 10 – Captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fator gerador ainda não tenha ocorrido;
- 11 – Ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou;

12 – Realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.³⁵⁷

No pedido, os juristas argumentaram que a presidente violou a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal quando editou decretos de créditos suplementares sem a aprovação do Congresso Nacional, reduzindo de R\$ 55 bilhões para R\$ 6 bilhões a meta para o saldo final do Tesouro Nacional para o ano, com a finalidade de evitar o corte de gastos, e quando realizou operação de crédito com instituição financeira controlada pela União Federal, ao atrasar o repasse para o pagamento de programas sociais e crédito agrícola.^{358 359}

O processo de impeachment foi acolhido pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, após o governo não defendê-lo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Cunha havia sido denunciado após um relatório do Ministério Público da Suíça revelar que ele possuía quatro contas bancárias em bancos suíços, sendo que duas delas haviam sido encerradas após o início da Operação Lava – Jato.³⁶⁰

³⁵⁷ BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm>. Acesso em 30 ago. 2020.

³⁵⁸ ROUSSEFF, Dilma. In. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

³⁵⁹ AS IRREGULARIDADES que baseiam o impeachment. **Folha de S. Paulo**, 2016. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/08/26/entenda-pedaladas/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

³⁶⁰ CARVALHO, Jailton de. Na Suíça, com endereço da Barra da Tijuca: Contas têm nome e dados pessoais de Cunha; duas delas foram fechadas após Lava-Jato. **O Globo**, 09 out. 2015, País, p. 3.

4.9.3. A imprensa e o impeachment

A partir dos primeiros protestos de 2015, a imprensa passa a noticiar, em tom de descrédito, que alguns movimentos populares estão se mobilizando pela abertura de um processo de impeachment, mas se posiciona claramente pela falta de admissibilidade dos pedidos. A palavra “impeachment” pode ser encontrada em pequenas notas, artigos de opinião e em notícias sobre a oposição. Alguns meses depois, com o pedido de explicações feito pelo TCU a Dilma, o assunto passa a surgir com mais destaque nos jornais, algumas vezes ocupando a primeira página, mas para além das notícias das primeiras páginas, os editoriais demonstram mais claramente o posicionamento dos veículos de mídia quando ao impedimento.

No editorial *Sem passo atrás*, publicado em 19 de abril, o jornal Folha de S. Paulo definiu como animadores os indícios de que as instituições de Estado, como o TCU, possuísem autonomia para fazer investigações, afirmando ainda que

Caso prevaleça o entendimento do TCU, estará aberto o caminho para o Ministério Público Federal processar os gestores envolvidos. O tribunal também poderá recomendar ao congresso a rejeição das contas do governo Dilma, o que seria inédito e permitiria, em tese, a abertura de um processo de impeachment contra a presidente.³⁶¹

Já o jornal Zero Hora, no editorial *Impeachment, uma tese equivocada*, publicado em 23 de abril, se coloca contra a abertura do processo, por enquanto, afirmando que

É muito fácil pedir o impeachment de um presidente. A lei garante a qualquer cidadão o direito de desencadear o processo, mas é preciso ter motivos concretos, reconhecidos

³⁶¹ SEM PASSO atrás. **Folha de S. Paulo**, 19 abr. 2015, Editoriais, p. A2.

pelas instâncias políticas e jurídicas. Não é, até agora, o que ocorre em relação à presidente Dilma Rousseff, nem no âmbito da Operação Lava – Jato, nem nas dúvidas sobre o orçamento de 2014, recentemente levantadas pelo Tribunal de Contas da União.³⁶²

Após o pedido de impeachment ser acatado, a imprensa passa a cobrir a tramitação do processo, com a definição dos prazos e comissões, sem trazer grandes novidades nos dois primeiros meses de 2016. Porém, uma nova situação passou a ocupar as pautas. No final do mês de janeiro, a Operação Lava - Jato passou a investigar o relacionamento entre a cooperativa Bancoop, o PT e a empreiteira OAS. Na ocasião, a empreiteira, que estava envolvida com casos de corrupção na Petrobras, assumiu a construção de um prédio de apartamentos na cidade de Guarujá, litoral do estado de São Paulo, aonde a esposa de Lula, Marisa Letícia, havia adquirido a opção de compra de um apartamento em 2005, mas havia desistido da compra em 2015, por conta do envolvimento dos executivos da empreiteira em casos de corrupção. Descobriu-se, no entanto, que a OAS havia feito uma reforma no apartamento da esposa de Lula no ano anterior, o que levantou suspeitas para os investigadores. Um dia após a reportagem com o apartamento, o jornal Folha de S. Paulo trouxe reportagem afirmando que outra empreiteira envolvida com casos de corrupção investigados pela Lava-Jato, a Odebrecht, havia pagado pela reforma de uma casa de campo utilizada pela família do ex-presidente na cidade de Atibaia, no interior de São Paulo. A reportagem assumiu um papel investigativo, buscando depoimentos em forma de entrevistas com a ex-dona da loja de materiais de construção, Patrícia Fabiana Melo Nunes, que afirmou que recebeu pagamentos semanais em dinheiro vivo para enviar materiais de construção para o endereço em questão; com o marceneiro Antônio Carlos Oliveira Santos, que afirmou que trabalhava para um engenheiro da Odebrecht e também recebia em dinheiro vivo e com o engenheiro Frederico Barbosa, que afirmou somente estar prestando pequenos serviços para uma empresa contratada pelo proprietário da construção, sem mencionar

³⁶² INTERATIVO | Editorial diz que não há razão para impeachment. Você concorda?. **Opinião ZH**, 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/04/23/interativo-editorial-diz-que-nao-ha-razao-para-impeachment-voce-concorda/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

o nome do proprietário. Ainda causou estranheza para a reportagem o engenheiro, responsável pela construção do Itaquerão, estádio utilizado na abertura da Copa do Mundo de 2014 prestar serviços para uma obra de pequeno porte.³⁶³

Dias depois, no dia 17 de fevereiro, o jornal Folha de S. Paulo voltou a publicar reportagem investigativa. Desta vez, fazendo a denúncia de que uma antena de telefonia móvel havia sido instalada próxima ao imóvel investigado, porém, em região desfavorável para a propagação do sinal, sendo portanto, feita para atender exclusivamente ao imóvel.



Trecho da primeira página do jornal Folha de S. Paulo do dia 17 de fevereiro, onde se lê *Antena perto de sítio foi um 'presente' da Oi para Lula*. O texto da reportagem traz ainda uma afirmação que chama a atenção: “Após reportagens da Folha, a Lava Jato passou a investigar se um consórcio informar de empresas, (...) foi formado para a reforma do

sítio.”³⁶⁴

A reportagem reafirma um dos poderes da imprensa moderna, o de pautar não somente a opinião pública, mas também investigações judiciais. Mas este poderio não é somente utilizado pela imprensa escrita, os telejornais são seus maiores usuários.

As investigações mantiveram-se em pauta dos telejornais por um longo período. O telejornal de maior audiência no Brasil, o Jornal Nacional, apresentou matérias a cerca de investigações que envolviam o ex-presidente em casos de corrupção durante 28

³⁶³ FERREIRA, Flávio. Odebrecht fez obra em sítio ligado a Lula, diz fornecedora. **Folha de S. Paulo**, 29 jan. 2016, Poder, p. A4.

³⁶⁴ Folha de S. Paulo, 17 fev. 2016.

edições do jornal, que é exibido de segunda a sábado, no intervalo entre 27 de janeiro, quando a investigação veio à tona, até 14 de março.³⁶⁵ Nas manifestações do dia 13, o foco das reivindicações e protestos, além do impeachment de Dilma, era a prisão de Lula da Silva. A associação da presidente ao ex-presidente, ao defendê-lo em discursos, se reunir com ele e visitar sua casa trouxe mais desgaste a sua imagem para a opinião pública, mas o principal ato da presidente em relação a Lula ainda estava por vir.

No dia 17, com a possibilidade da prisão do ex-presidente, pedida pelo Ministério Público, Dilma decidiu nomear Lula ministro-chefe da Casa Civil. Com a nomeação, Lula passaria a ter foro privilegiado, e portanto, não poderia ser investigado pela justiça de primeira instância, onde os processos que o envolviam estavam tramitando, mas somente pelo Supremo Tribunal Federal. A posse de Lula causou protestos por todo o Brasil. Porém, pouco depois da posse, o então juiz Sergio Moro suspendeu o sigilo da investigação da Lava-Jato que investigava o ex-presidente, revelando a transcrição de conversas e áudios obtidos através de grampos telefônicos autorizados pela justiça. Em um dos áudios, divulgado amplamente pela mídia, Dilma avisava que estaria enviando o subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil, Jorge Messias, para enviar a Lula o termo de posse para o ministério, afirmando ainda que ele deveria usá-lo em caso de necessidade.³⁶⁶ No dia seguinte a mídia impressa trouxe a notícia nas primeiras páginas.

³⁶⁵ A pesquisa levou em conta todas as reportagens que mencionam Lula da Silva, pois em todas elas é feita uma pequena recapitulação no decorrer da matéria. As edições podem ser consultadas em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/03/17.html>>.

³⁶⁶ MENEZES, Maiá. Ação contra a Justiça: Horas depois de o retorno de Lula ao governo ser confirmado, Sérgio Moro divulga gravações em que Dilma diz ao ex-presidente que enviaria termo de posse com poder de impedir sua prisão; revelações ensejam novos protestos e oposição exige denúncia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2016, País, p. 3.



Primeiras páginas dos jornais O Globo³⁶⁷, O Estado de S. Paulo³⁶⁸, Folha de S. Paulo³⁶⁹, Correio Braziliense³⁷⁰, Estado de Minas³⁷¹ e Jornal do Commercio³⁷² do dia 17 de março de 2016.

³⁶⁷ O Globo, Rio de Janeiro, 17 mar. 2016.

³⁶⁸ O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 mar. 2016.

³⁶⁹ Folha de São Paulo, São Paulo, 17 mar. 2016.

³⁷⁰ Correio Braziliense, Brasília, 17 mar. 2016.

³⁷¹ Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 mar. 2016.

³⁷² Jornal do Commercio, Recife, 17 mar. 2016.

Pode-se considerar que este episódio marcou o início da reta final do governo de Dilma Rousseff. A partir de então, o governo, que até a semana anterior acreditava possuir a quantidade de votos necessária para barrar o processo de impeachment na Câmara, passa a se preocupar com a deterioração da base política, que devido a opinião pública procura se afastar do governo. A imprensa também tem sua mudança de postura quanto ao governo após o 17 de março. É evidente que alguns veículos de mídia são opositores de longa data do governo, como os jornais paulistas Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, mas outros veículos, como o jornal O Globo, a oposição ao governo, que antes era velada, torna-se explícita. Através dos editoriais, este último jornal passa a dar seu apoio ao impeachment.

Logo no dia seguinte, o jornal publica o editorial *O impeachment é uma saída institucional para a crise*, onde chama o processo de “válvula de descompressão”, e defende que esta, ou a cassação da chapa, são as únicas opções do país vencer a crise sem sofrer “abalos institucionais”, caso a presidente não optasse pela renúncia. Outros inúmeros editoriais seriam publicados até o fim do processo de impeachment, sendo esse um meio eficaz dos jornais externarem diretamente sua desaprovação.

4.9.4. O rito do impeachment

Após o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acatar o pedido de impeachment, o Supremo Tribunal Federal foi consultado para definir como seriam os trâmites do processo, sendo definido que deveria ser estabelecida uma Comissão Especial na Câmara, cujas indicações para a composição deveriam ser feitas pelas lideranças partidárias, sendo a votação para a criação desta comissão obrigatoriamente aberta. A comissão foi formada no dia 17 de março, e a partir de então, a presidente teria 10 sessões da Câmara para apresentar sua defesa.³⁷³

³⁷³ BLUME, Bruno A. Rito do impeachment: o que o STF determinou?. **Politize!** 18 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/rito-do-impeachment/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

Durante as sessões utilizadas para a defesa de Dilma, o advogado-geral da União, o ministro José Eduardo Cardozo, pediu a nulidade do processo, classificou o impeachment como um ato político do então presidente da Câmara após o governo negar-lhe apoio, e afirmou ainda que não haviam sido cometidos crimes de responsabilidade, o que faria da continuidade do processo um golpe.³⁷⁴ A argumentação de Cardozo não surtiu efeito, sendo rebatida pelo deputado Jovair Arantes, relator da comissão, que afirmou que:

Quanto às denominadas pedaladas fiscais, alguns Deputados Federais, assim como a manifestação da Presidente da República, alegam que as operações entre o Tesouro Nacional e os bancos oficiais não caracterizam operações de crédito, mas mero contrato de prestação de serviço. Sobre esse ponto, o Tribunal de Contas mostrou exaustivamente que o Governo deu roupagem jurídica às operações contraditoriamente ao seu conteúdo material – trocou de nome.³⁷⁵

Prosseguindo em sua argumentação ao afirmar que:

É desse período também o início das críticas ao que se convencionou chamar de contabilidade criativa, responsabilidade compartilhada entre a cúpula do Ministro da Fazenda e a denunciada. Ao mesmo tempo, essa prática nociva mascarou a difícil situação das finanças públicas e postergou, ao máximo, seu conhecimento pela sociedade e a adoção de urgentes ajustes estruturais (...).³⁷⁶

³⁷⁴ BRESCIANI, Eduardo. 'Pecado original': Cardozo diz que processo é ilegal porque Cunha o abriu por 'vingança' e ameaça ir ao STF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2016, País, p. 3.

³⁷⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião 0249/16 da Comissão Especial – Denúncia por Crime de Responsabilidade. Brasília, 11 abr. 2016, pp. 9-10. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/reuniao-249-16-de-110416>>. Acesso em: 09 set. 2020.

³⁷⁶ Ibid.

Sobre Dilma, o relator afirmou que:

A formação de economista, o propalado controle pessoal e centralizado da condução econômica do Governo e as reuniões diárias com os sucessivos Ministros da Fazenda e Secretários do Tesouro Nacional, determinando-lhes a forma de agir, tornam difícil aceitar a argumentação de que a denunciada não teria participado ou não tenha tido conhecimento acerca dos fatos exaustivamente tratados no relatório.³⁷⁷

O relatório foi aprovado por 38 votos favoráveis e 27 contrários. Com a aprovação, o parecer foi encaminhado ao plenário da Câmara para ser apreciado por votação aberta, nominal e feita por chamada. Para que a abertura do processo de impeachment seja autorizada é preciso que 2/3 dos deputados, ou 342 deputados, votem a favor do parecer.

4.9.4.1. A votação na Câmara dos Deputados

A sessão para votar o parecer do relator e autorizar ou não a abertura do processo de impeachment teve início às 14h do dia 17 de abril. A sessão foi transmitida pelo canal de televisão e pela rádio da Câmara dos Deputados, a TV Câmara e a Rádio Câmara, e as imagens foram retransmitidas pelas grandes redes de televisão de âmbito nacional. A longa sessão foi acompanhada pela população como uma final de campeonato de futebol, o que demonstra também a divisão da população.

Para a votação, foram chamados os deputados de um estado da região Norte, em ordem alfabética, seguido pelos deputados de um estado da região Sul, seguindo a mesma ordem. O primeiro estado a ser chamado foi Roraima, seguido do Rio Grande do Sul. Embora fosse pedido aos deputados que não se alongassem em seus votos e se resumissem a dizer “sim” ou “não”, pois haviam 513 deputados para efetuar seus votos,

³⁷⁷ Ibid.

o que se viu foi uma infinidade de discursos, fazendo com que a sessão durasse um total de 9 horas e 50 minutos. O voto de número 342 foi dado pelo deputado Bruno Araújo do PSDB do estado da Paraíba, por volta de 23h e 5 minutos, causando comemorações para os deputados e a parcela da população que se posicionaram como favoráveis ao impeachment e consternação para os deputados e população contrária. No total, 367 deputados votaram a favor da abertura do processo de impeachment, 137 deputados foram contrários, 7 deputados se abstiveram de votar e 2 deputados se ausentaram.³⁷⁸

No dia seguinte a votação, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, protocolou junto ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o processo de impeachment, que continha 34 volumes e 12.044 páginas no todo.³⁷⁹

4.9.4.2. O processo de impeachment no Senado Federal

No Senado, ainda no mês de abril, uma comissão especial foi formada, contendo 21 senadores, para analisar a admissibilidade da denúncia recebida da Câmara. Esta comissão realizou um total de quatro audiências públicas com ambas as partes, defesa e acusação, para basear a elaboração de um relatório, de maneira semelhante ao que ocorreu na Câmara dos Deputados. No dia 06 de maio, a comissão aprovou o relatório do senador Antonio Anastasia por 15 votos favoráveis e 5 contrários.³⁸⁰

No dia 12 de maio, após pouco mais de 20 horas de sessão, o Senado votou pelo afastamento da presidente por 55 votos favoráveis e 22 contrários. A partir deste momento, Dilma é afastada do cargo por até 180 dias, e o presidente do Supremo

³⁷⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão Deliberativa – 17/04/2016. **TV Câmara**, Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>>. Acesso em: 10 set. 2020.

³⁷⁹ MARCHESAN, Ricardo. Pedido de impeachment de Dilma chega ao Senado. **UOL**, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/18/pedido-de-impeachment-chega-ao-senado.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

³⁸⁰ IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**, 28 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 10 set. 2020.

Tribunal Federal assume a condução do processo, que passa a assemelhar-se a um julgamento.³⁸¹

Os trabalhos da comissão do impeachment continuaram pelos próximos três meses, onde foram ouvidas 44 testemunhas, sendo 38 de defesa, duas de acusação e quatro arroladas pelos senadores. Estes depoimentos duraram quase 100 horas. Em seguida, foram debatidos os laudos periciais e o relatório que defendia que a presidente afastada fosse levada a julgamento, o que foi confirmado a sessão do dia 09 de agosto, terminada no dia seguinte, em decisão do plenário do Senado, por 59 votos favoráveis e 21 contrários.³⁸²

O julgamento durou seis dias, tendo Dilma comparecido pessoalmente no terceiro dia. A presidente afastada negou ter cometido crimes de responsabilidade e atribuiu ao então vice-presidente, Michel Temer e ao agora ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha de haverem conspirado para retirá-la do poder. No dia 31 de agosto, o Senado cassou o mandato de Dilma Rousseff por 61 votos favoráveis e 20 contrários, porém, manteve seus direitos políticos. Nas eleições de 2018, Dilma candidatou-se ao Senado pelo estado de Minas Gerais, mas não obteve votos suficientes para ser eleita.³⁸³

Considerações Finais

Procuramos com esta dissertação ajudar a elucidar o papel dos veículos de imprensa na democracia brasileira. Seja através do agendamento de ações governamentais, seja através da adoção de pautas contrárias ao governo, podemos perceber que a imprensa possui uma grande influência no rumo dos processos democráticos, e por consequência, na escrita da História. Não podemos negar que os meios de comunicação por um longo período de tempo detiveram o monopólio informativo da população, e

³⁸¹ Ibid.

³⁸² Ibid.

³⁸³ DILMA Rousseff fracassa na tentativa de se eleger senadora por Minas. **Estado de Minas**, 07 out. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/07/interna_internacional,995404/dilma-rousseff-fracassa-na-tentativa-de-se-eleger-senadora-por-minas.shtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

consequentemente os instrumentos para o controle da opinião pública, o que foi logo percebido e adotado pelo governo. Porém, com a evolução da sociedade e da conjuntura política, tornou-se inviável o controle dos meios de comunicação pelo Estado. Isto causou dois fenômenos. A compra de meios de comunicação por políticos, como é o caso da família Collor de Melo em Alagoas, para que os candidatos apoiados pelos donos das emissoras estejam sempre com uma boa imagem perante a opinião pública. E a sintonia governamental para com os interesses dos veículos de mídia, como o caso de Fernando Henrique Cardoso com a implantação do Plano Real e de um programa de privatizações.³⁸⁴ Portanto, percebemos que a influência da imprensa é de grande importância para a aquisição e a manutenção do poder.

Os primeiros registros do uso de veículos de imprensa para a sustentação política acontecem no primeiro governo de Getúlio Vargas, como pudemos ver no primeiro capítulo, sendo este também, o primeiro presidente a ser pressionado pela imprensa, o que o levou ao suicídio. Após Vargas, com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de seu vice, João Goulart, assistimos à articulação da imprensa, como uma preparação da opinião pública, em torno da ruptura da ordem democrática. Nestes dois casos, as forças militares são personagens importantes, que contribuem para a perda da governabilidade, um dos pré-requisitos para um impeachment. Mas, devido a participação dos militares, não podemos considerar estes casos como um impeachment de fato, pois o impeachment é dispositivo constitucional. Portanto, embora a participação da imprensa seja um fator inquestionável para os desfechos dos mandatos dos presidentes abordados nos dois primeiros capítulos desta dissertação, a participação da mídia leva a um suicídio e a um golpe militar, respectivamente.

Para os dois presidentes abordados nos capítulos posteriores, é possível observarmos uma lista de pré-requisitos que tornam um impeachment viável:

³⁸⁴ LIEDTKE, Paulo. **Governando com a mídia**: duplo agendamento e enquadramento no Governo Lula (2003-2006). Orientador: Dr. Ricardo Silva. 2006. 403 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

1. Opinião pública contrária

Para dar início a um processo de impeachment, um dos principais pré-requisitos é a opinião pública contrária. Este indicador é medido pelas pesquisas de opinião realizadas pelos institutos de pesquisas. Sem apoio popular, a probabilidade de um processo de impeachment não ter desdobramentos é alta. No decorrer do trabalho, pudemos observar que um dos principais meios de se obter a desaprovação popular é através da crise econômica.

O enfraquecimento da economia é um evento em comum para os quatro presidentes analisados nesta dissertação. Getúlio Vargas enfrentou a perda do poder aquisitivo causada pela alta da inflação, o que ocasionou a Greve dos Trezentos Mil e a Greve dos Marítimos. João Goulart, da mesma forma, viu o poder aquisitivo cair rapidamente em seu governo, o que causou o aparecimento de organizações anticomunistas. E posteriormente, o Comício das Reformas e os decretos para estatizar a economia, acabaram por acelerar a rejeição a Jango na opinião pública, abrindo caminho para os militares.

No início da Nova República, Collor, o primeiro presidente eleito por votação direta após a ditadura militar, causa o desagravo da opinião pública rapidamente. Com seus planos econômicos e confiscos, instantaneamente o país mergulha em uma ressecção que posteriormente evolui para uma crise econômica. Com o surgimento de indícios de corrupção em seu meio, a imprensa passa a guiar, como em todas as ocasiões descritas anteriormente, a opinião pública para a renúncia, ou para o impeachment.

Com Dilma, o caminho não é muito diferente. Após tentar, sem sucesso, que a economia voltasse a níveis de crescimento de anos anteriores, o governo acaba por esgotar suas reservas monetárias, seja com amplas desonerações, seja com apostas que se mostraram erros posteriormente, como a reforma do setor elétrico, que perdeu seu sentido após a estiagem dos anos posteriores e resultou no chamado tarifaço no início do segundo mandato de Dilma. Período em que a crise econômica agravou-se e a

imprensa atribuiu a presidente a responsabilidade pelo agravamento. Como foi exposto no quarto capítulo, a economia criativa, que posteriormente foi chamada pedalada fiscal, já ocorria desde o primeiro mandato de Dilma e em menor grau, com presidentes anteriores. Mas somente com a opinião pública contrária as investigações ganham apoio suficiente para prosseguirem e tornarem-se um pedido de impeachment. Quando não havia apoio popular, não houveram desdobramentos para denúncia muito semelhante anos antes.

2. Crime de responsabilidade³⁸⁵

Somente a opinião pública contrária e altos níveis de desaprovação não são motivos para o acolhimento de um processo de impeachment, é preciso haver um crime de responsabilidade. Estes crimes estão tipificados no capítulo 4. Caso não haja um crime de responsabilidade, os pedidos de impeachment não são aceitos pela Câmara e eventualmente o presidente não é reeleito, ou tem seu candidato derrotado nas próximas eleições. Isto ocorreu com Fernando Henrique Cardoso, que após dois mandatos e inúmeros pedidos de impeachment, entrega a faixa presidencial para Lula da Silva em 2003.

A opinião pública contrária a um presidente, seja por conta da influência direta da imprensa ou por conta de uma crise econômica, faz com que os veículos de imprensa criem um estado policialesco, onde todas as reuniões, projetos e feitos do governante serão investigados e esmiuçados pelos veículos de comunicação para que, no mínimo descuido ou deslize, o político cujos veículos de imprensa e a opinião pública estão

³⁸⁵ Este tópico diz respeito somente aos processos posteriores a Constituição de 1988, visto que os processos anteriores não se trataram de impeachment.

contra seja denunciado com veemência. Podemos observar este comportamento tanto com Collor de Melo quanto com Dilma Rousseff. É inequívoco que nestes casos, os presidentes analisados infringiram o artigo 85 da constituição, e por isso passaram por um processo de impeachment, mas é evidente que o papel investigador da imprensa tem uma forte influência nos desfechos dos casos.

É importante afirmarmos também que este papel investigador não é nativo da imprensa, que o adquire, assim como adquire, quando é de seu interesse, a voz do mercado financeiro, a voz da opinião popular e outras vozes, que a tornam uma espécie de porta voz de ocasião. Papel que inclusive os veículos de imprensa estão tendo dificuldades em manter, pois com o advento das redes sociais, a participação popular individualizada passou a rejeitar ideias opostas a suas convicções, criando várias bolhas ideológicas, que em sua maioria, rejeitam ser representadas pela voz da imprensa.

3. Perda da governabilidade

O último estágio para um processo de impeachment é a perda da governabilidade. Este estágio geralmente é adquirido pela forte rejeição popular somada com a ocorrência de crime de responsabilidade. É um caso lógico. Com a perda do apoio popular, os partidos aliados, dependentes do voto para a manutenção do poder, buscam distanciar-se do presidente, fechando o último elo para o impeachment. Sem governabilidade, o governo não consegue buscar soluções e alternativas para minimizar a crise política e econômica, tornando-se um mero expectador. O país, em resposta à incapacidade do governo, entra em compasso de espera e todas as atenções são voltadas para os responsáveis pelo andamento do processo de impeachment, o que no caso do parlamento causa mais afastamento das bases aliadas e perda ainda maior da governabilidade. A partir deste ponto, somente o impeachment é capaz de trazer de volta o estado de normalidade ao país.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

ALVAREZ, Regina; ÉBOLI, Evandro; DAMÉ, Luiza. 'Raras vezes' tantas quedas: Dilma perde o 4º ministro em dois meses e meio, desta vez Wagner Rossi, do PMDB. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 ago. 2011, O País, p. 3.

ALVES, Carlos Eduardo; BERGAMASCHI, Mara. LBA compra cestas básicas sem licitação em SP. **Folha de S. Paulo**, 06 fev. 1991, Política, p. A-5.

ALVES, Rossana. Salário mínimo tem queda de 30% em 90, aponta o Ministério do Trabalho. **Folha de S. Paulo** São Paulo, 01 jan. 1991, Economia, p. B-1.

AMARAL, Ricardo. Pedro Collor diz que PC tem mais empresas no exterior. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mai. 1992, O País, p. 3.

AMORA, Dimmi; NERY, Natuza. Dilma deve ganhar tempo para explicar contas ao TCU. **Folha de S. Paulo**, 17 jun. 2015, Poder, p. A4.

Arquivo João Goulart, JG e 1964.05.00, Cpdoc/FGV.

AS IRREGULARIDADES que baseiam o impeachment. **Folha de S. Paulo**, 2016. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/poder/2016/08/26/entenda-pedaladas/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – Histórico**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BECK, Martha. Governo adia repasse a programas sociais por superávit fiscal, diz ONG. **O Globo**, 08 jan. 2014, Economia, p. 17.

BLUME, Bruno A. Rito do impeachment: o que o STF determinou?. **Politize!** 18 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/rito-do-impeachment/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Reunião 0249/16 da Comissão Especial – Denúncia por Crime de Responsabilidade. Brasília, 11 abr. 2016. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/impeachment-da-presidente-dilma/reuniao-249-16-de-110416>>. Acesso em: 09 set. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão Deliberativa – 17/04/2016. **TV Câmara**, Brasília, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica – Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. **Relatório Final A – 134/CENIPA/2014**. Disponível em: <http://sistema.cenipa.aer.mil.br/cenipa/paginas/relatorios/rf/pt/RF_A_134CENIPA2014_PR-AFA.pdf>. Acesso em 04 set. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – RQN 52/92**. Brasília, 23 ago. 1992. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=56330&tp=1>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2020/art_85_.asp>. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1079.htm>. Acesso em 30 ago. 2020.

BRESCIANI, Eduardo. ‘Pecado original’: Cardozo diz que processo é ilegal porque Cunha o abriu por ‘vingança’ e ameaça ir ao STF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2016, País, p. 3.

BRIZOLA, Carlos Daudt. Merval, faça como Murdoch. Peça desculpas ao Roque. **Instituto João Goulart**. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=3707>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRIZOLA, Leonel (Leonel de Moura Brizola). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonel-de-moura-brizola>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

CAMAROTTI, Gerson. Novos ventos no Planalto: Com estilo diferente de Lula, Dilma se afasta do discurso do continuísmo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 fev. 2011, O País, p. 3.

CAMAROTTI, Gerson. Presidente fez pressão por corte. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 set. 2011, Economia, p. 23.

CAMAROTTI, Gerson; BRAGA, Isabel. Mentira sela destino de Lupi: Ao negar viagem no King Air, ministro perdeu a sobrevida até reforma de janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2011, O País, p. 3.

CAMAROTTI, Gerson; GOIS, Chico de. Apoio com prazo de validade: Dilma mantém ministro, mas diz que ele terá de limpar focos de corrupção nos Transportes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 jul. 2011, O País, p. 3.

CARNEIRO, José Alan Dias. A imprensa e o governo Collor: as denúncias de corrupção. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Carta Brandi. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/carta-brandi>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **A Rede da Democracia**: O Globo, O Jornal e o Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64). Niterói: Editora da UFF, Editora NitPress, 2010.

CARVALHO, Jailton de. Na Suíça, com endereço da Barra da Tijuca: Contas têm nome e dados pessoais de Cunha; duas delas foram fechadas após Lava-Jato. **O Globo**, 09 out. 2015, País, p. 3.

CARVALHO, Jailton de; CAMAROTTI, Gerson. MP investiga filho de ministro: Patrimônio de empresa de filho de Alfredo Nascimento aumenta 86.500%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 jul. 2011, O País, p. 3.

COLLOR, Fernando. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>.

COLLOR rebate denúncias e condena 'intriga'. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 jul. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 3.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**: A imprensa e o poder nos anos Collor. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Breno; AMORA, Dimmi. Transportes elevou verba de 11 obras sob suspeita. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 jul. 2011, Poder, p. A4.

COSTELLINI, Clara; HOLLANDA, Lavinia. Setor Elétrico: da MP 579 ao pacote financeiro. **FGV Energia**, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/artigos/20140331_informativo_1_setor_eletrico_0.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

CRUVINEL, Tereza. Base e Inflação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1991, Panorama Político, O País, p. 2.

CRUZ, Valdo; SCHREIBER, Mariana. Para “acalmar os nervosinhos”, governo anuncia superávit fiscal. **Folha de S. Paulo**, 04 jan. 2014, Mercado, p. A10.

CUCOLO, Eduardo; CRUZ, Valdo. Três dias após reeleição de Dilma, BC eleva juros básicos para 11,25%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 out. 2014, Mercado, p. B1.

DAMÉ, Luiza; ALENCASTRO, Catarina; IGLESIAS, Simone. Humildade no dia seguinte: Após os protestos, Dilma reconhece erros, propõe diálogo e alerta para riscos na instabilidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2015. País, p. 3.

D’ARAUJO, Maria Celina. **O Segundo Governo Vargas 1951-1954**: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6781> Acesso em: 03 dez. 2019.

DESCONTROLE das contas públicas faz agência S&P tirar do Brasil selo de país bom pagador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 set. 2015, p. A15.

DESEJO Oculto. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jun. 1992, 1º caderno, p. 10.

DILMA é vaiada em SP e diz que crise no país é passageira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2015, Poder, p. A4.

DILMA Rousseff fracassa na tentativa de se eleger senadora por Minas. **Estado de Minas**, 07 out. 2018. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/07/interna_internacional,995404/dilma-rousseff-fracassa-na-tentativa-de-se-eleger-senadora-por-minas.shtml>. Acesso em: 10 set. 2020.

DILMA socorre indústria com medidas de impacto reduzido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2012, Poder, p. A6.

DONA Leda tira Pedro da empresa familiar. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 4.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Disponível em: <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2020.

EM NOME da Verdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 mai. 1992, p. 10.

ENTENDA a compra da refinaria de Pasadena pela Petrobras. **Jusbrasil**, 22 mar. 2014. Disponível em: <<https://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/114414697/entenda-a-compra-da-refinaria-de-pasadena-pela-petrobras>>. Acesso em: 01 set. 2020.

ESCALADA de Violência: Manifestantes atacam Itamaraty e prefeitura do Rio, saqueiam bancos e lojas, e enfrentam a PM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jun. 2013, País, p. 3.

EX-DIRETOR da Petrobras é preso pela Polícia Federal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2014, Poder, p. A4.

FARIELLO, Danilo; SPITZ, Clarice. Conta de luz mais cara: Reajuste da Light, de 17,7%, zera efeito da queda forçada pelo governo nas tarifas em 2013. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 nov. 2014, Economia, p. 25.

FERREIRA, Flávio. Odebrecht fez obra em sítio ligado a Lula, diz fornecedora. **Folha de S. Paulo**, 29 jan. 2016, Poder, p. A4.

FERREIRA, Jorge Luis. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela Maria de Castro, org. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p.61. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6713> Acesso em: 11 out. 2019.

FGV. Cpdoc. **A revolta dos marinheiros**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FGV. Cpdoc. **Comício das Reformas**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Comicio_das_reformas>. Acesso em: 18 abr. 2020.

FGV. Cpdoc. **O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/VicePresidenteJanio/O_segundo_mandato_e_a_crise_sucessoria>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FOTO revela 'ligações perigosas' de Brizola. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 out. 1989, Grande Rio, p. 13.

GAMA, Júnia. Um golpe na corrupção: Pressionado por manifestações, Senado aprova projeto que torna delito crime hediondo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jun. 2013, País, p. 3.

GAMA, Júnia; BRAGA, Isabel; ALENCASTRO, Catarina; ORDOÑEZ, Ramona. Petrobras no alvo da oposição: Parlamentares questionam aval de Dilma para compra de refinaria nos EUA e pedem CPI. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2014, Economia, p. 19.

GASOLINA sobe hoje 3% nas refinarias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 nov. 2014, Mercado, p. B1.

GOIS, Chico de; MALTCHIK, Roberto. TCU: 'situação é crítica' no Trabalho: Auditoria revela que ministério de Lupi engavetou mais de 500 prestações de contas de ONGs. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 nov. 2011, O País, p. 3.

GOULART, João (João Belchior Marques Goulart). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

HOFMEISTER, Naira. O início precário de uma cadeia que teve 104 rádios. **O Globo**. Rio de Janeiro, 26 ago. 2011. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/campanha-da-legalidade-assegurou-posse-do-vice-joao-goulart-em-1961-18970047#>>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**, 28 dez. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSPIRADOS em Porto Alegre, protestos em série contra reajustes na tarifa de ônibus se espalham pelo país. **Gaúcha ZH**, 15 jun. 2013. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contra-reajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

INTERATIVO | Editorial diz que não há razão para impeachment. Você concorda?. **Opinião ZH**, 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/04/23/interativo-editorial-diz-que-nao-ha-razao-para-impeachment-voce-concorda/>>. Acesso em: 06 set. 2020.

INVESTIGAÇÃO atinge 6 partidos e campanha eleitoral de Dilma. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 mar. 2015, Poder, p. A4.

JUNGBLUT, Cristiane. 'Não me envergonho de nada': Homem forte do governo Lula, Dirceu deixa a Casa Civil após denúncias e volta à Câmara. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2005, O País, p. 3.

LACERDA, Carlos. O sangue de um inocente. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 06 ago. 1954. Primeira Página.

LACERDA, Claudio. **Uma crise de agosto**: o atentado da rua Toneleros. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LAPORTA, Taís. Entenda as medidas do ajuste fiscal. **G1**, 08 mai. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/05/entenda-medidas-do-ajuste-fiscal.html>>. Acesso em: 03 set. 2020.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. A gestação do “fenômeno Collor”: de uma eleição a outra. In: LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEMOS, Mariana; MACIEL, Camila. Dilma Rousseff: “Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade”. **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LIETKE, Paulo. **Governando com a mídia**: duplo agendamento e enquadramento no Governo Lula (2003-2006). Orientador: Dr. Ricardo Silva. 2006. 403 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUCA, Tania Regina de. As Revistas de cultura durante o Estado Novo: problemas e perspectivas. In: 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. São Luís: 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/4o-encontro-2006-1/As%20revistas%20de%20cultura%20durante%20o%20Estado%20Novo.doc>> Acesso em: 17 nov. 2019.

LULA defende o afastamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 2.

MARCHESAN, Ricardo. Pedido de impeachment de Dilma chega ao Senado. **UOL**, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/18/pedido-de-impeachment-chega-ao-senado.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MARTELLO, Alexandro. Governo anuncia corte de R\$ 50 bilhões no orçamento de 2011. **G1**, 09 fev. 2011. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/governo-anuncia-corte-recorde-de-r-50-bilhoes-no-orcamento-de-2011.html>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MATAIS, Andreza; AMORA, Dimmi. Ministro pagou governanta com verba pública por 7 anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2011, Poder, p. A4.

MATAIS, Andreza; AMORA, Dimmi. Ministro usa servidor como chofer particular da mulher. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 set. 2011, Poder, p. A4.

MATAIS, Andreza; CREDENDIO, José Ernesto. Palocci multiplicou por 20 patrimônio em quatro anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mai. 2011, Poder, p. A4.

Memória Globo. **Debate Collor x Lula**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Memória Globo. **Eleições Presidenciais – 1989**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/eleicoes-presidenciais-1989/votacao-e-apuracao/>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Memória Globo. **Plano Collor**. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/plano-collor/anuncio-do-plano/>>. 22 jun. 2020.

MENDES, Vannildo. Pedro Collor faz acusações ao presidente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 mai. 92, Política e Governo, 1º Caderno, p. 4.

MENDES, Vinícius. ‘Junho de 2013 é um mês que não terminou’, diz socióloga. **BBC Brasil**, 03 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. Imprensa e Política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da Última Hora. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Nº 31, 2008. Disponível em: <www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia04/texto04.pdf> Acesso em: 02 dez. 2019.

MENDONÇA, Maria Gusmão de. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Códex, 2002.

MENEZES, Maiá. Ação contra a Justiça: Horas depois de o retorno de Lula ao governo ser confirmado, Sérgio Moro divulga gravações em que Dilma diz ao ex-presidente que enviaria termo de posse com poder de impedir sua prisão; revelações ensejam novos protestos e oposição exige denúncia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2016, País, p. 3.

Ministério Público Federal. **Entenda o caso**. Disponível em:
<<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/entenda-o-caso>>.
Acesso em: 02 set. 2020.

Ministério das Relações Exteriores. **Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul**. Disponível em:
<www.itamaraty.gov.br/pt-BR/cerimonial/5696-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>.
Acesso em: 31 mar. 2020.

MINISTRO da Agricultura usou jatinho de empresa do setor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 ago. 2011, Poder, p. A4.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

NO MESMO Barco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1992, 1º caderno, p.10.

NORMAS para Palocci e Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 mai. 2011, Opinião, p. 6.

ODILLA, Fernanda; AMORA, Dimmi. PF vai investigar suposta propina paga à Petrobras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2014, Mercado, p. B3.

O TESTE decisivo. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1. 16 dez.1989.

OURIQUE, Armando. Pastore teme mega-recessão neste ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jan. 1991, Economia, p. B-4.

PINTO, Luis Costa. Tentáculos de PC. **Veja**, São Paulo, ano 25, n. 20, p. 16-20, 13 mai. 1992.

Presidência da República. **Posse presidencial nem sempre foi em 1º de janeiro. Saiba mais**. Disponível em:
<<http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2018/12/posse-presidencial-nem-sempre-foi-em-1o-de-janeiro-saiba-mais>>. Acesso em 23 jun. 2020.

QUADROS, Jânio da Silva. Carta de renúncia.

QUADROS, Jânio (Jânio da Silva Quadros). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

RAMOS, Plínio de Abreu. Introdução Geral: A imprensa e o poder no Brasil. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

RAMOS, Plínio de Abreu. A política econômica do governo Collor e a imprensa: do apoio à decepção. In. LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio de A.; CARNEIRO, José Alan D. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

REPROVAÇÃO de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 ago. 2015, p. A4.

REQUIÃO já pede a renúncia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jun. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 2.

REVISTA ISTOÉ. **Depoimento Paulo Roberto Costa**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sB6GcoE8uy0>>. Acesso em: 04 set. 2020.

Revolta dos Sargentos. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. n.p. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-dos-sargentos>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

ROQUE, Leandro. O trágico legado da “Nova Matriz Econômica” – um resumo cronológico. **Mises Brasil**, 28 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2120>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. In. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SADI, Andréia; NERY, Natuza. Dilma convoca ministro do Esporte para dar explicações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 out. 2011, Poder, p. A4.

SCIARRETTA, Toni. Sob pressão de Dilma, BB diminui juros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 abr. 2012, Mercado, p. B3.

SECRETÁRIA de Collor recebia de PC. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1992, Política e Governo, 1º caderno, p. 2.

SEM PASSO atrás. **Folha de S. Paulo**, 19 abr. 2015, Editoriais, p. A2.

SINGER, André. Cutucando Onças com Varas Curtas: O Ensaio Desenvolvimentista no Primeiro Mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n.

102, p. 39-67, jul. 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000200039&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020.

SOB PRESSÃO, Congresso derruba projeto que limitava Procuradoria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2013, Poder, p. A6.

SOBRINHO, José Bonifácio Oliveira. José Bonifácio Oliveira Sobrinho, o Boni. [Entrevista concedida a] Geneton Moraes Neto. **Dossiê Globo News**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TODO fôlego para negar ‘pedaladas’: Tropa de choque foi mobilizada para produzir defesa de mais de mil páginas que será entregue hoje ao TCU. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jul. 2015, País, p. 3.

Tribuna da Imprensa. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:
<<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

VARGAS, Getúlio. Carta Testamento.

VERÍSSIMO, Renata. Brasil eleva Imposto de Importação para 100 produtos. **Estadão**, 04 set. 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-eleva-imposto-de-importacao-para-100-produtos,125478e>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

WOITSCHACH, Víctor Henrique. [Sem título]. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 mai. 1992. 1º caderno, p. 8.

Jornais Utilizados

- Correio Braziliense
- Correio da Manhã
- Diário Carioca
- Diário de Notícias
- Estado de Minas
- Folha de S. Paulo
- Jornal do Brasil
- Jornal do Commercio

- O Globo
- Tribuna da Imprensa

Revista Utilizada

- Veja